

Paulo Filipe da Silva Freitas

Relatório de Estágio Curricular na
Embaixada de Portugal na Líbia:
As Relações Luso-Líbias

Relatório de Estágio defendido para a obtenção do grau de Mestre em Diplomacia e Relações Internacionais conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, segundo o Despacho Reitoral nº. 465, com a seguinte composição do Júri:

Presidente: Professor Doutor Sérgio Vieira da Silva

Arguente: Professor Doutor Armando Marques Guedes

Orientador: Professor Doutor Teotónio R. de Souza

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração
Lisboa
2016

Epígrafe

“The people will be really free only when they put down the weapons from their hands and replace them with words”¹

¹ Palavras proferidas pelo poeta Juan Carlos Mestre no antigo Consulado britânico na Medina de Trípoli a 26 de Março de 2014 num evento organizado pela Embaixada italiana (Libya Herald, 2014) e.g. <https://www.libyaherald.com/2014/03/29/poems-and-cities-a-poetic-tour-in-western-libya/> acedido a 28/03/2014 às 20h47.

Agradecimentos

- Ao professor Teotónio Rosário de Souza, que apesar do seu imenso trabalho, disponibilizou-se para ser meu orientador de relatório de estágio;
- À Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e a todos os professores do Curso de Diplomacia e Relações Internacionais que sempre me trataram com a maior cordialidade e amabilidade;
- À Sra. Embaixadora, Dr.^a Isabel Brilhante Pedrosa, minha orientadora de estágio na Embaixada, ao Dr. Leandro Amado, Chefe de Missão Adjunto, e aos restantes funcionários da Embaixada de Portugal na Líbia;
- À Consulgal *Libya Branch* e respetiva equipa, em especial ao Eng.º Álvaro Freitas, por me ter aceite na residência da empresa. Obrigado por me ter tratado tão bem;
- Aos meus pais, que sempre me transmitiram grandes valores, e que apesar de se terem mostrado um pouco apreensivos com a minha ida para a Líbia, deixaram-me embarcar nesta jornada, que me ajudou a crescer a nível pessoal, profissional e académico;
- À minha avó Celestina que sempre foi quase uma mãe para mim;
- Aos meus amigos que sempre me apoiaram.

Resumo:

O presente relatório é o resultado do estágio curricular realizado na Embaixada de Portugal em Trípoli, Líbia. O estágio realizado dedicou-se essencialmente à Diplomacia Económica o que me permitiu compreender as relações económicas bilaterais entre os dois países e a intervenção do Estado Português no apoio empresarial português.

A Embaixada é um serviço externo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a quem tem que reportar todas as suas atividades e os acontecimentos que ocorrem no Estado acreditador considerados relevantes pelo corpo diplomático.

Este relatório de estágio versa também sobre as diretrizes gerais da política externa portuguesa e líbia e por fim as relações bilaterais entre os dois países. No caso português o estudo inicia-se no fim da Monarquia e acaba na República Democrática, no caso líbio o estudo inicia-se no período Monárquico, logo após a descolonização italiana e termina com o recém-formado governo nomeado pela Câmara dos Representantes. Relativamente às relações bilaterais são abordadas as relações com o regime de Qadhafi onde se estabeleceu a reciprocidade nas relações diplomáticas, as relações durante e após a revolução de 2011 que depôs o Coronel Muammar Qadhafi e o seu regime e as relações económicas. No contexto multilateral são abordados o Diálogo 5+5, e a Parceria UE-África.

Para terminar são descritas todas as tarefas por mim desempenhadas durante o estágio na Embaixada, desde o apoio à internacionalização empresarial portuguesa, às atividades na Secção Consular e de representação do Estado Português.

Palavras-Chave: Política Externa, Diplomacia, Portugal, Líbia, Embaixada

Abstract:

The present internship report is the result of the curricular internship done in the Embassy of Portugal in Tripoli, Libya. The internship was dedicated essentially, to the economic diplomacy which allowed me to understand the bilateral economic relations between Libya and Portugal and the intervention of the Portuguese Government in supporting portuguese business.

The Embassy is an external unit of the Ministry Foreign Affairs to whom it has to report all the activities and events occurring in the receiving state deemed relevant by the diplomatic body.

This internship report also deals with the general guidelines of the portuguese and libyan foreign policy. In the portuguese case, the study starts at the end of the Monarchy and ends in the Democratic Republic; the libyan case starts with the Monarchy period, after the Italian decolonization and ends with the newly formed House of Representatives. Regarding the bilateral relations, the Qadhafi regime is also explored since the diplomatic relations were established during his leadership. It also reports the relations during and after the 2011 revolution that ousted Colonel Qadhafi Muhammad and his regime and bilateral economic relations. In the multilateral context the 5 + 5 Dialogue, and the EU-Africa Partnership are also studied.

Finally it describes all the tasks performed by me during the intership in the Embassy providing support for Portuguese business internationalization, activities done in the Consular Section and activities representing the portuguese state.

Key-Words: Foreign Policy, Diplomacy, Portugal, Libya, Embassy

Lista de Siglas

AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal

ARI – Autorização de Residência por Investimento

CDHNU – Conselho Direitos Humanos das Nações Unidas

CIA – Agência Central de Inteligência

CGN – Congresso Geral Nacional

CNT – Conselho Nacional de Transição

CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas

EFTA - Associação Europeia de Livre Comércio

EUA – Estados Unidos da América

HRW – Human Rights Watch

INE – Instituto Nacional de Estatística

MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros

MENE – Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros

MNECI – Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional da Líbia

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

QUAR – Quadro de Avaliação e Responsabilização

SDN – Sociedade das Nações

TPI – Tribunal Penal Internacional

UE – União Europeia

UNSMIL – United Nations Support Mission to Libya

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

AGNU – Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas

OECE – Organização Europeia de Cooperação Económica

OUA – Organização da União Africana

UA – União Africana

Índice Geral

Epígrafe

Dedicatória

Agradecimentos

Resumo

Abstract

Lista de Siglas

Índice Geral

Introdução

Metodologia

1. Capítulo 1- Fundamentação Teórica

- 1.1. Política Externa
- 1.2. Diplomacia
- 1.3. Diplomacia Bilateral
- 1.4. Diplomacia Multilateral
- 1.5. Diplomacia Económica
- 1.6. Geopolítica
- 1.7. Missão Diplomática

2. Capítulo 2 – A Política Externa de Portugal

- 2.1. Monarquia Constitucional
- 2.2. Primeira República
- 2.3. Estado Novo
- 2.4. República Democrática

3. Capítulo 3 – A Política Externa da Líbia

- 3.1. Monarquia Senussi
- 3.2. República Árabe da Líbia
- 3.3. Grande Jamahiriya Árabe Líbia Popular Socialista
- 3.4. Conselho Nacional Transição
- 3.5. Congresso Geral Nacional

4. Capítulo 4 – As relações Luso-Líbias no plano bilateral e multilateral

- 4.1. As Relações Luso-Líbias no contexto bilateral
 - 4.1.1. A importância da Líbia para a Política Externa Portuguesa e as relações com o regime de Qadhafi
 - 4.1.2. Portugal e a Líbia no durante e pós-revolução
 - 4.1.3. As Relações Económicas Bilaterais
- 4.2. As Relações Luso-Líbias no contexto Multilateral
 - 4.2.1. Diálogo 5+5
 - 4.2.2. Parceria UE-África
- 5. Capítulo 5 – Relatório de Estágio
 - 5.1. Introdução
 - 5.2. Objetivos do Estágio Curricular
 - 5.3. Historial da Embaixada
 - 5.4. Caracterização do ambiente externo da embaixada
 - 5.5. Características da Embaixada
 - 5.5.1. Destinatários, Missões e Competências
 - 5.5.2. Atividades, Objetivos e Respetivas Estratégias
 - 5.6. Estrutura Orgânica
 - 5.7. Serviços Consulares
 - 5.8. Comunidade Portuguesa na Líbia
 - 5.9. Atividades Desenvolvidas na Embaixada
 - 5.9.1. Atividades Desenvolvidas na Área da Diplomacia Económica
 - 5.9.1.1. Apoio à Internacionalização Empresarial Portuguesa
 - 5.9.1.2. Promoção das Exportações e Dinamização de Negócios
 - 5.9.1.3. Estudo e Análise do Mercado Líbio
 - 5.9.1.4. Realização do Dossier Final
 - 5.9.2. Outras Atividades Desenvolvidas
 - 5.9.3. Atividades de Representação da Embaixada
- 6. Conclusão
- 7. Bibliografia
- 8. Índice Remissivo
- 9. Anexos

Introdução

“(…) o uso de representantes dos detentores de poder político, para estabelecerem contactos de várias naturezas entre duas unidades políticas remontam aos tempos primitivos (…)” (Magalhães, 2005b, p. 31). Em tempos passados, as relações entre países eram carentes de conteúdo, sendo que os agentes diplomáticos tinham como principais funções representar, reportar e negociar em seu nome muito pontualmente, como por exemplo negociar para acordos de paz, de comércio, aliança política ou até mesmo um casamento real. Nos dias de hoje as relações entre os Estados são muito mais complexas o que obrigou à modernização da diplomacia, com um conteúdo mais vasto e diversificado exigindo assim que o agente diplomático se capacite para responder à alteração de paradigma da diplomacia. No entanto apesar da alteração do paradigma e do aparecimento de novos atores nas relações internacionais, do aparecimento de organismos internacionais e de novos agentes públicos e privados, a diplomacia como ciência mantém a sua génese².

Para Mahan, um estratega do poder marítimo, a diplomacia baseia-se na «realpolitik» onde a primeira regra é proteger o interesse nacional e que esta teoria realista é generalizada a todos os Estados. O interesse nacional é um conceito novo, que advém do racionalismo e do controlo do governo, que atravessa toda a sociedade dando-lhe coesão e ignorando as divisões político-partidárias. O interesse nacional é um conceito que legitima a acção diplomática e que confere os recursos necessários para a sua realização. Território, poder e economia, entre outras, são considerados os pilares do interesse nacional. A utilização do “interesse nacional” está agregada à evolução do controlo do Estado republicano sobre os assuntos nacionais e ao aparecimento do comércio estatal. O “interesse nacional” utilizado frequentemente em operações económicas só é executável dentro de um sistema internacional regulado por normas de maneira a que todos os Estados estejam em pé de igualdade³.

Sendo que os assuntos económicos são cada vez mais importantes para a vida de um Estado e uma vez que a política externa deriva da política interna, e sendo a economia um assunto de interesse nacional, a diplomacia económica tem vindo a ganhar relevo nas relações internacionais. Foi principalmente através da diplomacia económica que se desenvolveram as relações Luso-Líbias.

² (Mongiardim, 2007, pp. 131, 132)

³ (Mongiardim, 2007, pp. 33, 34)

Fazendo uma pequena apresentação sobre os dois países sobre qual este trabalho se debruça e começando pela República Portuguesa, o país mais a oeste da Europa geoestratégicamente bem localizado, banhado pelo Atlântico, entre o continente europeu, africano e americano, fazendo fronteira terrestre com a Espanha e tendo como vizinho a sul, Marrocos. A nível político-económico é um mercado relativamente pequeno com cerca de 10 milhões de consumidores. Recentemente uma grave crise económica assolou a maior parte dos países mundiais, Portugal não foi excepção. Para garantir o bom funcionamento do Estado e das suas instituições, Portugal precisou da assistência financeira da Comissão Europeia, Banco Central Europeu e do Fundo Monetário Internacional. Em Maio de 2014 previa-se o fim do programa de assistência económica e financeira. Durante o programa de assistência, Portugal teve a oportunidade de corrigir desequilíbrios macroeconómicos onde foram implementadas medidas estruturantes em diversas áreas e recuperar o acesso aos mercados de dívida internacional⁴.

A Líbia é um país magrebino, situado no norte de África, às portas da Europa, faz fronteira terrestre a Tunísia, Argélia, Níger, Chade, Sudão e Egito. É um país que saiu de uma guerra civil, após anos de ditadura, e que nos dias de hoje ainda não encontrou o rumo certo para democratizar-se. Tem uma população a rondar os seis milhões de habitantes no entanto, ao contrário de Portugal, numa extensa dimensão territorial.

O presente relatório de estágio insere-se na vertente não letiva do Mestrado em Diplomacia e Relações Internacionais da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e tem como objetivo a obtenção do grau de Mestre em Diplomacia e Relações Internacionais onde neste projeto faço a análise descritiva e crítica sobre as atividades por mim desenvolvidas. O Estágio iniciou-se a 5 de dezembro e terminou a 25 de abril, num total de 770 horas. Como orientador académico pude contar com a colaboração do Professor Doutor Teotónio R. de Souza e como orientadora de estágio tive a Sra. Embaixadora, a Dra. Isabel Brilhante Pedrosa.

Optei por realizar este estágio curricular por diversos motivos, o primeiro prendia-se pelo tipo de estágio, executado numa representação diplomática, que por si só era aliciante, em segundo os objetivos propostos durante o estágio que eram altamente enriquecedores, e

⁴ (aicep Portugal Global, 2014, p. 5) e.g.

<http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/LivrariaDigital/PortugalFichaPais.pdf> 28/01/2015 às 15:58

perfeitos para a prática dos conhecimentos adquiridos até à data e por último por se realizar na Líbia tendo a possibilidade de ir viver para um país árabe em plena transição democrática. Poder partilhar o meu quotidiano com árabes e muçulmanos foi algo que sempre desejei realizar. Tendo em conta que estagiei numa representação diplomática o presente Relatório de Estágio tenta responder às seguintes questões:

- 1 – Como se tem pautado a política externa portuguesa?
- 2- Como se tem pautado a política externa líbia?
- 3- Como têm sido as relações luso-líbias?

Como poderá ser verificado, o estudo realizado à política externa portuguesa termina no início do século XX e justifica-se pelo facto que os acontecimentos mais relevantes da mesma aconteceram durante esse mesmo século, enquanto o da Líbia acaba no ano de 2014, dado que atravessa um momento crucial na sua história.

Metodologia

Para a realização deste relatório de estágio foram utilizadas obras literárias adquiridas ao longo do meu percurso académico. Para abordar o caso líbio, a aquisição de livros que falassem da sua política externa foi extremamente difícil, sendo que nem mesmo nas principais livrarias de Trípoli havia bibliografia que abordasse esse tema.

Relativamente à estrutura do relatório do estágio, este está dividido em cinco capítulos. No primeiro capítulo, na “Fundamentação Teórica” é feita uma abordagem científica a temas que irão apresentar-se regularmente durante este projeto.

O segundo capítulo, “A Política Externa de Portugal” aborda a política externa da Monarquia, com incidência para o Mapa Cor-de-Rosa, da Primeira República onde os novos líderes republicanos estiveram à prova com a entrada de Portugal na Primeira-Guerra Mundial, o Estado Novo onde se deu a entrada de Portugal na OTAN e por fim a República Democrática com a adesão à Comunidade Económica Europeia. Para a abordar estes temas baseei-me no capítulo “Entre a África e a Europa: A política externa portuguesa 1890-2000” escrito por Nuno Serviano Teixeira do livro “Portugal Contemporâneo” e depois usei outros autores para abordar assuntos relevantes para este projeto e fazer a análise descritiva.

No terceiro capítulo é abordada a “Política Externa da Líbia” estudada desde a “Monarquia Senussi” até ao recém-formado governo, nomeado pela Câmara dos Representantes. Desde a Monarquia até ao fim da guerra civil de 2011 utilizei referências bibliográficas, e daí até ao governo do Primeiro Ministro al-Thani visto tratar-se de um assunto extremamente atual procedi à análise descritiva com base em documentos de fonte aberta, incluindo relatórios de Organizações Não Governamentais e de «think thanks».

No quarto capítulo por não existir nenhuma obra dedicada às relações luso-líbias voltei novamente a utilizar fontes abertas, nomeadamente fontes noticiosas, documentos consultados na Embaixada de Portugal em Trípoli e ainda uma entrevista que tive com a Dra. Shelley Pires da Direção dos Serviços do Médio Oriente e Magreb, do MNE.

O quinto e o último capítulo são respeitantes às atividades por mim exercidas e os métodos utilizados para concluir os mesmos.

De acordo com o despacho reitoral nº101/2009 de 2009 a norma aplicada para a realização deste relatório de estágio é a norma a *American Psychological Association* (APA).

1. Capítulo 1 – Fundamentação Teórica

Para desenvolver este estudo torna-se essencial realizar uma fundamentação teórica, para a compreensão de diferentes conceitos e a sua correta interpretação. Os conceitos apresentados não têm uma definição consensual entre a comunidade científica, daí, a importância em defini-los. São eles, a Política Externa, a Diplomacia, Diplomacia Bilateral, Diplomacia Multilateral, Diplomacia Económica, Geopolítica e Missão Diplomática.

1.1. Política Externa

A Política Externa pode ser definida como a “atividade exercida por um Estado no domínio externo, ou seja, para além das suas fronteiras políticas [...] o sector da atividade do Estado que se destina a obter um determinado resultado em relação a outro Estado ou grupo de Estados.” (Magalhães, 2005b, p. 22)

Já Fernando de Sousa dá-nos uma definição mais profunda do que é a política externa, afirmando que a mesma rege a partir da política interna de cada país, sendo os principais fatores internos, “os recursos do Estado, a sua posição geopolítica, o nível de desenvolvimento da sua economia, a estrutura demográfica, os valores fundamentais da sua população, bem como a ideologia dominante” (Sousa, 2005, p. 144) O mesmo autor define que na política externa a prioridade passa pela região em que se insere cada Estado havendo assim cooperação e integração regional. O autor defende ainda que, existem dois polos na política externa, as «high politics» e as «low politics». As «high politics» são os interesses vitais do Estado sendo esses a segurança e o bem-estar. As «low politics» é o relacionamento com os outros Estados, que fica ao cargo da diplomacia. Fernando Sousa identifica pelo menos dois mecanismos de implementação da política externa sendo eles, a capacidade económica e a capacidade militar⁵.

1.2. Diplomacia

Para Chazelle (1962)⁶ citado por Magalhães (2005): “o termo diplomacia significa [...] conjunto dos meios e atividades específicas que um estado consagra ao serviço da sua política externa”. (Magalhães, 2005, p. 80). No entanto, esta é uma definição muito ampla. O

⁵ (Sousa, 2005, p. 145)

⁶ Chazelle, J. (1962), *La Diplomatie*. Paris: SNI in Magalhães, J. (2005). *Diplomacia Pura*. Bizâncio. Lisboa. P. 80.

embaixador José Calvet de Magalhães tenta ser conciso relativamente à definição afirmando que a “diplomacia é um instrumento da política externa entre outros; [...] a diplomacia constitui negociação entre dois ou mais estados” (Magalhães, 2005, p. 83). Contudo, o diplomata aprofunda ainda mais, afirmando que é um instrumento ao serviço da política externa que abre um canal de diálogo pacífico entre dois detentores de poder político de dois Estados⁷, empregando intermediários que são mutuamente reconhecidos pelas respectivas partes⁸.

Estas, são no entanto, definições que pecam por serem escassas devido à não inclusão dos organismos internacionais. Já Maria Regina Mongiardim fundamenta que a diplomacia resulta da “interacção e comunicação entre agentes dos Estados. [...] Com a incorporação das organizações internacionais nesta dinâmica a diplomacia tornou-se extensiva às atividades desenvolvidas por essas mesmas organizações” (Mongiardin, 2007, p. 31). A mesma autora define que a diplomacia reside na relação entre Estados soberanos ou de organizações internacionais com personalidade jurídica internacional⁹.

1.3. Diplomacia Bilateral

A diplomacia bilateral pode ser definida como um permanente e contínuo contacto entre dois Estados que se debruçam sobre várias matérias, sendo esses assuntos de cariz económico, cultural, científico e militar¹⁰. Apesar do crescente número de organismos internacionais onde se pratica uma diplomacia multilateral, os Estados têm a necessidade de exercerem nos bastidores uma diplomacia bilateral de maneira a que se coordenem entre si para uma determinada posição no quadro multilateral. Este também é um canal mais sigiloso, mais discreto, mais longe do olhar público e consequentemente da crítica, evitando-se assim possíveis crises do Estado soberano e a perda de prestígio da sua classe política¹¹. A diplomacia

⁷ (Magalhães, 2005b, p. 85)

⁸ (Magalhães, 2005b, p. 92)

⁹ (Mongiardin, 2007, p. 31) Como podemos ver esta definição que já inclui os Organismos Internacionais o que significa que a definição de Diplomacia não é estática e intemporal, é sempre passiva de ajustamentos e de evolução.

¹⁰ (Mongiardin, 2007, pp. 215, 216).

¹¹ (Mongiardin, 2007, p. 219)

bilateral é neste sentido o canal de preferência e de prestígio para a defesa do interesse de um Estado soberano¹²

1.4. Diplomacia Multilateral

A diplomacia multilateral tem os seus primórdios no Congresso de Westfália¹³. De acordo com o Embaixador José Calvet de Magalhães a “diplomacia multilateral assenta no reconhecimento da existência de uma comunidade de interesses de vários países ou grupo de países e que exige um tratamento de conjunto” (Magalhães, 2005b, p.108). O mesmo autor afirma que as técnicas usadas na diplomacia bilateral são diferentes das técnicas usadas na diplomacia multilateral porque no multilateralismo os assuntos são discutidos à volta de uma mesa com diversos representantes e por isso é exigido neste tipo de diplomacia formas particulares de atuação¹⁴. Já Regina Mongiardim afirma que esta diplomacia tende a definir objetivos de um determinado número de países presentes nestas reuniões e consequentemente isso implica um alargamento de consensos e a limitação de autonomia e de reivindicação dos interesses dos mesmos¹⁵. Os Estados dentro dos Organismos Internacionais têm a necessidade de se coordenarem entre si para a defesa de uma determinada posição no quadro multilateral, à qual a autora descreve como “diplomacia de corredor”¹⁶. Não há assim uma delimitação definida entre a diplomacia bilateral e a diplomacia multilateral, as duas tendem a complementar-se¹⁷.

1.5. Diplomacia Económica

A diplomacia económica é um instrumento da política económica externa. Nos dias de hoje, a diplomacia económica não se ocupa apenas dos acordos comerciais entre dois ou mais Estado, ocupa-se também das finanças, investimentos diretos, de serviços, transferências de tecnologias e de regulação do comércio mundial, assim ocupa-se tudo o que diz respeito à esfera

¹² *Ibidem*, p. 220. Apesar do crescente número de blocos regionais e a consequente perda de soberania dos Estados por delegarem parte da mesma aos respetivos blocos regionais são os Estados os legítimos interlocutores no palco das relações internacionais.

¹³ *Ibidem*, p. 223. Congresso que pôs fim à Guerra dos Trinta Anos e iria restabelecer a paz na Europa. Já José Calvet de Magalhães diz que a Diplomacia Multilateral apareceu depois da I Guerra Mundial com o aparecimento das organizações internacionais. (Magalhães, 2005b, p. 108)

¹⁴ (Magalhães, 2005b, p. 108)

¹⁵ (Mongiardin, 2007, p. 220)

¹⁶ *Ibidem*, 2007, pp. 215, 216.

¹⁷ (Magalhães, 2005b, p. 110)

pública. Já na esfera privada a diplomacia económica ocupa-se de novos atores, nomeadamente de ONGs, empresas privadas e multinacionais¹⁸. A diplomacia económica apresenta-se como um ramo da política externa dos estados, como tal é executada através do aparelho diplomático do Estado introduzindo na diplomacia tradicional novos conteúdos, sendo estes mesmos de cariz económico. Cada vez mais os assuntos económicos assumem maior relevância na política externa dos Estados, dada a necessidade dos mesmos se desenvolverem e assim proporcionarem o bem-estar à sua população e de conquistarem cada vez mais uma quota de poder internacional. Em algumas circunstâncias, a economia poderá assumir-se como o principal vetor da política externa de um país, consoante as necessidades de satisfação da política interna¹⁹. A Diplomacia Económica tem cada vez mais mostrado a sua importância em criar condições favoráveis ao desenvolvimento de negócios internacionais, bilaterais e multilaterais, de negócios de empresas privadas e públicas, possibilitando o crescimento destas²⁰. O aumento das trocas económicas entre estados obrigou muitas embaixadas a incorporar conselheiros económicos na assessoria aos embaixadores, “não apenas nas negociações de acordos de natureza económica, mas também na procura de oportunidades de negócio, no incentivo das exportações, no apoio aos empresários nacionais, na promoção do investimento, e na elaboração de estudos económicos e de mercado” (Mongiardim, 2007, p. 384).

1.6. Geopolítica

Yves Lacoste define Geopolítica como “rivalidades de poderes ou de influência sobre territórios ou sobre as populações que nela vivem: rivalidades mais ou menos pacíficas ou violentas entre poderes políticos [...] Estas rivalidades exercem-se para o controlo ou domínio de territórios geográficos [...]” (Lacoste, 2006, p. 7)

1.7. Missão Diplomática

As relações entre estados são cada vez mais complexas e variadas. Os caminhos-de-ferro, áreas de navegação, as telecomunicações, serviços postais são uns dos exemplos que requerem cooperação entre os países. No entanto existem outros campos de cooperação tais

¹⁸ (Mongiardim, 2007, p. 380)

¹⁹ *Ibidem*, 2007, p. 381.

²⁰ *Ibidem*, 2007, p. 382.

como: a saúde, intercâmbio cultural, cooperação económica e financeira, emigração, desportiva, proteção de marcas e de propriedade intelectual. Para além de outros temas de carácter político, uma missão diplomática é ainda uma extensão do serviço público que é praticada pelos serviços consulares. Estes serviços consulares normalmente estão integrados nas missões diplomáticas ou podem ser serviços consulares independentes²¹.

De acordo com a Convenção de Viena sobre as Relações Diplomáticas, as funções das missões diplomáticas consistem em: representar; proteger os interesses do Estado acreditante no Estado acreditador; negociar; informar; promover relações amistosas entre o estado acreditador e acreditante e por fim extensão do serviço público.

Começando em primeiro lugar pela representação de um Estado, esta ocorre nas mais variadas ocasiões, designadamente: abertura de sessões legislativas no parlamento, tomada de posse de chefes de estado, cerimónias comemorativas dos dias nacionais, ou funerais de relevância nacional²². A atividade de representação pode ser definida como, um conjunto de ações que o agente diplomático realiza em representação do estado. O agente diplomático representa o seu governo, porque é este quem o nomeia e define a Política Externa²³.

No que toca à proteção, num sentido mais lato, representa toda a proteção exercida pelo agente diplomático no estado acreditador. Num sentido mais restrito, representa a proteção dos interesses do estado acreditante junto do estado acreditador. Cabe ao estado acreditador proteger o património do estado acreditante, proteger os interesses dos cidadãos do estado acreditante. Neste caso, insere-se a repatriação dos mesmos por falta de subsistência, perturbações de ordem social, revoluções, guerras civis, catástrofes, roubos ou doença súbita²⁴. Relativamente à proteção dos interesses nacionais a mesma passa pela proteção de investimentos ou negócios feitos por nacionais do estado acreditante com o objetivo de evitar problemas administrativos e legislativos, contudo esta é uma prática muito sujeita ao direito

²¹ (Magalhães, 2005a, pp. 30, 31) Apesar de a Convenção de Viena de 1961 sobre as Relações Diplomáticas não referir o estabelecimento de Secções Consulares, uma vez que estas encontram-se abrangidas pela Convenção de Viena sobre as relações consulares de 1963. No entanto no 2º parágrafo 3º artigo da Convenção de Viena sobre as Relações Diplomáticas de 1961 onde está aberta a possibilidade de as missões diplomáticas possuírem secções consulares.

²² *Ibidem*, 2007, p. 33.

²³ (Mongiardim, 2007, p. 141)

²⁴ (Magalhães, 2005a, pp. 49, 50)

interno do Estado creditor. Esta proteção dos seus cidadãos e do seu património pode ainda ser confiada a um terceiro estado, também ele credente, caso o estado creditor aceite²⁵.

Sobre a negociação, partimos de um princípio que a negociação existe para que dois ou mais estados cheguem a um acordo sobre um determinado tema ou porventura ultrapassar um determinado problema. Estas negociações podem ser diretas ou diplomáticas. As negociações diretas são executadas diretamente pelos detentores de cargos políticos e as negociações diplomáticas são executadas por intermediários, neste caso os diplomatas sendo que poderão ser negociações bilaterais ou multilaterais²⁶. Antes das negociações formais, têm lugar negociações informais, que têm como objetivo dar a conhecer ao Estado A as intenções do Estado B, partilhar as suas exigências e as suas cedências havendo sempre consentimento recíproco²⁷. Antes dos primeiros contactos existe todo um trabalho de recolha de informação²⁸ sobre as pretensões da outra parte para que durante os contactos se possa contra-argumentar ganhando assim alguma flexibilidade durante a negociação. Já na fase das negociações, quando estas envolvem muitos participantes, é importante que os temas para os quais os intervenientes foram chamados sejam sintéticos e não muito complexos, pois caso contrário isso poderá levantar algumas questões por partes dos negociantes e levar assim ao retrocesso das negociações. Já no plano bilateral quando existem duas vontades é fácil chegar a um acordo, caso a outra parte não concorde com a alteração de um determinado tema terá que aceitar ou então interromper a negociação²⁹.

Relativamente à informação esta é uma das principais atividades do diplomata visto que é ele o responsável por transmitir ao seu estado o desenvolvimento de vários temas do estado onde está acreditado. Para transmitir esses desenvolvimentos, o agente diplomático normalmente recorre a fontes informativas legítimas tendo depois que as analisar, remete para os serviços centrais. Quando existe informação especializada sobre determinados temas, são os adidos especializados para as respetivas áreas de competência a quem cabe prioritariamente

²⁵ (Mongiardim, 2007, pp. 144, 145)

²⁶ (Magalhães, 2005a, pp. 38, 39)

²⁷ (Mongiardim, 2007, pp. 136, 137)

²⁸ Muitas vezes estas negociações têm um carácter muito específico, daí que muitas vezes estas sejam negociadas através de peritos especializados em áreas em que a negociação incida. Cf. (Mongiardim, 2007, p. 135)

²⁹ (Magalhães, 2005a, pp. 41-43)

esta recolha e análise de informação³⁰. Existe no entanto uma outra maneira de apurar informação, conforme afirma Magalhães: “(...) a obtenção de informação por meios ilegítimos a que, eufemisticamente se chama «recolha clandestina» (*clandestine collection*), o que significa naturalmente, espionagem” (Magalhães, 2005, p. 35) e que é normalmente feita pelas grandes potências mundiais. Muitos destes agentes estão acreditados como agentes diplomáticos e quando são descobertos põem em descrédito o verdadeiro agente diplomático³¹. José Calvet de Magalhães adverte que o envio de telegramas com o resumo das notícias locais é um trabalho inútil porque os serviços centrais têm acesso a essa mesma informação, através dos despachos das agências internacionais. Isto poderá levantar o problema de que quando o chefe de missão enviar um telegrama de alguma importância, este passar despercebido devido ao facto de não conseguir analisar e enviar somente o que é importante para os serviços centrais. Outro fator importante, é a honestidade do chefe de missão: ter a capacidade de ser honesto com os serviços centrais para que nunca perca a sua credibilidade, a veracidade da informação que presta é essencial, e não cair no erro de transmitir aquilo que o seu governo quer ouvir, mas sim a verdade. Mesmo quando transmite uma informação errada inadvertidamente deverá ter a capacidade de assumir o erro contrapondo com argumentos válidos que corroborem a sua anterior informação prestada relativamente a um determinado assunto. É essencial para um agente diplomático manter a sua credibilidade para com os serviços centrais.

“A informação diplomática tem uma dupla orientação: informar o Estado acreditador sobre os assuntos relevantes para a formulação e execução da política externa; e informar o Estado acreditante sobre todas as questões pertinentes que contribuam para o melhor conhecimento e aproximação entre os Estados” (Mongiardim, 2007, p, 140).

A promoção de relações amistosas, é uma vertente de relevo nas relações internacionais. A promoção é a ação de impulsionar, dar ênfase e pode passar por dois campos, relações económicas e das relações culturais, que se justificam por serem ambas objeto de muita concorrência. Anteriormente designada de ‘propaganda’, esta palavra caiu em desuso após os regimes totalitários a terem usado no período entre guerras, daí que nos dias de hoje seja usada

³⁰ (Magalhães, 2005a, p. 34) Estes adidos especializados podem ser conselheiros económicos, adidos militares, comerciais, culturais, jurídicos, educação ou de imprensa, a informação política está ao cargo do chefe de missão. (Mongiardim, 2007, p. 139)

³¹ (Magalhães, 2005a, p. 35) O agente diplomático quando acusado de espionagem poderá ser considerado «persona non grata» sendo objeto de país onde foi acreditado. (Mongiardim, 2007, p. 139)

a palavra ‘informação’³². Esta promoção passa muitas vezes pela presença dos agentes diplomáticos em conferências, seminários, atividades onde os mesmos possam promover os interesses do estado.³³

Por último, temos a extensão do serviço público. Esta função das missões diplomáticas tem como objetivo, prestar auxílio aos seus cidadãos expatriados que por vezes necessitam de ajuda ou de aceder a um serviço público básico como por exemplo o recenseamento eleitoral para exercerem o sue direito de voto, registo civil, notariado, emissão de passaportes, entre outros³⁴.

³² (Magalhães, 2005a, pp. 48, 49) e (Mongiardim, 2007, p. 143) Ambas as definições são semelhantes.

³³ (Mongiardim, 2007, p. 143)

³⁴ (Magalhães, 2005a, pp. 50, 51)

2. Capítulo 2 – As relações Externas de Portugal

2.1. A Monarquia Constitucional

No século XIX, desde a primeira metade até à década de setenta, a política externa portuguesa teve como principal farol a aliança inglesa. Esta relação foi muitas vezes penosa para Portugal, a nível político e militar no pós invasões-francesas e a nível económico com o Tratado de Comércio Luso-Britânico de 1810. A aliança inglesa, juntamente com a Quádrupla Aliança criado para instalar monarquias liberais na Península Ibérica. Fez-se sentir durante a guerra civil portuguesa onde acabaria por triunfar o liberalismo e na revolução de Setembro de 1836 desencadeando em 1847 na guerra de Patuleia que terminou com a convenção de Gramido em 1847.

Depois do Congresso de Viena em 1815, a Europa encontrava em relativo equilíbrio, até que em 1871, com a unificação alemã o cenário veio a alterar-se. A Inglaterra deixou de ser a potência dominante na paisagem europeia passando a estar acompanhada pela Alemanha. Este novo cenário abria uma nova via para a política externa portuguesa que até à data era direcionada para a aliança inglesa³⁵. Foi nas questões africanas que Portugal procurou o apoio alemão, uma vez que com a Inglaterra havia um diferendo.³⁶

Na Europa começa a haver um renovado interesse pela África, quer por interesses políticos, quer por interesses económicos³⁷. Até 1885 os territórios coloniais eram reconhecidos pelo direito internacional através do princípio dos direitos históricos, no entanto, depois da Conferência de Berlim, os territórios coloniais passaram juridicamente a ser reconhecidos através da ocupação efetiva³⁸. Neste contexto, Portugal passa a ter que aumentar as suas esferas de influência³⁹ dentro do território africano e é assim que nasce o projeto África Meridional Portuguesa, conhecido também por Mapa-Cor-de-Rosa que uniria Angola a Moçambique⁴⁰. Os

³⁵ (Teixeira, 2004, p. 88)

³⁶ (Ferreira, 1993, p. 113)

³⁷ (Teixeira, 1987, p. 688)

³⁸ (Teixeira, 2004, pp. 88, 89) Antes da conferência de Berlim de 1885, realizou-se a Conferência de Bruxelas em 1875 onde ouviram-se as primeiras críticas relativas ao direito histórico que tinha sido criado por Portugal. (Teixeira, 2004, p. 88). Perante este cenário Portugal procurou junto da sua aliada algum apoio. A Inglaterra mostrou-se disponível para negociar com Portugal e chegou-se a assinar o Tratado do Zaire, no entanto o mesmo suscitou muitas dúvidas e reações negativas, quer da opinião pública quer da diplomacia francesa e alemã levaram a Inglaterra a abandonar o tratado sem sequer antes ir a discussão parlamentar. (Teixeira, 1987, p. 691)

³⁹ As esferas de influência foram negociadas com a França e com a Alemanha nas Convenções de 1886, tendo a Inglaterra ficado de fora. (Teixeira, 1987, p. 693)

⁴⁰ (Teixeira, 1987, pp. 692, 693)

ingleses também presentes no continente africano tinham um projeto semelhante, «Cecil Rhodes», que ligava a cidade do Cabo ao Cairo. Com este conflito colonial e com a aproximação de Portugal à Alemanha, a Inglaterra apresentou a 11 de Janeiro de 1890 o ultimato inglês⁴¹. Nesse mesmo dia o Rei D. Carlos reúne-se com o Conselho de Ministros e anuncia a cedência de Portugal perante o Ultimato Inglês, o que representou o fim do Mapa Cor-de-rosa⁴². Para Portugal, a Aliança Inglesa era mais importante que os territórios⁴³. A derrota da diplomacia portuguesa fez crescer o nacionalismo português⁴⁴.

Depois do ultimato inglês a política externa portuguesa teve como principais focos de atenção do lado europeu, novamente a Inglaterra, e do lado africano, as suas colónias⁴⁵. É de novo no palco africano, nas colónias portuguesas que a aliança inglesa voltou a ser assunto dominante.

Nos finais do século XIX, Portugal encontrava-se numa grave crise financeira. Para se financiar sondou Londres tendo em vista obter um empréstimo. Como garantia de pagamento ofereceu o rendimento das alfândegas ultramarinas⁴⁶. A Alemanha, nova potência mundial e com interesse no território africano assinou o acordo Anglo-Alemão⁴⁷ que previa que na eventualidade de Portugal pedir empréstimo a um dos signatários do tratado as receitas das alfândegas seriam divididas entre ambos⁴⁸. A diplomacia inglesa encontrava-se numa situação difícil, por um lado tinha a Alemanha, uma nova potência mundial com apetite colonial, e, por outro lado Portugal, uma velha nação aliada que poderia ajudar a Inglaterra que se encontrava em guerra com os boers⁴⁹. Antes da assinatura do acordo Anglo-Alemão, Portugal retirou o pedido de empréstimo à Inglaterra e virou-se para a França, algo que a Inglaterra apoiou. As conversações com a França relativas ao pedido de empréstimo foram interrompidas e isso abria

⁴¹ (Teixeira, 2004, p. 89)

⁴² (Teixeira, 1987, p. 694) Portugal ainda tentou minimizar os efeitos do ultimato através de uma negociação com a Inglaterra através de um mediador, que seria a Alemanha, nem a Inglaterra nem a Alemanha aceitaram. (Teixeira, 2004, pp. 89, 90)

⁴³ (Ferreira, 1993, p. 118)

⁴⁴ Para mais informações sobre as consequências do ultimato inglês na política interna de Portugal veja-se (Teixeira, 1987, pp. 697-718)

⁴⁵ (Teixeira, 2004, p. 90)

⁴⁶ (Ferreira, 1993, p. 119)

⁴⁷ Antes do acordo ser celebrado a Inglaterra hesitou em assiná-lo, pois tal iria contra a aliança com Portugal, a Alemanha sondou Paris para um acordo que dividiria as colónias portuguesas, algo que agradou a Paris. No entanto a política anglófila levada a cabo pelo executivo francês impossibilitou o acordo. (Costa, 1998, p. 74)

⁴⁸ (Costa, 1998, p. 75)

⁴⁹ (Costa, 1998, p. 76)

novamente a oportunidade da Alemanha consolidar os seus objetivos coloniais⁵⁰, que em Agosto de 1898 assina o acordo com a Inglaterra depois de algumas resistências inglesas. Perante este desenvolvimento Londres aconselhou Lisboa a retomar os contactos com Paris para viabilizar o crédito pretendido por Lisboa⁵¹.

A possibilidade de partilhar as colónias portuguesas entre os ingleses e alemães foi anulada pela diplomacia portuguesa através da permissão da passagem de tropas inglesas que se encontravam em guerra contra os boers em Moçambique e o reconhecimento da soberania portuguesa nas colónias africanas⁵². Inglaterra manteve as suas obrigações estabelecidas na aliança e inclusive fortaleceu a aliança através da declaração de «Windsor»⁵³ em outubro de 1899. Quanto à Alemanha, ficou sempre com a esperança que Portugal viesse a pedir um empréstimo à Inglaterra ou a si⁵⁴.

Para além do reforço da aliança inglesa, Portugal voltou a estabilizar as relações com a vizinha Espanha, equilibrando assim a sua geopolítica. Na conferência de Algeciras, em 1906, Portugal votou ao lado da Inglaterra, numa linha de reforço à aliança e aproximava-se da Entente Cordiale⁵⁵. Com a aliança inglesa reforçada, Londres pede a Lisboa garantias para a não cedência de facilidades a outras potências, nascendo assim bases militares e navais no arquipélago dos Açores, mais tarde estas facilidades seriam estendidas aos EUA⁵⁶. Espanha, que até à data pautava a sua política externa pelo seu isolacionismo, aproximou-se também da Entente Cordiale aumentando assim a insegurança nacional. Este cenário suscitou algum receio à diplomacia portuguesa, pela possibilidade de que um acordo semelhante ao que os ingleses fizeram com os alemães se repetisse com a Espanha. A nível interno, o descontentamento

⁵⁰ (Costa, 1998, pp. 82, 83)

⁵¹ (Costa, 1998, p. 88) Apesar da resistência inglesa em assinar o acordo devido à crescente hegemonia alemã, no entanto com o acordo os ingleses poderiam contar com uma provável neutralidade alemã fazendo com os boers tivessem que enfrentar os ingleses sozinhos.

⁵² (Ferreira, 1993, p. 120)

⁵³ Sobre o Tratado de Windsor, ver (Costa, 1998, pp. 91-123) O Tratado Luso-Britânico de Windsor de 14 de Outubro de 1899 prometia a não proclamação da neutralidade portuguesa na guerra entre a Grã-Bretanha e a República da África Meridional e não permitir a chegada de material bélico a esta. (Ferreira, 1993, p. 120)

⁵⁴ (Costa, 1998, p. 89)

⁵⁵ (Teixeira, 2004, p. 91)

⁵⁶ (Teixeira, 2004, p. 92)

popular com a monarquia crescia devido às consequências do ultimato inglês beneficiando assim o Partido Republicano⁵⁷.

2.2. Primeira República

Com a instauração da primeira república a atenção da política externa portuguesa manteve-se centrada na Inglaterra e nas colónias⁵⁸, exemplo disso foi o facto de as primeiras deslocações diplomáticas dos republicanos terem sido a Londres e a Paris, com o objetivo de ver a República Portuguesa reconhecida por ambos. O reconhecimento de Paris estava dependente do reconhecimento de Londres devido à Entente Cordiale. Relativamente à Inglaterra, a missão diplomática portuguesa conseguiu que a questão de Portugal ser uma nova República fosse tratada como uma questão interna e de que a aliança inglesa fosse um tratado de amizade entre povos e não monarquias. A conjuntura internacional não era propícia à nova república portuguesa e ao seu respetivo reconhecimento, uma vez que os países europeus eram quase todos monárquicos, à exceção, da Suíça e da França. A diplomacia portuguesa teve como principal missão neste período o reconhecimento internacional da nova república. Os primeiros reconhecimentos vieram da América do Sul, dos países republicanos da Argentina e do Brasil. Em 1911 foi a vez dos EUA e da França⁵⁹. O reconhecimento de Londres foi o último, a coroa inglesa fez inúmeras exigências à República Portuguesa, entre elas a eleição de uma assembleia constituinte e a eleição de um chefe de estado. A 11 de Setembro de 1911 a Inglaterra reconheceu a república portuguesa e consequentemente as restantes monarquias Europeias⁶⁰. Ainda nesse mesmo ano Portugal, durante a crise de Agadir, pôe-se ao lado da Entente Cordiale pois a aproximação espanhola à Inglaterra levantava sérios riscos à geopolítica portuguesa, que enfrentou a pressão continental. Portugal temia uma anexação espanhola e a aproximação entre estes dois países não jogava a favor de Portugal, no entanto Londres preferiu não intrometer-se nos assuntos peninsulares e adotou um comportamento benevolente para com as investidas

⁵⁷ (Teixeira, 2004, p. 94) Antes da queda a monarquia os republicanos iniciaram diligências em Londres para garantir a não intervenção da Inglaterra em Portugal assim como nos territórios coloniais portugueses e também de qualquer tentativa de intervenção espanhola. (Ferreira, 1993, p. 123)

⁵⁸ (Teixeira, 2004, p. 96)

⁵⁹ (Teixeira, 2004, pp. 94, 95) Relativamente ao reconhecimento da República portuguesa, o Vaticano só o reconheceu depois da I GM (Ferreira, 1993, p. 125)

⁶⁰ (Teixeira, 2004, p. 96)

monárquicas espanholas⁶¹. Apesar da política externa portuguesa ter como farol a aliança inglesa, é um facto que antes da I Guerra Mundial as relações entre Portugal e a Alemanha iam ficando cada vez mais sólidas e chegou a celebrar, um Tratado de Comércio Luso-Alemão, em 1908, que não agradou muito a Londres devido ao grande fluxo de trocas comerciais entre ambos os países⁶². As trocas comerciais aumentaram de tal maneira que Portugal permitiu que houvesse entrada de capitais alemães em Angola. Apesar disso, mais uma vez em 1913 a Alemanha e a Inglaterra viriam a celebrar um acordo que previa a partilha dos territórios coloniais portugueses. Em 1911 Portugal celebraria mais um acordo comercial mas desta vez com a França, contudo estas trocas comerciais nunca atingiram o mesmo fluxo da Alemanha apesar de com a França haver benefícios alfandegários⁶³. Em 1913 Portugal viu a sua estratégia peninsular desvalorizada quando a Espanha celebrou o mesmo tipo de acordos com potências fora da Península Ibérica⁶⁴.

Em vésperas da I GM Portugal, a política externa regia-se principalmente pela aliança inglesa, enquanto as relações com a França se encontravam também condicionadas porque esta fazia parte da Entente Cordiale e também estava condicionada pela política externa inglesa. A Alemanha mostrava outra vez apetite pelas colónias portuguesas não obstante as trocas comerciais entre ambos, e, no contexto ibérico, a ameaça da anexação espanhola assombrava Portugal⁶⁵.

Apesar de não se ter tornado beligerante logo no início da guerra, Portugal tendia para o lado dos aliados devido à aliança luso-britânica⁶⁶, o que fez com que a posição de Portugal estivesse sempre dependente das diretrizes de Londres⁶⁷. A primeira posição de Portugal relativamente à guerra foi a de neutralidade, sem, no entanto, a declarar⁶⁸, o que do ponto de vista do direito internacional era legal⁶⁹. A neutralidade portuguesa seria, no entanto, uma

⁶¹ (Teixeira, 2004, p. 97)

⁶² (Ferreira, 1993, p. 126) Este acordo de partilha das colónias portuguesas viria a falhar devido à pressão diplomática portuguesa e pela França porque viu-se afastada deste processo. (Teixeira, 2004, p. 98)

⁶³ (Ferreira, 1993, pp. 127, 128)

⁶⁴ (Ferreira, 1993, p. 129)

⁶⁵ (Ferreira, 1993, p. 130)

⁶⁶ (Teixeira, 1996, p. 191) O interesse da Inglaterra foi de não ter Portugal diretamente envolvido no conflito. (Teixeira, 1996, p. 222)

⁶⁷ (Teixeira, 1996, p. 200)

⁶⁸ (Teixeira, 1996, p. 203)

⁶⁹ (Teixeira, 1996, p. 204)

neutralidade condicionada devido à colaboração não oficial e bilateral com a Inglaterra⁷⁰. A França viria mais tarde a pedir armamento a Portugal, algo que Lisboa aceita mas com a condição de serem as tropas portuguesas a manuseá-las⁷¹. No que toca à Alemanha, as relações entre os dois países vão-se progressivamente deteriorando devido às constantes violações da neutralidade portuguesa⁷². Durante este período a diplomacia tentava em primeiro lugar assegurar a neutralidade espanhola para diminuir a ameaça de anexação, pois a aliança luso-brtânica, só protegia as colónias, pressionava a Inglaterra para que esta se tornasse beligerante ao abrigo da aliança luso-brtânica fazendo consequentemente as relações anglo-espanholas esfriarem⁷³. A 9 de março de 1916 a Alemanha declarou guerra a Portugal e, depois do pedido inglês ao abrigo da aliança luso-brtânica, Portugal acabou por entrar na guerra⁷⁴.

Porquê é que Portugal entrou na guerra? Portugal entrou na guerra para proteger as suas colónias, visto que estas eram alvo de interesse das grandes potências⁷⁵, para fazer parte do concerto Europeu do pós-conflito, afastar a ameaça espanhola, enaltecer-se em relação à Espanha no mapa ibérico e, por último, para consolidar a república⁷⁶. Terminada a guerra, Portugal parte para a Conferência de Paz de Versalhes com os seguintes objetivos: manutenção dos territórios coloniais; ser recompensado financeiramente; receber parte da frota alemã e receber material de guerra⁷⁷. Estes objetivos dividiam-se pelos objetivos de guerra que se traduziam pela manutenção das colónias⁷⁸, e pelos objetivos de paz, que passavam por ter acesso a indemnizações; ter acesso a parte da frota alemã e colocar Portugal no conserto europeu da Sociedade das Nações⁷⁹. Apesar dos objetivos de guerra terem sido conquistados, os objetivos de paz não foram atingidos na plenitude, pois as forças armadas não conseguiram

⁷⁰ (Teixeira, 1996, p. 218)

⁷¹ (Teixeira, 1996, p. 228)

⁷² (Teixeira, 1996, p. 323)

⁷³ (Teixeira, 2004, p. 99)

⁷⁴ (Teixeira, 1996, p. 372) A Alemanha declarou guerra a Portugal após Portugal se ter apoderado dos navios alemães atracados nos portos nacionais. (Ferreira, 1993, p. 131)

⁷⁵ (Teixeira, 2004, p. 98) Durante a I Guerra Mundial a Alemanha chegou mesmo a atacar as colónias portuguesas e a Inglaterra usou-as para fins logísticos. (Teixeira, 1996, p. 374)

⁷⁶ (Teixeira, 2004, p. 99) O facto Portugal ter conseguido manter a neutralidade espanhola foi uma vitória para a diplomacia portuguesa, pois o «Foreign Office» temia que pelo facto de Portugal alinhar ao lado dos aliados iria fazer com que Madrid se juntasse a Berlim no conflito (Ferreira, 1993, pp. 129, 130)

⁷⁷ (Ferreira, 1992, pp. 15, 16)

⁷⁸ (Ferreira, 1992, p. 82)

⁷⁹ (Ferreira, 1992, p. 83)

adquirir o tão desejado material bélico⁸⁰. A Espanha foi convidada para membro do Conselho Executivo da Sociedade das Nações como representante dos países neutros sendo isto uma derrota para a política externa portuguesa⁸¹. Com a criação da SDN a política externa portuguesa tinha agora uma hipótese de diversificar o seu enfoque alternando entre a Inglaterra e Espanha⁸². Portugal começa a diversificar os seus contactos, nomeadamente com a Alemanha, Brasil, Bélgica e até com a União Sul Africana⁸³. Durante a participação na Comissão Permanente de Mandatos da SDN, Portugal tenta proteger os seus interesses coloniais apoiando-se em Londres e Bruxelas⁸⁴.

A 28 de Maio de 1926 é implantada uma ditadura militar. Contudo as linhas gerais do relacionamento externo mantiveram-se: empenho na SDN; aliança inglesa; colónias e diversificação da política externa. Seria durante o Estado Novo que a política externa portuguesa iria ter mudanças significativas⁸⁵.

2.3. Estado Novo

É com o Estado Novo e com Salazar que se dão as mais significativas mudanças na política externa portuguesa. Salazar critica o «parlamentarismo internacional» da SDN, declara a maior fidelidade à aliança inglesa, aproxima-se da Espanha para reforçar a amizade peninsular e por último defende os territórios ultramarinos. A política externa portuguesa passa então a concentrar-se no seu triângulo clássico: Lisboa-Londres-Madrid⁸⁶.

Devido ao eclodir da guerra civil espanhola, Salazar passa a tutelar a pasta dos negócios estrangeiros e passou a apoiar Franco julgando que a vitória deste afastaria o perigo do federalismo ibérico. Portugal acabou por participar na Comissão de Não-Intervenção onde

⁸⁰ (Ferreira, 1992, p. 74)

⁸¹ (Ferreira, 1992, p. 50)

⁸² (Ferreira, 1992, p. 86)

⁸³ (Ferreira, 1993, p. 137) Apesar da diversificação das relações externas de Portugal, Londres continuou como a principal aliada.

⁸⁴ Portugal passou a apoiar-se em Londres na questão da soberania de Macau e devido aos diferendos com União Sul Africana quer com África do Sul, com esta última Portugal também contar com o apoio de Bruxelas. (Ferreira, 1993, p. 137)

⁸⁵ (Teixeira, 2004, p. 101)

⁸⁶ (Teixeira, 2004, p. 102) Salazar considerava que a SDN era o centro da política continental e que a vocação portuguesa era atlântica.

ficou encarregue de fiscalizar as suas fronteiras⁸⁷. Com o fim da guerra civil espanhola os dois países peninsulares com regimes ditatoriais celebram a 17 de Março de 1939 o Tratado Luso-Espanhol de Amizade e Não-Agressão⁸⁸.

Após a invasão alemã na Polónia, a 1 de Setembro de 1939, Salazar declarou a neutralidade portuguesa⁸⁹. A principal preocupação da política externa entre 1939 e 1942 foi a de garantir a neutralidade espanhola, e para tal a diplomacia dotou-se de todos os meios necessários para garantir o objetivo neutralidade, algo que veio a confirmar-se, a não-beligerância espanhola. Uma vez que a neutralidade da Península Ibérica estava garantida, Portugal vira-se para os assuntos económicos e coloniais, onde enfrenta desafios, nomeadamente Timor que é consequentemente invadido pela Holanda, Austrália e Japão⁹⁰ e ainda a questão de Macau⁹¹. Afastada a possível intervenção na Península Ibérica no verão de 1943, Londres começa a fazer pressão para usar os Açores, porque a localização das ilhas iria ser decisiva para derrotar os submarinos alemães. Em troca, Londres garantia a retirada das forças no fim da guerra e a conservação da soberania portuguesa nos territórios coloniais. Portugal aceitou e a concessão dos Açores à Inglaterra teve início a 8 de Outubro de 1943. No

⁸⁷ (Ferreira, 1993, p. 139) Durante o período compreendido entre 1931 e 1939 a questão de mais foco da política externa portuguesa foi a situação da sua vizinha Espanha. Salazar acreditava que para um equilíbrio geopolítico de Portugal era necessário haver boas relações com ambos os países e para tal era preciso não haver diferenças entre ambos os regimes, pois caso houvesse essa diferença não só seria o regime que poderia estar em causa como a própria independência portuguesa, assim Salazar fez um apoio discreto, desde apoio financeiro, logístico e de material e de voluntários aos nacionalistas espanhóis para que garantissem a mudança de regime espanhol. (Teixeira, 2004, pp. 102, 103)

⁸⁸ (Ferreira, 1993, p. 140)

⁸⁹ A rápida declaração da neutralidade portuguesa pode justificar-se pois dois motivos: o primeiro para motivar a Espanha a declarar a neutralidade que se encontrava próxima das potências do eixo, em segundo lugar devido à fraca preparação das tropas portuguesas. (Ferreira, 1993, p. 141)

⁹⁰ (Teixeira, 2004, p. 104)

⁹¹ (Guerra, crime e política: – Um “western” de Macau (I) 30-11-10, 2010) e.g.

[https://temposdoriente.wordpress.com/2010/12/02/guerra-crime-e-politica-um-](https://temposdoriente.wordpress.com/2010/12/02/guerra-crime-e-politica-um-%E2%80%9Cwestern%E2%80%9D-de-macau-i-30-11-10/)

[%E2%80%9Cwestern%E2%80%9D-de-macau-i-30-11-10/](https://temposdoriente.wordpress.com/2010/12/02/guerra-crime-e-politica-um-%E2%80%9Cwestern%E2%80%9D-de-macau-i-30-11-10/) acedido a 16-07-2014 às 18h14. O Japão para não transgredir o direito internacional vigente da época e não violar a neutralidade portuguesa nomeou um cônsul quem seria elevado a conselheiro especial do Governador de Macau com poderes que iam além de um representante diplomático de um país estrangeiro, sendo que então o cônsul japonês se tenha tornado num «super» administrador a quem o governador português se tornara num súbdito, algo não confirmado porque a documentação relativa a este assunto encontra-se nas chancelarias e inacessível por estarem protegidos. Foi também criada uma empresa “Companhia Cooperativa de Macau” onde o governo português detinha um terço das ações e quem a oficialmente geria era um delegado português que no entanto em vez de seguir as ordens do governo de Macau seguia as ordens do governo do Japão.

ano seguinte seria os EUA a pedir a autorização para usar o aeroporto de Santa Maria, algo que o governo português só autorizou depois da libertação de Timor pelos norte-americanos⁹².

Com o fim da II Guerra Mundial a neutralidade portuguesa não ficou intacta, nomeadamente com as invasões em Timor, a questão de Macau, a cedência dos Açores à Inglaterra e EUA e a venda de volfrâmio ao Eixo. De acordo com Londres, a neutralidade portuguesa foi uma «neutralidade continental».

Com o fim da guerra, Portugal iria passar por uma marginalização por parte da comunidade internacional. Os únicos atores com quem Portugal mantinha contactos eram a Espanha, o Vaticano, a católica Irlanda e, de certa forma, com a Inglaterra e os EUA. Apesar da tolerância inglesa e norte-americana face ao regime do Estado Novo, Portugal não seria convidado para a Conferência de São Francisco onde seria fundada a Organização das Nações Unidas, acentuando assim a sua marginalização internacional. Em 1946 Portugal pediu a adesão à ONU, mas o seu pedido não seria aprovado no Conselho de Segurança⁹³. No pós-guerra a política externa portuguesa navegou por caminhos incertos. Não aceitou a nova ordem bipolar com a emergência das duas superpotências EUA e URSS, o conseqüente declínio da Inglaterra e da Europa, da relevância da ONU e o direito à autodeterminação dos povos. Só depois da adesão à Organização do Tratado do Atlântico Norte é que existe essa percepção da nova ordem mundial. Sinal dessa falta de percepção foi ter recusado o Plano Marshall, em 1947, sendo só aceite no segundo exercício em 1949-1950⁹⁴. Perante a ameaça soviética e por motivos geoestratégicos Portugal foi convidado para ser membro fundador da OTAN. O sistema era dividido em dois pilares, o de retaguarda, que correspondia ao continente americano e o avançado, que correspondia ao continente Europeu. Para ligar estes dois pilares era necessário um ponto intermédio e é aqui que, a par da Islândia, Portugal entrou, através dos Açores visto que eram (e são) um ponto geoestratégico que garantia de facto essa ligação entre os pilares⁹⁵. A partir deste momento Portugal e os EUA começam numa fase de negociações que só iria terminar em 1949. A ronda de negociações não foi particularmente fácil. Portugal tardava a dar as respostas e apresentou algumas reservas diplomáticas sendo essas a duração do tratado (20 anos, período que parecia demasiado longo); a questão espanhola, (pois considerava a Península

⁹² (Ferreira, 1993, p. 143)

⁹³ (Ferreira, 1993, p. 144) Portugal não conseguiu a adesão devido ao veto da URSS. (Teixeira, 2004, p. 105)

⁹⁴ (Teixeira, 2004, p. 106)

⁹⁵ (Teixeira, 1993, pp. 64, 65)

Ibérica uma unidade estratégica), pretendia que o convite também fosse endereçado à Espanha. A terceira questão era remetida para as colónias pois estas não se encontravam na área de jurisdição do tratado e Portugal queria incluí-las. A última questão prendia-se com a alusão que o texto do tratado fazia à Carta da ONU, do qual Portugal ainda não era membro. Nenhuma das reservas foi aceite. A Espanha mostrava-se descontente com a eventual adesão de Portugal à OTAN e esperava que Portugal tivesse dialogado sobre a entrada ou não, para algo que beneficiasse os dois lados em consonância com o Pacto Ibérico. No fundo, a Espanha queria era a própria adesão, em conjunto com Portugal. Por outro lado, a Inglaterra apoiava a entrada de Portugal no Pacto do Atlântico. A recusa do convite poderia significar uma exploração soviética e consequentemente colocar a segurança do ocidente em risco⁹⁶. Anticomunista e preocupado com o futuro da civilização ocidental cristã, Salazar optou por aderir ao Pacto do Atlântico, ainda que sem grande entusiasmo. A adesão à OTAN seria uma vitória para a política externa portuguesa porque legitimava o Estado Novo, porque Portugal ganhava relevância no espaço peninsular e porque podia agora contar com a nova potência atlântica, os EUA⁹⁷.

Portugal seria admitido na ONU em 1955 em conjunto com outros países, incluindo a Espanha, representando o fim do isolamento espanhol e o fim da tolerância para com o Estado Novo e a suas políticas coloniais⁹⁸. O primeiro exemplo do fim da tolerância deu-se quando Portugal foi solicitado a prestar informações sobre as suas colónias, o que Lisboa recusou-se a facultar. Até ao fim do Estado Novo, a política externa portuguesa iria pautar-se pela tentativa de manutenção do império colonial⁹⁹. Na década de 50, Portugal travou alguns debates sobre os seus territórios coloniais na Assembleia Geral da ONU, quer com a União Indiana, quer com os movimentos de libertação africanos. Mais tarde a União Indiana invadiu Goa, Damão e Diu e nenhum país apoiou Portugal, nem mesmo os estados-membros da OTAN. Portugal encontrava-se cada vez mais isolado. Em 1961 iniciou-se a guerra colonial e Portugal viu-se envolvido em três frentes: Angola, Guiné e Moçambique. Portugal rejeitou as propostas americanas para resolver o conflito através do diálogo político assim como as propostas do Vaticano, Espanha, Inglaterra e Brasil em abrir mão dos seus territórios coloniais. Salazar tinha

⁹⁶ (Teixeira, 1993, pp. 67, 68) Sobre o processo de adesão de Portugal na OTAN veja-se (Telo, 1996)

⁹⁷ (Teixeira, 1993, pp. 79, 80)

⁹⁸ (Teixeira, 2004, p. 108)

⁹⁹ (Ferreira, 1993, p. 150)

uma visão de que a África complementava a Europa, não só por questões financeiras como também por questões de defesa¹⁰⁰.

Perante o projeto de construção europeia Salazar mostrou sempre o seu ceticismo, no entanto Portugal viria a ser membro fundador, em 1948, da Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE) e, na década de sessenta, a da Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA). A adesão à EFTA esteve sempre dependente de Londres. A entrada de Portugal beneficiou a Inglaterra porque a mesma queria incluir a Commonwealth e ter Portugal como um aliado. Já a nível político a adesão representou uma liberalização da economia portuguesa¹⁰¹ e uma nova multiplicação de relações económicas com os restantes países Europeus. A EFTA simbolizou também a alternativa à Comunidade Económica Europeia, à qual Portugal ainda não tinha aderido e que era vista como incompatível com o regime vigente da data, sendo que com a EFTA o regime de Salazar conseguia manter as tradicionais linhas da política externa portuguesa: virada para o Atlântico, para a aliança inglesa e de ainda integrar um organismo de cooperação económica Europeia e a participação que dava legitimidade ao regime.¹⁰²

No plano europeu, Portugal manteve-se sempre na sombra inglesa, não participou no plano Schuman e na construção da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço¹⁰³. Salazar nunca foi a favor do federalismo Europeu, apesar das experiências positivas na OECE e do Plano Marshall, contudo, era com a entrada nesses organismos de cooperação que o regime ganhava legitimidade na nova ordem internacional e no quadro europeu¹⁰⁴. Para Magalhães, citado por Rollo, “Os políticos e intelectuais portugueses de qualquer orientação política, nunca mostraram grande interesse em relação ao movimento Europeu, nem participaram nos diversos encontros a favor da união Europeia realizados no pós-guerra” (Rollo, 1998, p. 67)

Em 1962, Portugal aderiu ao Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), dando continuidade à adesão aos organismos de cooperação económicos onde Portugal poderia lucrar. Nesse mesmo ano, e com muitas reservas, as negociações entre Portugal e a Comunidade

¹⁰⁰ (Teixeira, 2004, pp. 110, 111)

¹⁰¹ (Pinto & Teixeira, 2005, p. 23)

¹⁰² (Pinto & Teixeira, 2005, pp. 25, 26)

¹⁰³ (Pinto & Teixeira, 2005, p. 22)

¹⁰⁴ (Rollo, 1998, p. 66)

Europeia iniciaram-se, seguindo-se assim, mais uma vez, os passos da Inglaterra¹⁰⁵. No entanto De Gaulle, vetou a entrada do Reino Unido, bloqueando também as negociações com os restantes países da EFTA, entre eles Portugal que já tinha iniciado as negociações para um acordo de associação. Só em 1972 é que Portugal assinou o acordo comercial com a CEE. Seria com o fim do Estado Novo, com a viragem para a democracia que as linhas gerais da política externa portuguesa iriam tomar um novo rumo¹⁰⁶.

2.4. República Democrática

Após o 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas elaborou um plano para a política externa portuguesa, que passava pela descolonização, democratização e desenvolvimento sendo que a descolonização se apresentava como o maior desafio para o regime saído da revolução. Perante a incerteza sobre o futuro dos territórios coloniais, as elites políticas dividiam-se entre o reconhecimento da autodeterminação dos povos colonizados através de um referendo e o reconhecimento da autodeterminação imediata com transferência dos poderes para os movimentos de libertação, sendo que a segunda hipótese acabaria por prevalecer. A partir deste momento as chancelarias portuguesas começaram a estabelecer contactos diplomáticos para a passagem de poderes para os movimentos de libertação. Apenas a Guiné-Bissau declarou a sua independência unilateralmente.

Após a revolução, Portugal teve dois momentos distintos na sua política externa: o pré-constitucional, e o pós-constitucional depois de aprovada a nova constituição democrática¹⁰⁷. O período pré-constitucional ficou marcado pela diplomacia partidária feitas pelas elites políticas nas capitais europeias para o reconhecimento da democracia portuguesa, reconhecimento esse facilitado muitas vezes pelas boas relações que Mário Soares tinha com

¹⁰⁵ (Rollo, 1998, p. 71)

¹⁰⁶ (Teixeira, 2004, p. 112) Sobre o acordo comercial, Portugal tinha três hipóteses: a adesão: a associação ou o acordo comercial. A primeira seria incompatível com o regime, a segunda porque de acordo com o artigo nº238 do Tratado de Roma exigiria um compromisso mais elevado do que aquilo que Portugal estava disposto, assim só a terceira hipótese seria viável a Portugal. A entrada de Portugal na CEE foi benéfica porque deixou a porta aberta para uma futura adesão e porque permitiu a Portugal alternar entre África e a Europa, uma vez que o projeto colonial europeu e o projeto europeu eram antagónicos. (Pinto & Teixeira, 2005, pp. 31,32)

¹⁰⁷ (Teixeira, 2004, pp. 112, 113)

alguns chefes de estado europeus¹⁰⁸. O principal apoio europeu à democratização partiu da Internacional Socialista, da Suécia e da República Federal da Alemanha. A Inglaterra mostrava o seu apoio político, mas o apoio financeiro veio principalmente da Alemanha e, em menor quantidade, da França, Itália, Holanda e Noruega. Os países da CEE escolheram o Partido Socialista como principal motor da democratização portuguesa, algo que deu grande credibilidade interna a Mário Soares. Contudo havia sempre o receio de que a democracia não triunfasse em Portugal e caso isso acontecesse a CEE estaria preparada para impor sanções económicas a Portugal, nomeadamente congelamento das remessas dos emigrantes portugueses em França e na República Federal da Alemanha, algo que seria um grande revés para a economia portuguesa. Afastada a hipótese de um triunfo comunista em Portugal, os países europeus fizeram sentir aos EUA, principalmente a Henry Kissinger, que se mostrava muito pessimista, que, os EUA deveriam igualmente apoiar as forças políticas democráticas¹⁰⁹. É também neste período pré-constitucional que as relações externas de Portugal iriam pautar-se pelos países saídos da descolonização¹¹⁰. Neste contexto importa referir os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, que deram origem à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa em 1996, organização de que Portugal foi membro-fundador¹¹¹. Após a aprovação da nova constituição, Portugal assumiu-se como um país atlântico e europeu, atlantismo esse que resultou no estreitamento das relações com os EUA e, conseqüentemente, na renovação da concessão das Lajes entre 1979 e 1983. Ainda no espaço Atlântico, Portugal empenhou-se mais nos trabalhos da OTAN e o resultado foi uma maior participação nas operações no terreno. O outro vetor central da política externa portuguesa foi a Europa, reforçado a partir de 1976¹¹². A 28 de março de 1977, o MENE José Medeiros Ferreira entregou formalmente o pedido de adesão à CEE¹¹³. A partir desta data intensificaram-se as negociações para a adesão completa à

¹⁰⁸ (Telo, 2008, pp. 188, 189) Perante a rutura total com o anterior regime Mário Soares, então Ministro dos Negócios Estrangeiros foi pressionado a fazer uma renovação na classe diplomática, contudo isso não aconteceu e os diplomatas, a maior parte deles mudaram de posto, mantendo-se o mesmo embaixador nos EUA, para dar um sinal de tranquilidade. A partir de 1979 a carreira diplomática estendeu-se às mulheres e o número de embaixadores aumentou de doze para trinta e três. (Telo, 2008, p. 190)

¹⁰⁹ (Telo, 2008, pp. 202, 203)

¹¹⁰ (Teixeira, 2004, p. 113)

¹¹¹ (Telo, 2008, pp. 228, 229) A ação da CPLP tem sido ambígua apesar de alguns resultados na cooperação entre os seus Estados-Membros. A sua presença nos cenários e crises internacionais é quase nula, salvaguardando-se a crise na Guiné-Bissau no fim dos anos 90.

¹¹² (Teixeira, 2004, p. 114)

¹¹³ (Telo, 2008, p. 209)

CEE, com a assinatura de um protocolo financeiro em 1976 que tinha como principal objetivo ajudar a consolidar a economia portuguesa. Em 1978 seria disponibilizado mais uma tranche financeira ao abrigo do acordo comercial celebrado entre ambos em 1973. Apesar da hesitação dos ministros dos negócios estrangeiros dos estados membros da CEE, os estados-membros da EFTA apoiaram a adesão portuguesa justificando que tal passo iria reforçar as instituições europeias e portuguesas. Em maio de 1977 a Comissão da CEE mostrou-se muito positiva relativamente à adesão de Portugal e em 1980 foi disponibilizada mais uma quantia financeira num acordo pré-adesão para Portugal melhorar as suas estruturas económicas, algo que ajudou visto que Portugal já se encontrava na segunda intervenção do Fundo Monetário Internacional¹¹⁴. Portugal aderiu à Comunidade Económica Europeia em 1 de Janeiro de 1986¹¹⁵. A razão pela qual a adesão demorou tanto prende-se, para além dos assuntos aqui já explicados, com a Espanha pois uma vez que os pedidos foram próximos, a CEE decidiu juntar os dois processos. A Espanha veio a pedir a adesão em abril de 1978 e, para malogro de Portugal, as negociações entre a comunidade e a Espanha arrastaram-se. Portugal desde cedo tentou separar as negociações, mas sempre sem sucesso¹¹⁶. A entrada de Portugal na CEE representou uma nova redefinição na política externa portuguesa que teria repercussões internas no sentido de partilha de soberania, tendo passado a alinhar com as posições consensualizadas no seio da CEE. Portugal viria a adotar duas diretrizes prioritárias: a primeira seria defender a solidariedade e coesão a nível comunitário para usufruir dos fundos comunitários e segunda, ser dos países mais europeístas para estar sempre no pelotão da frente¹¹⁷. Em dezembro de 1985, foi aprovado o Acto Único Europeu que visava a abolição das barreiras dos mercados internos até 1992 de cada estado-membro. Portugal, que adotou uma posição altamente europeísta, implementou a medida de imediato. Em 1988 Portugal consegue aprovar no Conselho de Rodes o desígnio de ultraperiferia que seria aplicado às regiões insulares da Madeira e dos Açores. No

¹¹⁴ (Magone, 1998, pp. 139-140) A primeira intervenção do FMI deu-se logo depois da revolução em 1977 quando ainda não havia qualquer tipo de concertação social nem «think tanks» de apoio aos trabalhadores, a segunda intervenção foi em 1983 e foi conduzida pelo Ministro das Finanças Hernâni Lopes. <http://idportuguesa.pt/?p=6175> visitado a 5 de Setembro de 2014

¹¹⁵ (Magone, 1998, p. 141)

¹¹⁶ (Telo, 2008, p. 210)

¹¹⁷ (Telo, 2008, p. 253)

processo do Euro, Portugal mais uma vez empenha-se a fundo com objetivo de integrar o pelotão da frente para que pudesse ser beneficiado com os Fundos de Coesão¹¹⁸.

No primeiro semestre de 1992, Portugal assumiu a Presidência do Conselho de Ministros da Comunidade Europeia. A presidência portuguesa ficou marcada pela introdução do Mercado Único Europeu e pela assinatura do Tratado da União Europeia, guerra na antiga Jugoslávia, e a reforma da Política Agrícola Comum. No que concerne à Bósnia-Herzegovina, a presidência não foi capaz de pressionar a ONU para o envio de tropas antes do conflito deflagrar. Portugal tentou organizar uma conferência de paz, mas o presidente bósnio, muçulmano, não compareceu com o receio de tornar-se prisioneiro dos sérvios, apesar de, Portugal ter oferecido um avião da Força Aérea Portuguesa com escolta da ONU¹¹⁹. Para além da guerra da Bósnia-Herzegovina, outro dossier menos feliz durante a presidência portuguesa foi o não dinamizar ao referendo sobre o Tratado da União Europeia¹²⁰. Um acontecimento positivo foi a reeleição de Jacques Delors como presidente da CE, garantindo assim a política dos Fundos de Coesão. Dez anos depois da adesão à Comunidade Europeia, o balanço era positivo¹²¹. No primeiro semestre de 2000, Portugal voltou de novo a presidir à União Europeia tendo como principais dossiers o alargamento a leste, o Médio Oriente e a situação na Bósnia-Herzegovina.

Até ao final do milénio a política externa portuguesa ficou marcada por quatro vetores: a complementaridade entre o Atlântico e a Europa, eixos até aqui vistos como antagónicos, pois ser Atlântico representava um valor acrescentado no quadro Europeu e o mesmo se verificava na situação inversa, principalmente quando o assunto dizia respeito às relações com as antigas colónias. A prioridade ao vetor Atlântico e às colónias, marcante no pós 25 de abril, seria transformado com a adesão à Comunidade Europeia levando Portugal a empenhar-se progressivamente mais na Europa. As relações ibéricas melhoraram depois das transições democráticas, não só pela entrada de Espanha na OTAN mas também pela entrada simultânea dos dois países na Comunidade Europeia. Depois da transição democrática, a própria diplomacia muda de paradigma uma vez que a diplomacia bilateral perde cada vez mais peso e

¹¹⁸ (Telo, 2008, pp. 254, 255)

¹¹⁹ (Magone, 1998, pp. 145, 146)

¹²⁰ (Magone, 1998, p. 147)

¹²¹ (Telo, 2008, pp. 258, 259)

a diplomacia multilateral ganha cada vez mais terreno com a entrada de Portugal nos organismos internacionais¹²².

¹²² (Teixeira, 2004, p. 116)

3. Capítulo 3 - As Relações Externas da Líbia

3.1. Monarquia Senussi

A 24 de dezembro de 1951, sob a supervisão da ONU, foi proclamada a independência com o estabelecimento de uma monarquia encabeçada por Idris al-Senussi terminando assim o período colonial italiano. Como estado independente, o Reino da Líbia aproximou-se das potências ocidentais e manteve-se afastado das políticas antiocidentais, pan-arabistas e anti-israelitas dos estados árabes lideradas pelo líder egípcio Gamel Abdel al-Nasser¹²³. A primeira iniciativa do Rei Idris surgiu com a entrada da Líbia na Liga dos Estados Árabes em março de 1953, tornando-se o seu oitavo membro. A entrada, quase dois anos depois da independência, na LEA poderá ser entendida como um atraso da Líbia em mostrar a sua solidariedade com a causa árabe pois na altura da adesão o assunto dominante era o conflito israelo-palestiniano. Nesse mesmo ano a Líbia viria a assinar um tratado de aliança e amizade com o Reino Unido que duraria vinte anos para apoio mútuo nos domínios militar e financeiro por parte de Londres, tratado esse que foi negociado secretamente. O convénio previa, para além a assistência mútua em caso de guerra ou conflito armado, o ainda o «Radford Plan» que possibilitavam os ingleses e possivelmente os americanos ajudarem a Líbia no caso de uma invasão egípcia¹²⁴.

Com um considerável número de jazidas de petróleo, os países ocidentais mostraram grande interesse na Líbia. No campo militar, onde a Líbia assinou acordos de cedência de bases militares com os EUA e com Reino Unido¹²⁵, as potências ocidentais passaram a providenciar o seu «know-how», principalmente os EUA, com quem a Líbia estreitou laços. As principais empresas petrolíferas americanas assumiram um papel de destaque no desenvolvimento do setor na Líbia. O desenvolvimento da indústria petrolífera e a cedência das bases áreas de Wheelus¹²⁶ e da base Al Adem aos americanos provocou o crescimento económico líbio. Internamente crescia o nacionalismo árabe e ao mesmo tempo a corrupção, dois fatores que faziam com que a popularidade de Idris decrescesse¹²⁷.

¹²³ (Ronen, 2008, p. 4)

¹²⁴ (Wright, 2012, p. 183)

¹²⁵ (Ronen, 2008, p. 4)

¹²⁶ Conhecida nos dias que decorrem pelo aeroporto de Mitiga

¹²⁷ (Vandewalle, 2012, pp. 44,45)

Em 1955, para mostrar uma maior flexibilidade da sua diplomacia, Trípoli aproximou-se de Moscovo apesar desta se opor à sua adesão na ONU que teve lugar nesse mesmo ano¹²⁸. Em 1954 a Líbia envolveu-se em conflito com o Chade, pois o Rei Idris considerava a faixa de Azou parte do território líbio. Seria a primeira de muitas investidas líbias para reclamar este território¹²⁹.

No que concerne à relação com os restantes países africanos, a Líbia não desenvolveu grandes laços de amizade, uma vez que a Líbia não dispunha de meios para desenvolver adequadamente a sua política externa. Foi só a partir de 1967, depois da guerra dos seis dias¹³⁰, que recuperou uma maior abertura no seu relacionamento externo, principalmente para com os países árabes¹³¹. Durante aquele conflito, Trípoli e Benghazi foram testemunhas de manifestações antiamericanas e antibritânicas e insatisfação com as políticas pró-ocidentais do Rei Idris. Os terminais petrolíferos foram fechados em sinal de apoio aos países árabes beligerantes e, face à magnitude dos protestos, o governo líbio pediu para que todos os britânicos e americanos evacuassem do país, até mesmo os presentes nas bases aéreas¹³².

Um pouco antes do golpe de estado de 1969, a Líbia contava com sete mil homens no seu exército treinados pelos oficiais britânicos, programa cujo principal objetivo era dar emprego à população Líbia¹³³.

Aproveitando a ausência do Rei Idris na Líbia a 1 de Setembro de 1969, um grupo de jovens militares liderados por Muḥammad Qadhafi tomaram o poder. Qadhafi tornou-se no Presidente do Conselho Revolucionário¹³⁴.

¹²⁸ (Wright, 2012, pp. 183, 184) Israel também viria a opor-se à adesão líbia defendendo que as portas da ONU deveriam estar abertas a países de paz (The Global Jewish News Source, 1955) e.g.

<http://www.jta.org/1955/12/09/archive/israel-opposes-admission-of-jordan-and-libya-to-u-n-membership> acedido a 17/12/2014 às 12:57.

¹²⁹ (Vandewalle, 1998, p. 52)

¹³⁰ Em 1967 ocorreu a terceira guerra do conflito Israelo-palestiniano, conhecida como a guerra dos seis dias (Nye, 2002, p. 210)

¹³¹ (Wright, 2012, pp. 184, 185)

¹³² (Vandewalle, 2012, p. 69)

¹³³ (Vandewalle, 1998, p. 52)

¹³⁴ (Lacoste, 2006, p. 356)

3.2. República Árabe da Líbia

Depois do golpe de estado de 1969, a política externa Líbia mudou consideravelmente, enveredando por uma política antiocidental em sintonia com o nacionalismo árabe idealizado por Nasser que viria a falecer em 1970. Com esta mudança, a Líbia iniciou um processo de afastamento face ao ocidente e EUA, que apoiava Israel. Apesar disto, as relações com Washington nos primeiros anos foram estáveis, pois os EUA tinham os seus interesses em jogo. Em primeiro lugar o interesse pelo petróleo e em segundo em manter a Líbia afastada da URSS¹³⁵. A par do seu ativismo no seio do movimento dos não-alinhados, Trípoli viria a estreitar relações com Moscovo nos anos 70¹³⁶.

Na arena árabe, Qadhafi, inspirado por Nasser, dedicou-se a reerguer o pan-arabismo depois da morte do líder egípcio¹³⁷. Com este objetivo viria tentar a criar, em 1970, um bloco regional com o Egito e com o Sudão, em 1974, com a Tunísia e em 1980 com a Síria¹³⁸.

No ano de 1971, a Líbia juntamente com o Egito e com a Síria formaram a Federação das Repúblicas Árabes, contudo esta viria a desintegrar-se no ano seguinte¹³⁹. As relações com o Egito de Sadat deterioraram-se quando Cairo e Damasco excluíram a Líbia da guerra contra Israel e o Egito passou a tomar posições pró-ocidentais enquanto a Líbia estreitava relações com Moscovo. Para piorar a situação Trípoli viu Cairo violar “os três não”¹⁴⁰. A relação com o Egito continuou a degradar-se e iria culminar com uma guerra nas respetivas fronteiras¹⁴¹. As

¹³⁵ (Vandewalle, 2012, pp. 128,129)

¹³⁶ (Ronen, 2008, p. 82)

¹³⁷ (Vandewalle, 2012, p. 79)

¹³⁸ (The German Marshall Fund of the United States & Instituto Affari Internazionali, 2009, p. 32) O Egito mostrou pouco entusiasmo e o Sudão encontrava-se numa guerra civil. (Ronen, 2008, p. 106) O acordo com a Tunísia viria a ser anulado devido às diferentes ideologias dos dois Chefes-de-Estado, uma das razões seria que a Tunísia era pró-ocidental e era a favor das negociações com Israel, a Líbia era anti-ocidental, a pender para o lado soviético e a favor da extinção do Estado de Israel, no entanto a principal razão veio da Argélia. A Argélia ameaçou atacar a Tunísia se não cancelasse o acordo, e montou um dispositivo militar ao longo da fronteira como forma de pressão, pois tal acordo entre os dois países iria interferir com a política externa de Argel e do seu papel na região. Já o Egito e o Sudão achavam a Líbia como um Estado com relações demasiado próximas da URSS. (Ronen, 2008, pp. 107, 108)

¹³⁹ (Hinnebusch & Ehteshami, 2002, p. 224) Sadat distanciou-se de Qadhafi e tencionava trazer os EUA para a arena árabe para negociar um processo de paz no médio oriente.

¹⁴⁰ (Ronen, 2008, pp. 106, 107). A Resolução de Cartum de 1967, onde ficaram conhecidos “os três não” determinava o não dar paz a Israel, não reconhecer o Estado de Israel e não negociar com Israel. (Council on Foreign Relations, S/Data) e.g. <http://www.cfr.org/world/khartoum-resolution/p14841> acedido a 16-10-2014 às 9:20.

¹⁴¹ (Hinnebusch & Ehteshami, 2002, p. 224)

relações com Marrocos também declinaram depois da tentativa de golpe de estado contra o Rei Hassan II, em 1971, que era pró ocidental. Rabat acusou Trípoli de ter apoiado os rebeldes apesar de nunca se ter provado nada¹⁴². Até 1976 a Espanha governava o Sahara Ocidental, que entretanto entregou à Mauritânia e Marrocos. A Frente Popular para a Libertação de Saqui al-Hamra e o Rio del Oro (Frente Polisário), tentou estabelecer a independência da República Árabe Saaraui Democrática (RASD). A Líbia e a Argélia passaram a apoiar a Polisário o que fez aproximar os dois países¹⁴³.

Um ano após a tomada de poder por Qadhafi, a Líbia envolveu-se mais uma vez com o Chade e no ano seguinte com o Uganda. O principal motivo da disputa com o Chade deveu-se à Faixa de Aouzou. O primeiro ministro francês Pierre Laval, do regime de Vichy ofereceu a faixa à Itália de Mussolini, mas o parlamento francês nunca ratificou o acordo e o governo de N'Djadema considerou, por isso, o acordo nulo após a sua independência¹⁴⁴. Os muçulmanos nómadas tebus, etnia originária da Líbia, fixaram-se nesta faixa, tanto do lado líbio como chadiano. A guerra civil chadiana começou quando os muçulmanos tebus chadianos do norte recusaram a ser governados por François Tombalbaye, um cristão sulista, de etnia Saara, que tinha chegado ao poder com a ajuda da França. A «Front de Libération Nationale du Tchad» (FROLINAT) composta por rebeldes chadianos tebus viria a ser apoiada pelo líder líbio. Qadhafi defendia que um governo vizinho pró-ocidental iria provocar um aumento da influência de Israel na região e consequentemente constituir uma ameaça para a Líbia. Qadhafi passou a treinar os rebeldes e a fornecer-lhes equipamento. Em 1971 Qadhafi tentou retirar Tombalbaye do poder, mas sem sucesso, as relações entre os dois países deterioraram-se cada vez mais.

Para acabar com a disputa o Chade e a Líbia assinaram um Tratado pelo qual a Faixa de Aouzou passaria para a soberania líbia e Qadhafi parava de apoiar a FROLINAT, uma vez que Qadhafi não cumpriu a sua parte, o Chade não transferiu a faixa. No entanto, Qadhafi tomou aquele território pela força militar. Tombalbaye viria a morrer num golpe de estado militar em

¹⁴² (Ronen, 2008, p. 108)

¹⁴³ (Ronen, 2008, pp. 109, 110) Qadhafi viria depois a parar de apoiar a Polisário depois de esforços diplomáticos (The German Marshall Fund of the United States & Instituto Affari Internazionali, 2009, p. 36) A Polisário é uma organização político-militar composta por saaraui, os habitantes nómadas do Saara Ocidental que declaram a independência da República Árabe Democrática Saaraui (Encyclopedia Britannica, 2009) e.g. <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/1385172/Saharan-Arab-Democratic-Republic> acessado a 04/11/2014 às 15h30.

¹⁴⁴ (Lacoste, 2006, pp. 357,358)

1975 e para o seu lugar foi o chefe de «staff», também cristão Félix Malloum que viria a cortar relações diplomáticas com a Líbia¹⁴⁵.

A 25 de Janeiro de 1971 houve um golpe de estado no Uganda que levou ao poder o General Amin. De Trípoli não houve reação imediata. Contudo, uma vez que o Egito deixara a sua política de pan-arabismo depois da morte de Nasser, Qadhafi sentia-se responsável por continuar a missão deste e procurar parceiros. O deposto presidente ugandês Obote, estava determinado em regressar ao poder e tinha o apoio militar da Tanzânia, onde se encontrava refugiado. Face a este cenário Amin também precisava de um parceiro que lhe providenciasse apoio militar. Por ser muçulmano, o novo chefe de estado da Uganda viu com bons olhos a ajuda da Líbia. Amim começou a adotar políticas antiocidentais e anti-israelitas para se aproximar de Qadhafi. A Líbia queria aumentar a sua esfera de influência e o Uganda precisava de apoio militar. Em várias visitas oficiais, os dois chefes de estado, declararam-se unidos contra o ocidente e Israel. A Líbia passou a cooperar militarmente com o Uganda, quer a nível do treino das tropas, quer a nível de aquisição de equipamento militar¹⁴⁶. A 17 de Setembro de 1972, deu-se a primeira intervenção direta do exército líbio no Uganda, quando as tropas de Obote apoiadas pelas tropas da Tanzânia invadiram o território ugandês, no entanto estas acabaram por se retirar.¹⁴⁷

Depois do golpe de estado de 1969, os soviéticos foram dos primeiros a reconhecer a legitimidade política de Qadhafi. Trípoli viria a abandonar o seu ativismo dentro do movimento dos não-alinhados, movimento defendido pelo seu ídolo Nasser, e viria a estreitar relações com Moscovo, apesar de não concordar com os ideais comunistas¹⁴⁸. As relações líbio-soviéticas estreitaram-se aquando do envolvimento de Trípoli no Chade e no Uganda, pois era de Moscovo que Trípoli recebia apoio político e militar para estas intervenções. Após a segunda visita oficial da Líbia a Moscovo as relações consolidaram-se e foi assinado um acordo de armamento no valor de 1.2 mil milhões de dólares. A URSS passou a fornecer material de guerra, tanques, aviões, mísseis como também técnicos e conselheiros militares¹⁴⁹.

¹⁴⁵ (Ronen, 2008, pp. 158, 159)

¹⁴⁶ (Ronen, 2008, pp. 145, 146)

¹⁴⁷ (Ronen, 2008, pp. 147, 148)

¹⁴⁸ (Ronen, 2008, pp. 81, 82)

¹⁴⁹ (Ronen, 2008, pp. 83, 84)

Desde que tomou o poder, o Coronel Qadhafi quis que as tropas estrangeiras abandonassem a Líbia, apesar desta presença trazer elevados benefícios financeiros para a Líbia e do tratado assinado em 1954 com os americanos. Os contingentes dos EUA e do RU acabariam por abandonar o território líbio a 11 de junho de 1970. O irmão líder, desde cedo procurou unir a população líbia, altamente tribal, em torno do objetivo de atingir a autodeterminação nacional através da restauração do pilar árabo-muçulmano. Depois da expulsão das forças estrangeiras, Qadhafi tornou-se mais agressivo para com os EUA acusando-os de roubo do petróleo líbio e de apoiar Israel¹⁵⁰. Em 1973, a força aérea líbia disparou contra um avião militar de carga americano que se encontrava ao largo da costa líbia. As relações iam-se deteriorando gradualmente. Nesse mesmo ano, em 1973 Washington acusou Trípoli de estar por detrás da organização palestina “Setembro Negro” quando estes assassinaram o embaixador americano para o Sudão numa receção na embaixada saudita em Cartum. A comunicação social líbia viria a considerar o ato heróico e em consonância com a causa árabe¹⁵¹. Anos mais tarde, em 1972, o mesmo se passou aquando a morte dos atletas israelitas nos Jogos Olímpicos de Munique. A partir destes acontecimentos, a comunidade internacional começava a desconfiar da ligação de Trípoli com grupos terroristas¹⁵². Para afrontar Washington, Trípoli, usava o petróleo como arma política. Depois de Qadhafi ter sido posto de parte no conflito com Israel em 1973 e de ter ficado de fora das respetivas negociações, Qadhafi, como retaliação, viria a nacionalizar três petrolíferas americanas, forçando estas a uma forte atividade de lobbying para que Washington fosse mais cooperante com Trípoli. A tensão com os EUA não se fez sentir exclusivamente nas relações bilaterais, afetou também os países com boas relações com Washington. Foi o caso do Uganda, onde apoiou o regime antiocidental no poder e no Chade onde ajudou as forças antiocidentais que procuravam derrubar o regime, como já foi aqui referido. A Líbia começou a adquirir equipamento militar à URSS e por isso, os EUA recusaram enviar um avião militar que Trípoli já tinha pago. Em 1975, Trípoli e Moscovo viriam a assinar novamente um acordo de armas, algo que fez as relações com os EUA se deteriorassem progressivamente¹⁵³.

¹⁵⁰ (Ronen, 2008, pp. 10, 11)

¹⁵¹ (Ronen, 2008, p. 12)

¹⁵² (Vandewalle, 2012, p. 130)

¹⁵³ (Ronen, 2008, pp. 14, 15)

3.3. Grande Jamahiriya Árabe Líbia Popular Socialista

A Grande Jamahiriya Árabe Líbia Popular Socialista surgiu em 1977 e teve como principal objetivo mobilizar as massas em torno do seu ideal, dando-lhe uma nova vida. A palavra Jamahiriya quer dizer assembleia de onde teoricamente provinha o poder através dos comités populares¹⁵⁴.

Na região do Médio Oriente e do Magrebe, logo no ano da “fundação” da Grande Jamahiriya Árabe Popular Socialista Líbia, Cairo acusou Trípoli de instigar tumultos no Egito e Sadat lançou uma ofensiva militar entre 21 a 24 de julho sobre aeroportos e instalações militares líbias. A visita de Sadat a Jerusalém foi vista pelo coronel líbio como uma afronta à nação árabe e Qadhafi como protesto trocou a bandeira da Líbia, que era semelhante à egípcia e mudou-a para uma toda verde em honra do Islão. Face à política de paz de Sadat, Trípoli conseguiu reunir vários países que partilhavam a sua visão, para em conjunto exercerem pressão sobre Cairo, sem sucesso, uma vez que o Egito e Israel viriam a assinar os acordos de Camp David¹⁵⁵. Contra o ocidente e Israel, Qadhafi viria a mostrar a sua reprovação a este acordo¹⁵⁶.

Depois da união falhada em 1974, as relações entre Trípoli e Tunes não atravessavam uma fase positiva, contudo, viriam a piorar quando Trípoli em 1980 apoiou os rebeldes de Gafsa contra o governo de Bourguiba. Face a estes confrontos, a Argélia criou o Tratado de Fraternidade e Concórdia em 1983, para resolver disputas territoriais, excluindo a Líbia. O tratado tinha como principal objetivo defender os países vizinhos, principalmente de Trípoli. A Tunísia e Líbia viriam efetivamente a confrontar-se ao longo das respetivas fronteiras mas a Argélia não socorreu Tunes¹⁵⁷. A resposta de Trípoli ao acordo argelino foi a criação União Árabo-Africana com Marrocos em 1984, apesar de anteriormente ter reconhecido a República Árabe Saaraui Democrática.¹⁵⁸ Rabat passou a ser o mediador entre Paris e Trípoli para a retirada das tropas Líbias do Chade. Como forma de agradecimento a Rabat pela sua mediação,

¹⁵⁴ (Lacoste, 2006, p. 359)

¹⁵⁵ (Ronen, 2008, pp. 110, 111) Sobre os Acordos de Camp David: (Yale Law School, Lillian Goldman Law Library in Memory of Sol Goldman, s.d.) e.g. http://avalon.law.yale.edu/20th_century/campdav.asp acedido a 20/10/2014 às 19h53.

¹⁵⁶ (Vandewalle, 2012, p. 130)

¹⁵⁷ (The German Marshall Fund of the United States & Instituto Affari Internazionali, 2009, pp. 35, 36)

¹⁵⁸ (Ronen, 2008, pp. 113, 114)

Qadhafi prometeu acabar com o apoio à Frente Polisário¹⁵⁹. A aliança com Rabat viria a terminar dois anos depois de ter sido criada devido à receção em Marrocos do primeiro-ministro israelita Shimon Perez¹⁶⁰. Já com Argel as relações permaneceram inalteráveis, mesmo depois do Coronel Chedli Benjaïd chegar ao poder¹⁶¹. As relações com o Sudão melhoraram depois da queda do pró-ocidental Numayri e com a ascensão de um regime militar provisório liderado pelo General Dahab¹⁶².

Após o ataque aéreo americano em Trípoli, a Argélia reforçou os laços diplomáticos com a Líbia e passou a partilhar e a defender o ideal do pan-arabismo de Qadhafi¹⁶³. No entanto, seria no ano de 1989, que o tão idealizado pan-arabismo viria a ganhar forma com a criação da União do Magrebe Árabe. A iniciativa serviu de lançamento da Líbia na agenda regional e o exemplo disso foi o melhoramento das relações com Marrocos e o cessar de vez com o apoio à Frente Polisário. Com a Tunísia também houve uma aproximação que resultou na assinatura de vários acordos económicos e, com a mediação da Argélia e de Marrocos, Trípoli aproximou-se do Cairo¹⁶⁴.

No Uganda, Qadhafi estava a apoiar o governo de Amin, um devoto muçulmano enquanto os rebeldes ugandeses eram apoiados pelo exército da Tanzânia, que por sua vez, foi apoiado pelo Egito. O regime de Amin seria derrubado em abril de 1979¹⁶⁵ resultando assim numa pesada derrota para Qadhafi, mas seria no Chade que Qadhafi iria dedicar mais atenção devido aos interesses em causa¹⁶⁶.

Relativamente à guerra no Chade, a Líbia reconheceu a FROLINAT como o legítimo governo em 1978. Durante a guerra, as tropas líbias seriam atacadas pelas tropas francesas que apoiavam o governo de Felix Malloum. O Governo de Malloum viria a cair e a dar lugar ao Governo Transitório da Unidade Nacional liderado por Goukouni. Hadre que se tornou ministro da defesa, começou a tomar medidas contra ao que considerava o imperialismo líbio¹⁶⁷. A

¹⁵⁹ (Ronen, 2008, p. 115)

¹⁶⁰ (The German Marshall Fund of the United States & Instituto Affari Internazionali, 2009, p. 36)

¹⁶¹ (Ronen, 2008, p. 113)

¹⁶² (Ronen, 2008, p. 115)

¹⁶³ (Ronen, 2008, pp. 115, 116)

¹⁶⁴ (Ronen, 2008, pp. 118, 119)

¹⁶⁵ (Ronen, 2008, pp. 151-153)

¹⁶⁶ (Ronen, 2008, p. 154)

¹⁶⁷ (Ronen, 2008, pp. 160, 161)

França começou a apoiar Hadre e o governo de transição de Goukouni viria a cair¹⁶⁸. Em 1987, as tropas Líbias iriam sofrer uma pesada derrota no norte da faixa¹⁶⁹. A questão da faixa seria entregue ao Tribunal de Justiça Internacional, que decidiria a favor do Chade por questões legais. Qadhafi aceitou a decisão e retirou as suas tropas. Em 1980, viria a apoiar Idris Deby que derrubaria Hadre¹⁷⁰.

Do lado ocidental, as relações com os EUA permaneceram sempre conturbadas. Em 1978, o presidente Carter, proibiu a venda de armas à Líbia e, esta passou a constar da lista americana de estados que apoiavam o terrorismo¹⁷¹. Depois da revolução que teve lugar no Irão que depôs o Xá Reza Pahlevi, Trípoli passou a apoiar o Aiatola Khomeini, um islâmico antiamericano. Durante a crise dos reféns americanos na embaixada em Teerão, Washington acusou Trípoli de estar por trás dos acontecimentos. Nesse mesmo ano, em 1979, a embaixada americana seria incendiada em Trípoli e as atividades diplomáticas seriam suspensas. No ano seguinte, a embaixada americana seria alvo de novos ataques em Trípoli e esta passou a ter não mais que um encarregado de negócios¹⁷². Argumentando que a Líbia andava a apoiar organizações terroristas, Washington ordenou a expulsão dos diplomatas líbios e o encerramento da embaixada. Em 1981, um porta-aviões americano abateu dois aviões caças líbios, no Golfo de Sirte. Trípoli alegava que os caças estavam em território líbio enquanto Washington afirmava que sobrevoavam águas internacionais. Nesse ano os cidadãos americanos ficaram proibidos de entrar em território líbio e o acesso líbio aos EUA era altamente difícil. Reagan viria a impor um embargo à importação de petróleo líbio e exportação de qualquer produto para a Líbia, à exceção de questões humanitárias.,¹⁷³. As relações com o ocidente viriam a piorar progressivamente, desta vez seria com a Grã-Bretanha, com a morte de uma polícia britânica, que estava de serviço durante uma manifestação anti-Qadhafi em frente à embaixada líbia, e que foi baleada pela equipa líbia¹⁷⁴. Em 1986, rebentou uma bomba

¹⁶⁸ (The German Marshall Fund of the United States & Instituto Affari Internazionali, 2009, p. 34)

¹⁶⁹ (Vandewalle, 2012, p. 167)

¹⁷⁰ (The German Marshall Fund of the United States & Instituto Affari Internazionali, 2009, pp. 34,35)

¹⁷¹ (Vandewalle, 2012, p. 130)

¹⁷² (Ronen, 2008, p. 18)

¹⁷³ (The German Marshall Fund of the United States & Instituto Affari Internazionali, 2009, p. 23)

¹⁷⁴ (Vandewalle, 2012, p. 131) Londres viria acusar Trípoli mas Trípoli não aceitou a acusação. Os dois países viriam a cortar relações diplomáticas nesse ano. Com a França as relações também pioravam devido à escalada de violência no Chade. (Ronen, 2008, pp. 26, 27) Já em Espanha, Qadhafi apoiou a ETA a Irlanda (Lacoste, 2006, p. 358) e do gangue Badder-Meinhof na Alemanha e das Brigadas Vermelhas em Itália (Danahar, 2013, p. 348)

na discoteca «La Belle» em Berlim e a Líbia seria acusada pelo sucedido. Consequentemente os EUA lançaram a operação «El Dorado Canyon» e bombardearam Bab al-Azizyya em Trípoli e Benghazi¹⁷⁵. Face a estes acontecimentos, os países europeus reduziram para o mínimo a representação diplomática na Líbia, e as representações diplomáticas líbias na Europa foram fechadas¹⁷⁶.

Devido às intervenções no Chade e no Uganda, Trípoli necessitava de armamento o que reforçou a aproximação a Moscovo, contudo as relações entre os dois países sofreram um revés quando a URSS invadiu o Afeganistão. Com efeito, durante a votação na AGNU, em 1980, para condenar a invasão soviética, a Líbia absteve-se. Apesar de ser contra a invasão soviética, Qadhafi, veio a público declarar que não era a favor da intervenção de uma potência externa na política interna de outros países, mas que a invasão ao Afeganistão tinha como base um pedido de Cabul, assim como a participação Líbia na guerra do Chade deveu-se ao pedido de N'Djamena tentando legitimar tanto a intervenção de Moscovo como de Trípoli respetivamente¹⁷⁷. Contudo, Qadhafi sempre negou ligações privilegiadas com Moscovo, apesar de, ter sido apoiado militarmente e politicamente em 1982, Qadhafi visitou a Rússia para pedir a ajuda soviética para a construção de uma estação de energia nuclear em território líbio¹⁷⁸.

Em 1985 Qadhafi, voltou novamente a deslocar-se a Moscovo para renegociar. O objetivo era comprar mais equipamento bélico, para fazer face à guerra em Chade, e mais uma vez voltou a pressionar russos para a construção de uma estação nuclear. No final da deslocação, a URSS viria a mostrar o seu total apoio à política externa de Trípoli, sem no entanto passar à ação. As relações entre os dois países iriam sofrer novamente uma vicissitude quando Trípoli vendeu material comprado a Moscovo ao Irão que se encontrava em guerra com o Iraque, aliado da URSS¹⁷⁹. As relações entre os dois países deterioravam-se progressivamente, com especulações de que possivelmente os soviéticos sabiam do ataque americano em Trípoli e não

¹⁷⁵ (Vandewalle, 2012, p. 166)

¹⁷⁶ (Hinnebusch & Ehteshami, 2002, p. 228)

¹⁷⁷ (Ronen, 2008, pp. 90, 91)

¹⁷⁸ (Ronen, 2008, pp. 92, 93)

¹⁷⁹ (Ronen, 2008, pp. 96, 97)

avisaram¹⁸⁰. Seria com o desmembramento da URSS que a política externa da Líbia iria mudar drasticamente¹⁸¹.

Após os bombardeamentos no voo americano da Pan Am 103 em 1988, na cidade de Lockerbie e do voo UTA 772 que se despenhou no Níger em 1989, a Líbia foi acusada de estar envolvida. Trípoli recusou entregar os suspeitos e, através da resolução 748 do CSNU de 1992, ficou impossibilitada de realizar voos internacionais e, em novembro de 1993, pela resolução 883 ficou com os seus ativos no estrangeiro congelados e sujeita à proibição da venda de equipamentos para a extração de petróleo¹⁸². A Jamahiriya encontrava-se sobre uma alta pressão internacional para aceitar as sanções da ONU, inclusive da LEA¹⁸³. Perante este cenário Qadhafi sentiu-se traído pelas restantes nações árabes¹⁸⁴. Devido aos diferentes interesses e opiniões dos estados-membros da UMA, a organização revelou-se ineficaz para resolver a guerra do Golfo entre o Iraque e o Kuwait, o que levou Qadhafi a cortar relações com a organização¹⁸⁵. Paralelamente, a passividade que a LEA e os estados árabes mostravam em resolver a questão israelo-palestiniana fez com que Qadhafi se distanciasse da causa árabe cada vez mais¹⁸⁶. Em 1993 seriam assinados os Acordos de Oslo¹⁸⁷. Em 1994 Israel viria para o centro da agenda política árabe como o reatamento dos contactos diplomáticos com Tunes, Rabat e Mascate e com a assinatura de um tratado de amizade com a Jordânia. No ano seguinte, seria a Mauritânia a reabrir os canais diplomáticos com Israel, revoltando-se o líder líbio cada vez mais contra a UMA devido à sua falta de capacidade de construir uma união entre os estados árabes.¹⁸⁸

Qadhafi sentiu-se humilhado, traído e diplomaticamente isolado perante a falta de apoio dos estados árabes, da UMA e da LEA, no período em que se encontrava sob sanções

¹⁸⁰ (Ronen, 2008, p. 98)

¹⁸¹ (Ronen, 2008, p. 100)

¹⁸² (Hinnebusch & Ehteshami, 2002, pp. 229, 230)

¹⁸³ (Vorst, 1999, p. 63)

¹⁸⁴ (The German Marshall Fund of the United States & Instituto Affari Internazionali, 2009, p. 33)

¹⁸⁵ (Ronen, 2008, p. 124)

¹⁸⁶ (The German Marshall Fund of the United States & Instituto Affari Internazionali, 2009, p. 32)

¹⁸⁷ (The German Marshall Fund of the United States & Instituto Affari Internazionali, 2009, p. 33) Sobre os acordos de Oslo ver: (Council on Foreign Relations, 2012) e.g. <http://www.cfr.org/middle-east-and-north-africa/oslo-accords-history-lessons/p28987> acessado a 7/11/2014 às 8h07.

¹⁸⁸ (Ronen, 2008, pp. 129, 130)

internacionais, pelo que abandonou o pan-arabismo e abraçou uma nova arena da política externa: África¹⁸⁹.

“Les arabes sont, en fait, incapables de réaliser le moindre projet commun. Ils ont perdu leur dignité, leur honneur. Ils sont finis. Leurs régimes sont finis. Nous ne appartenons à l’Union africaine, à l’Afrique. Pour la mille et deuxième fois, je demande au peuple libyen de quitter la ligue arabe sans délai... La ligue arabe ne vaut rien, ses fonctionnaires ne sont plus payés depuis quatre mois, les pays membres ne versant plus leur contribution... Les Arabes attendent qu’on les écrase, qu’on les mange cuits ou grillés... Tous attendent, un État après l’autre une ville après Bagdad, Gaza, Jénine” (Jeune Afrique, 2003, p. 44)¹⁹⁰

Efetivamente África foi o caminho alternativo. Qadhafi passou então a concentrar os seus esforços na melhoria das relações diplomáticas com os países africanos¹⁹¹. Pelo que começou a canalizar para estes novos parceiros elevados apoios financeiros¹⁹². Em 1994, os ministros dos negócios estrangeiros da OUA, propuseram uma resolução na ONU para levantar as sanções internacionais à Líbia. Contudo, a resolução não foi aprovada. No ano seguinte, Qadhafi pediu aos estados da LEA fizessem o mesmo pedido mas estes rejeitaram. Face à rejeição da ONU, os estados africanos mostraram-se disponíveis para ignorar as sanções da ONU impostas à Líbia se os suspeitos do atentado de Lockerbie não fossem julgados num país neutro. Algo que viria a acontecer em 1998, quando o chefe-de-estado do Burkina Faso e também presidente da OUA, visitou Trípoli seguindo-se outros chefes de estado.¹⁹³. Ganhando cada vez mais credibilidade no continente africano, Qadhafi inclusive recebeu Nelson Mandela que agradeceu ao Coronel por ter lutado contra o apartheid¹⁹⁴. Empenhado agora no pan-africanismo, Qadhafi viria a formar um bloco regional composto por estados do Saara e do Sahel chamado COMESSA, conhecida como a Comunidades dos Países Sahelo-Saarianos, que tinha como objetivo discutir políticas comuns nas áreas da economia e segurança¹⁹⁵. Ganhando

¹⁸⁹ (Ronen, 2008, p. 141) Sobre o abandono de Qadhafi do pan-arabismo ver (Jeune Afrique, 2003)

¹⁹⁰ Texto original encontra-se no diário «Al-Jamahiriyah» de 6 de Outubro do respetivo ano

¹⁹¹ (The German Marshall Fund of the United States & Instituto Affari Internazionali, 2009, p. 36)

¹⁹² (Ronen, 2008, p. 184)

¹⁹³ (Vandewalle, 2012, pp. 196, 197) A decisão de ignorar as sanções foi da iniciativa da OUA. Seria no ano seguinte que por mediações de Mandela, o embaixador saudita em Washington que que EUA e a Grã-Bretanha iriam aceitar o pedido líbio. (The German Marshall Fund of the United States & Instituto Affari Internazionali, 2009, pp. 37, 38)

¹⁹⁴ (Ronen, 2008, p. 185)

¹⁹⁵ (Vandewalle, 2012, p. 197) Criada em 1998 também conhecida por CEN-SAD parte desta organização: Burkina Faso, Níger, Chade, Sudão e Mali, o Egito, Tunísia, Argélia e Marrocos começaram como membros observadores, contudo já fazem parte da organização assim como outros totalizando vinte e três no total. (The

cada vez mais o apoio regional, Qadhafi propôs uma reformulação da OUA, passando esta a chamar-se União Africana¹⁹⁶.

A 11 de julho de 2000, seria assinado o Ato Constituinte da União Africana que iria lançar as bases para a criação de uma união económica. A União Africana seria oficialmente inaugurada na África de Sul em 2002, o culminar da política africana de Qadhafi, que foi um dos seus principais impulsionadores e que assumiu a respetiva presidência em 2009¹⁹⁷. A 20 de janeiro de 2003, a África de Sul votou a favor da candidatura Líbia para a Comissão dos Direitos Humanos da ONU, reforçando cada vez a força da Líbia na agenda africana¹⁹⁸.

As relações com o ocidente iriam atingir um novo pico depois dos EUA e a Grã-Bretanha responsabilizarem a Líbia pelo atentado contra o avião da Pan Am 103, que caiu sobre a cidade de Lockerbie em 1988, e contra o avião francês UTA 772 que, no ano seguinte, se despenhou em Níger. A França juntou-se às acusações e exigiu a entrega dos suspeitos pelo atentado do avião que se despenhou no Níger. Em 1992, a Grã-Bretanha presidia ao CSNU, que aprovou a resolução 731 a exigir a extradição dos suspeitos¹⁹⁹. No entanto, Qadhafi só entregaria os suspeitos se o julgamento fosse num país neutro²⁰⁰. Sem sucesso, seria aprovada mais uma resolução, a 748 que proibia os voos internacionais de e para a Líbia e a proibição de venda de armas à Jamahiriya. As sanções eram renovadas a cada três meses até à entrega dos suspeitos²⁰¹. Trípoli viria a pagar indemnizações às vítimas do atentado de Lockerbie²⁰² e do voo UTA 772, bem como à família da polícia britânica que morreu durante os protestos em frente à embaixada Líbia²⁰³ e também às vítimas do atentado na discoteca «La Belle» em Berlin²⁰⁴.

Em 1996, o congresso norte-americano aprovou unilateralmente o Ato das Sanções Irão-Líbia (ILSA) que estipulava que as empresas petrolíferas norte-americanas não podiam

German Marshall Fund of the United States & Instituto Affari Internazionali, 2009, pp. 36, 37) A sua sede era em Trípoli. (Ronen, 2008, p. 185)

¹⁹⁶ (The German Marshall Fund of the United States & Instituto Affari Internazionali, 2009, p. 38)

¹⁹⁷ (Ronen, 2008, pp. 193, 194)

¹⁹⁸ (Ronen, 2008, p. 195)

¹⁹⁹ (Vandewalle, 2012, pp. 167, 168)

²⁰⁰ (Vorst, 1999, p. 61)

²⁰¹ (Vandewalle, 2012, p. 168) Seria também aprovada a resolução 883 de 11 de Novembro de 1993 que congelava todos os ativos líbios no estrangeiro. (Hinnebusch & Ehteshami, 2002, p. 230)

²⁰² (Danahar, 2013, p. 349)

²⁰³ (Vandewalle, 2012, p. 169)

²⁰⁴ (Ronen, 2008, p. 70)

investir mais de quarenta milhões de dólares na indústria petrolífera líbia. Apesar das sanções da ONU e como já foi aqui mencionado os estados-membros da UA ignoraram-na. Só em 1998, é que Trípoli aceitou entregar os seus suspeitos num tribunal neutro em Haia e as sanções seriam posteriormente levantadas²⁰⁵.

Desde a entrega dos suspeitos que Trípoli tentou reintegrar-se na comunidade internacional. Comprometido a combater o terrorismo, Qadhafi foi dos primeiros líderes mundiais a lamentar os acontecimentos de 11 de Setembro e ofereceu a sua ajuda a Bush para combater o terrorismo²⁰⁶.

As sanções da ONU foram retiradas em 2003. Qadhafi viu os EUA entrarem no Iraque sob o pretexto de que Saddam Hussein possuía armas de destruição maciça. Com medo que tivesse o mesmo futuro, Qadhafi anunciou o fim do seu programa nuclear²⁰⁷. A renúncia permitiu que as empresas americanas voltassem à Líbia e que as receitas petrolíferas aumentassem exponencialmente. Qadhafi aliou-se aos EUA na luta contra o terrorismo e passou a providenciar informações de «intelligence» aos norte-americanos²⁰⁸. As relações entre os dois países melhoraram significativamente, em 2004 os EUA retiraram as sanções unilaterais e, em 2006, a Líbia foi retirada da lista de estados que apoiavam o terrorismo e seriam assinados novos acordos comerciais²⁰⁹.

Recentemente, as relações com a Europa também progrediram, nomeadamente devido ao interesse na importação de petróleo. A própria Comissão Europeia mostrou desejo que a Líbia integrasse a União para o Mediterrâneo. Contudo a Líbia não aderiu. A vontade da Comissão assentava essencialmente em razões de segurança, que começaram a ser prioritárias na agenda política em 2001, para além das questões migratórias²¹⁰.

A revolução que iria destronar Muammar Qadhafi começou a 15 de fevereiro de 2011 em Benghazi. O motivo desta revolta prende-se com a detenção de um advogado de direitos

²⁰⁵ (Vandewalle, 2012, p. 169)

²⁰⁶ (Prashad, 2012, p. 126)

²⁰⁷ (Prashad, 2012, p. 125)

²⁰⁸ (Vandewalle, 2012, pp. 200, 201)

²⁰⁹ (The German Marshall Fund of the United States & Instituto Affari Internazionali, 2009, pp. 24, 25)

²¹⁰ (The German Marshall Fund of the United States & Instituto Affari Internazionali, 2009, pp. 27, 28) Criada em Paris a 13 de Julho de 2008 a União para o Mediterrâneo é uma organização multilateral que serve de plataforma entre a UE e os países do suldo Mediterrâneo. Tem como objetivo debater e cooperar sobre as relações políticas, sociais e económicas dos seus Estados-Membros. (Union for Mediterranean, S/Data) e.g. <http://ufmsecretariat.org/history/> acedido a 12/11/2014 às 12h45.

humanos que representava alguns dos prisioneiros detidos e torturados na prisão de Abu Salim²¹¹. Perdendo o controlo da situação, Qadhafi começou a usar aviões de caça para atacar civis. A Organização dos Direitos Humanos Árabes e o Comissário da ONU para os Direitos Humanos denunciaram o ditador por crimes de guerra²¹². O embaixador líbio na ONU passou apoiar os rebeldes e pressionou o CSNU para aprovar a resolução que iria interditar o espaço aéreo líbio e pedir ao TPI para investigar Qadhafi sobre crimes de guerra²¹³. O CSNU²¹⁴ viria a aprovar a resolução 1970, no mês de fevereiro, apoiada pelos EUA, Alemanha, França e Reino Unido onde se previa o congelamento de bens dos Qadhafi, a proibição dos membros do regime em viajar e de um embargo à venda de armas²¹⁵. Da Cirenaica viria a nascer o rosto da revolução, o Conselho Nacional de Transição que desde logo se preocupou em ganhar o reconhecimento interno e internacional²¹⁶.

3.4. Conselho Nacional de Transição

O CNT viria a ser pouco depois reconhecido pela Grã-Bretanha, França, Qatar, EUA e pelos membros do «Libya Contact Group», um grupo constituído por estados e organizações

²¹¹ (Vandewalle, 2012, p. 204) O (Smits, Janseen, Briscoe, & Beswick, 2013) diz-nos que a revolução começou por um grupo de jovens que protestavam por reformas económicas e políticas. Apesar dos protestos terem sido pacíficos as forças do regime começaram a disparar contra os protestantes. Os protestos começaram a espalhar-se pelo país mas a partir daqui contra o regime.

²¹² (Prashad, 2012, p. 149)

²¹³ (Prashad, 2012, p. 153)

²¹⁴ Portugal que era um membro não-permanente do CSNU para o biénio 2011-2012 viria a presidir o Comité de Sanções para a Líbia. Aquando da tomada de posse de Portugal no CSNU num comunicado feito pelo governo podia-se ler que uma das prioridades de Portugal era o acompanhamento das questões do Médio Oriente e os processos de transição da “Primavera Árabe”. Portugal viria assumir a presidência de três órgãos subsidiários da CSNU sendo o Comité de Sanções da Líbia um deles (Governo de Portugal - Ministério dos Negócios Estrangeiros, S/Data) e.g. <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-dos-negocios-estrangeiros/quero-saber-mais/sobre-o-ministerio/csnu/csnu.aspx> acedido a 01/12/2014 às 14h10. A escolha de Portugal resultou em consultas informais e de um forte apoio dos países árabes e onde foram reconhecidas as boas relações que Portugal tem com a África e o mundo Árabe. (Expresso, 2011) e.g. <http://expresso.sapo.pt/libia-portugal-preside-a-comite-de-sancoes-da-onu=f635655> acedido a 02/12/2014 às 14h30.

²¹⁵ (Prashad, 2012, p. 152) Existem rumores que depois dos rebeldes terem conquistado Trípoli que o regime andava a comprar armas à China. Por outro lado existem confirmações que tanto a França como o Qatar forneceram armas aos rebeldes, violando claramente a resolução da ONU. (O'Brien & Gowan, 2012)

²¹⁶ (Vandewalle, 2012, p. 204) O autor afirma que o CNT foi fundado a 5 de Março de 2011 mas em (Asylum Research Consultancy, 2013) é-nos dito que o CNT nasceu mas especificamente em Benghazi a 5 de março de 2011 de acordo com o site oficial. Também a (União Africana, 2014) diz no seu relatório que o CNT foi criado a 27 de Fevereiro.

internacionais (ONU, LEA e a UE) que tinha como agenda resolver o conflito na Jamahiriya e de projetar um futuro para o país²¹⁷. O CNT, organizado sem qualquer tipo de eleição e composto por uma elite, tinha como objetivo dar uma liderança política e militar à revolução. Declarava-se como um administrador interno e não um governo. Uma vez que não teve na sua base qualquer ato eleitoral, confrontou-se internamente com problemas de legitimidade. No entanto, o CNT viria a propor aos conselhos locais que nomeassem um representante para que todas as regiões estivessem representadas neste organismo²¹⁸.

Perante a situação na Líbia, o CSNU viria a aprovar a resolução 1973, que interditava o espaço aéreo líbio. A resolução revelou-se controversa pois abriu espaço para uma intervenção da OTAN²¹⁹. A Rússia e a China viriam a abster-se²²⁰, assim como a Alemanha²²¹. A Operação «Odyssey Dawn» iniciou-se a 19 de março, e teve como principal alvo instalações militares e de comunicação²²². Em agosto, teria lugar a operação «Mermaid Dawn» e teve Trípoli como palco de operação. A OTAN passou a disponibilizar equipamento militar mais sofisticado e informações sobre a localização das forças do regime aos rebeldes. No entanto, existiam forças especiais qataris, francesas, inglesas e americanas que também ajudavam os rebeldes nos momentos mais difíceis²²³. Na opinião dos críticos, com o ataque da OTAN a Bab al-Aziziyya ficaria mais que provado que a OTAN tinha violado a resolução 1973²²⁴. A Rússia, África do Sul e a China condenaram os ataques e afirmaram que os mesmos tiveram o claro objetivo de remover Qadhafi do poder ao contrário do que a resolução previa que era de proteger os civis²²⁵.

A 20 de outubro de 2011, após um ataque da OTAN a um cortejo de carros onde seguia o coronel, este foi capturado pelos rebeldes, acabando por morrer nas mãos destes²²⁶. Se Qadhafi chegasse ao fim da guerra vivo seria entregue ao TPI, o que poderia ser altamente

²¹⁷ (Vandewalle, 2012, p. 204)

²¹⁸ (AsylumResearch Consultancy, 2013, pp. 18, 19)

²¹⁹ (Vandewalle, 2012, pp. 204, 205) A ideia de interditar o espaço aéreo líbio partiu da delegação Líbia na ONU que estava agora do lado dos rebeldes. (Prashad, 2012, p. 179)

²²⁰ (Danahar, 2013, p. 357)

²²¹ (Varvelli, 2014, p. 2)

²²² (Prashad, 2012, p. 212)

²²³ (Prashad, 2012, p. 224)

²²⁴ (Prashad, 2012, p. 172) A resolução pedia que em caso de necessidade, intervir para proteger os civis e não para apoiar os rebeldes. (Prashad, 2012, p. 171)

²²⁵ (Chivvis & Martini, Libya After Qaddafi Lessons and implications for the Future, 2014, p. 5)

²²⁶ (Prashad, 2012, p. 228)

perigoso para os EUA, pois no âmbito da luta contra o terrorismo as prisões líbias converteram-se em locais não oficiais da CIA para a tortura de prisioneiros²²⁷

A 7 de julho de 2012, os líbios foram chamados às urnas para eleger o parlamento nacional, o Congresso Geral Nacional. A 8 de agosto, o CNT viria a transferir os seus poderes para o recém-empossado parlamento que viria a eleger como Presidente, Al-Maguerif enquanto Ali Zeidan foi escolhido para Primeiro-Ministro que definiu com prioridades da agenda política a reconciliação política e a segurança nacional²²⁸.

3.5. Congresso Geral Nacional

O mandato do CGN não começou da melhor maneira. Em 11 de setembro de 2012 o consulado norte-americano em Benghazi foi atacado, tendo resultando na morte do embaixador americano Christopher Stevens, juntamente com outros três americanos que se encontravam em instalações anexas da Central de Inteligência Americana. Este acontecimento tornou clara a presença de grupos radicais islâmicos na Líbia²²⁹. Os EUA reduziram o seu pessoal e a cooperação entre os dois países ficou mais complicada²³⁰.

O embaixador do Reino Unido e a Cruz Vermelha também foram alvos de grupos extremistas²³¹. A embaixada francesa sofreu um atentado terrorista com explosão de um carro bomba²³², e mais uma vez a Ansar al-Sharia seria ligada ao atentado²³³.

Tornou-se claro para a comunidade internacional que o problema que carecia de resolução mais urgente na transição líbia dizia respeito à segurança²³⁴. Em 2011, pela resolução

²²⁷ (Prashad, 2012, p. 229)

²²⁸ (União Africana, 2014, p. 1)

²²⁹ (Varvelli, 2014, p. 3). (Blanchard, Libya: Transition and U.S. Policy, 2012, p. 3) e (Smits, Janseen, Briscoe, & Beswick, 2013, p. 49) ligam o ataque à Ansar al-Sharia. (Chivvis, Crane, Mandaville, & Martini, 2012, p. 3) afirmam que a al-Qaeda no Magrebe Islâmico (AQIM) foi ligada ao ataque mas que quem lá estava durante os mesmos eram membros da Ansar al-Sharia que não tem qualquer tipo de afiliação à al-Qaeda. Contudo (The Library of Congress, 2012, p. 2) diz que a Ansar al-Sharia pode ser uma célula clandestina da al-Qaeda e que o facto de não a tornar oficial deve-se por razões de segurança. Já a AQIM é uma afiliada da al-Qaeda. (The Library of Congress, 2012, p. 2). Possivelmente a Ansar al-Sharia abastece a AQIM recursos bélicos e garante uma passagem para os jihadistas da AQIM que operam no Mali. (The Library of Congress, 2012, p. 42)

²³⁰ (Chivvis, Crane, Mandaville, & Martini, 2012, p. 2)

²³¹ (Blanchard, Libya: Transition and U.S. Policy, 2012, p. 1)

²³² (Asylum Research Consultancy, 2013, p. 29)

²³³ (Smits, Janseen, Briscoe, & Beswick, 2013, p. 49). Já (Chivvis & Martini, 2014, pp. 28, 29) atribuem o ataque à AQIM devido à presença francesa no Mali.

²³⁴ (Chivvis, Crane, Mandaville, & Martini, 2012, p. 15)

2009 do CSNU, foi estabelecida a missão política das NU com o objetivo de apoiar a transição: UNSMIL («United Nations Support Mission in Libya»/ Missão de Apoio das Nações Unidas na Líbia). A agenda da UNSMIL assumiu como prioridade a assistência na transição democrática, o restabelecimento da segurança, a proteção dos direitos humanos, garantir o estado de direito, o controlo a proliferação de armas, aumentar a capacidade governativa do estado²³⁵ e também de coordenar os esforços internacionais²³⁶. O impacto da sua ação, tem no entanto sido reduzido segundo observadores mais críticos²³⁷.

No âmbito do pacote de assistência da UE foi estabelecida a EUBAM (European Union Border Assistance Mission»/Missão de Assistência à Fronteira da União Europeia). Dada a situação das fronteiras da Líbia, onde é frequente a passagem de fluxos migratórios, tráfico humano, contrabando e passagem de jihadistas que põem em causa a segurança regional e da Líbia, a EUBAM tinha como aspeto a ajudar as autoridades líbias estabelecer plano para uma mais eficaz monitorização das suas fronteiras mediante a disponibilização de apoio técnico e ações de formação²³⁸. Por estes motivos, pela sua localização e ser um importante fornecedor de energia, a Líbia é uma peça-chave para a Europa²³⁹, pelo que a UE têm-se mantido empenhada na transição líbia. Até maio de 2014²⁴⁰ os programas da UE já totalizavam 130 milhões de euros²⁴¹. Tal como a UNSMIL, a UE também tenta dar resposta aos desafios imediatos, a proteção dos direitos humanos, a capacitação da administração pública; envolvimento da mulher na vida social, migração, saúde e educação²⁴².

A UE lançou o programa «Security and Justice Support Programme for Libya»/ Programa de Apoio à Segurança e Justiça para a Líbia que foi implementado com o apoio de serviços públicos dos estados-membros da UE, que tem como principal objetivo formar recursos humanos para defesa e segurança e de reforço da capacidade judicial²⁴³.

Durante a reunião do G8 na Irlanda do Norte em 2013, os EUA, Canadá, Alemanha, França, Itália, Japão, Grã-Bretanha e Rússia mostraram-se comprometidos com a causa líbia,

²³⁵ (Varvelli, 2014, p. 7)

²³⁶ (Chivvis & Martini, 2014, p. 6)

²³⁷ (Varvelli, 2014, p. 7)

²³⁸ (Chivvis & Martini, 2014, p. 84)

²³⁹ (Toaldo, 2014, p. 6)

²⁴⁰ Data do relatório mais recente que disponho sobre a ajuda da comunidade internacional à Líbia

²⁴¹ (Toaldo, 2014, p. 6)

²⁴² (Varvelli, 2014, p. 6)

²⁴³ (Varvelli, 2014, p. 6)

emergindo a oferta para treinar 15 mil tropas líbias²⁴⁴, pelos EUA, Turquia, Reino Unido e Itália²⁴⁵. Em 2013, Ali Zeidan encontrou-se com o secretário-geral da OTAN Anders Rasmussen com quem abordou a possibilidade da OTAN participar no processo de formação de militares²⁴⁶. Todavia estas iniciativas não chegaram a concretizar²⁴⁷.

Os EUA também têm-se mostrado altamente empenhados em levar a transição líbia a bom porto, e disponibilizaram apoio na área da segurança²⁴⁸, visto que a Líbia é um paraíso para os jihadistas. Contudo após o ataque ao consulado em Benghazi, interesse dos EUA têm-se centrado na proliferação de armas, segurança nas fronteiras²⁴⁹ e cooperação na área de contra terrorismo. Os EUA, em cooperação com a UE têm também lançado programas para a reconciliação nacional²⁵⁰.

No quadro dos esforços internacionais, a UE é o parceiro que mais poderá influenciar a transição Líbia, não só pela geografia como também pela relevância dos interesses comerciais e importante estratégia pelos países europeus à Líbia. A UE criou uma lista de empresas líbias que estavam impedidas de fazer negócios com empresas europeias, uma maneira de prevenir comportamentos ilegais da parte líbia, muito à semelhança da resolução 2146 do CSNU onde proíbe a compra de petróleo e gás natural de instalações ocupadas ilegalmente²⁵¹. Com tantos atores internacionais a esforçarem-se para trazer democracia à Líbia, alguns analistas consideram que cooperação internacional tem sido descoordenada e altamente improvisada dada a rápida mudança de acontecimentos no terreno²⁵².

Recentemente as condições de segurança deterioraram-se, ocorrendo inclusivamente o rapto de vários diplomatas, o que obrigou vários governos a evacuar os seus funcionários,

²⁴⁴ (Varvelli, 2014, p. 7)

²⁴⁵ (Toaldo, 2014, p. 7)

²⁴⁶ (Chivvis & Martini, 2014, p. 83)

²⁴⁷ (The Guardian, 2014) e.g. <http://www.theguardian.com/world/2014/nov/04/cameron-plan-train-libyan-soldiers-problems-money> acedido a 03/10/2015 às 19h43.

²⁴⁸ (Chivvis, Crane, Mandaville, & Martini, 2012, p. 16)

²⁴⁹ (Blanchard, 2014, p. 16)

²⁵⁰ (Varvelli, 2014, p. 7)

²⁵¹ (Toaldo, 2014, pp. 6, 7)

²⁵² (Chivvis, Crane, Mandaville, & Martini, 2012, p. 16)

pondo os programas de apoio em «stand-by»²⁵³. A embaixada portuguesa não ficou imune à violência e foi assaltada por dois homens armados que acabaram por ferir um funcionário²⁵⁴.

A 6 de março de 2014, realizou-se a II Conferência Ministerial de Apoio Internacional à Líbia, onde Portugal participou e se fez representar pelo MENE Rui Manchete. Esta conferência tinha como principais objetivos identificar o apoio internacional para a transição política da Líbia, sobretudo no diálogo e reconciliação nacional; reafirmar os compromissos e recomendações da I Conferência Ministerial²⁵⁵ e apoiar a ação de coordenação da ajuda internacional desenvolvida pela UNSMIL²⁵⁶.

No seguimento das eleições legislativas de junho de 2014, reconhecidas como justas e livres, foi eleita a Câmara dos Representantes, que deveria substituir o CGN e que passou ser interlocutor da comunidade internacional²⁵⁷. Todavia na sequência do ataque ao aeroporto de Trípoli, em 13 de julho de 2014, e consequente tomada da capital por uma coligação de milícias conhecido por «Libya Dawn», o novo parlamento refugiou-se em Tobruk e o governo em Beida²⁵⁸. O GNC, sediado em Trípoli, recusou dissolver-se a pretexto que não teria havido lugar à cerimónia de transferência de poderes entre as duas assembleias e a Líbia passou a ter dois parlamentos e dois governos rivais que lutam pelo controlo do país²⁵⁹.

²⁵³ (Blanchard, 2014, p. 8)

²⁵⁴ Este episódio aconteceu durante o meu período de estágio na embaixada, na madrugada do dia 18 de abril. Apesar de ter sido notícia na comunicação social a maior parte da informação divulgada omitiu que se tratou de um ato de natureza criminoso sem conotações políticas.

²⁵⁵ Na I Conferência Ministerial de Apoio Internacional à Líbia que se realizou em Paris em Fevereiro de 2013 os atores internacionais decidiram ajudar as autoridades Líbias no: segurança e de gestão das fronteiras da Líbia; o desarmamento, desmobilização e reintegração dos ex-combatentes revolucionários e as questões relacionadas com as armas; e gestão de munições (France Diplomatie, S/Data)

²⁵⁶ (Ministério dos Negócios Estrangeiros - Direcção Geral de Política Externa, 2014, p. 3)

²⁵⁷ (Blanchard, 2014, p. 7) Para liderar a Câmara dos Representantes foi escolhido Al Thini como Primeiro-ministro. (Blanchard, 2014, p. 6)

²⁵⁸ (The Guardian, 2014) e.g. <http://www.theguardian.com/world/2014/aug/24/libya-capital-under-islamist-control-tripoli-airport-seized-operation-dawn> acedido a 03/10/2015 às 23h30.

²⁵⁹ (JR/GHN/HMV, 2015) e.g. <http://www.presstv.ir/Detail/2015/04/17/406695/UN-pushing-Libya-rivals-on-new-govt> acedido a 18/04/2015 às 23h38.

4. Capítulo 4 – As relações Luso-Líbias no plano Bilateral e Multilateral

4.1. As relações luso-líbias no contexto bilateral

4.1.1. A importância da Líbia para a Política Externa Portuguesa e as Relações com o Regime de Qadhafi

As relações diplomáticas Luso-Líbias remontam a 1976 quando Trípoli solicitou em 4 de abril o «agrément» para a acreditação em Lisboa do Embaixador da Líbia em Londres. No ano seguinte, seria destacado um Encarregado de Negócios para Lisboa. Em 1989 o Embaixador em Tunis, apresenta credenciais de Embaixador não residente em Trípoli. Em Junho de 2003 o PM Santana Lopes deslocou-se a Sirte e foi celebrado o acordo de Promoção e a Protecção Recíprocas de Investimentos. Só a três de Agosto de 2007 é que o Dr. Rui Lopes Aleixo apresentou, numa cerimónia em Sirte, as suas credenciais como primeiro Embaixador de Portugal na Líbia, cumprindo assim a reciprocidade diplomática²⁶⁰. Apesar de quase três décadas para Portugal enviar um chefe de missão para Trípoli, os dois países ao virar do milénio intensificaram as trocas de visitas e celebraram alguns acordos. Neste período, foram vários os representantes de estado português a deslocarem-se à Líbia, nomeadamente o Primeiro-Ministro, os Ministros da Defesa Nacional, e Negócios Estrangeiros além do Secretário de Estado para os Negócios Estrangeiros e Cooperação²⁶¹. Neste âmbito, destaque para a visita do MENE, Jaime Gama em maio de 2001, para a assinatura de um memorando de entendimento²⁶². O Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Políticas, assinado em junho de 2001, previa que ambas as Partes realizassem consultas uma vez por ano sobre aspetos de relevo das relações bilaterais e de questões internacionais de interesse mútuo. Em 2004, realizaram-se em Lisboa as primeiras consultas, ao nível de altos funcionários dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros para debater assuntos africanos²⁶³. Em 2005, realizou-se a primeira visita do PM português à Líbia, José Sócrates que fez-se acompanhar pelo Ministro da Defesa, Augusto Santos Silva, o MENE, Luís Amado e do Ministro da Economia e Inovação Manuel Pinho, deslocação que teve como objetivo reforçar as relações político-económicas entre os

²⁶⁰ (Embaixada de Portugal em Trípoli)

²⁶¹ (Embaixada de Portugal em Trípoli)

²⁶² (TVI 24, 2011) e.g. <http://www.tvi24.iol.pt/internacional/videos/khadafi-amizade-com-portugal-ja-vem-de-longe> acedido a 27/11/2014 às 09h14.

²⁶³ (Embaixada de Portugal em Trípoli)

dois países, entre elas estudar formas de cooperação na área militar e de fornecimento de gás e petróleo²⁶⁴. Da parte líbia, o PM Shukri Mohammed Ghanem, deslocou-se a Portugal em janeiro de 2006 em retribuição da ida do PM português à Líbia no ano anterior²⁶⁵. Durante a sua visita, os dois países assinaram um Memorando de Entendimento na Área do Turismo²⁶⁶. Depois seguiu-se a visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Shalgam em Junho de 2007²⁶⁷. De acordo com o primeiro Embaixador de Portugal em Trípoli, Rui Aleixo, Portugal reconhece que a Líbia é de grande importância para Portugal como interlocutor na cooperação com a África e com o Mediterrâneo. Após ter estado quinze anos sob sanções internacionais, a Líbia começou em 2003 a fazer a sua reabilitação com a comunidade internacional. A atividade económica de Portugal com a Líbia estagnou quase por completo nos anos 80, sem prejuízo do governo se ter esforçado em criar oportunidades para Portugal, em todos os níveis, o que resultou em trocas de visitas, e celebração de acordos de cooperação económica, de cooperação na cultura e científico e um programa de cooperação na área da defesa²⁶⁸.

Com a abertura da Embaixada em Trípoli, em 2007, Portugal passou a estar representado diplomaticamente em todos os países do Norte de África. O MNE reconheceu que as relações com a Líbia são de elevada importância, para a projeção de Portugal em África devido à influência do Coronel neste continente²⁶⁹.

Foi a partir da abertura da Embaixada em Trípoli que as relações político-económicas começaram a estreitar-se, resultando em vários acordos, no aumento das missões empresariais e do volume de negócios respetivamente²⁷⁰. Esse impulso político-económico tem como exemplo a visita a Portugal do líder da revolução, no final de dezembro de 2007 à margem da cimeira UE-África. Qadhafi encontrou-se com o PM, José Sócrates, com quem abordou a

²⁶⁴ (Diário Digital / Lusa, 2005) e.g. http://dinheirodigital.sapo.pt/news.asp?id_news=57626 acedido a 28/11/2014 às 10:37.

²⁶⁵ (Diário Digital / Lusa, 2006) e.g. http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?id_news=210873 acedido a 27/11/2014 às 19h57.

²⁶⁶ (Embaixada de Portugal em Trípoli)

²⁶⁷ (Embaixada de Portugal em Trípoli)

²⁶⁸ (Aleixo, 2009, p. 44)

²⁶⁹ (Lusa/fim, 2007) e.g. http://www.jn.pt/PaginaInicial/Interior.aspx?content_id=697332 acedido a 01/12/2014 às 11h06.

²⁷⁰ (Diário Digital/Lusa, 2008) e.g. http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?id_news=338350 acedido a 28/11/2014 às 19h13.

proteção das empresas portuguesas no mercado e futuras parcerias luso-líbias para grandes investimentos²⁷¹.

De destacar também a visita do filho de Qadhafi, Saif al-Islam, figura influente nas decisões dos grandes fundos de investimentos, em junho de 2008²⁷². O convite ao principal estimulador das reformas económicas líbias foi feito pelo anterior PM, José Sócrates e tinha como principal objetivo atrair empresas portuguesas para a Líbia e para isso encontrou-se com Ministro da Economia e dos Negócios Estrangeiros da altura juntamente com os presidentes da Cecil, BES e Galp²⁷³.

Para preparar a II Cimeira EU-África, reforçar as relações bilaterais e combater a balança comercial altamente desfavorável para Portugal²⁷⁴, o PM Sócrates efetuou uma visita a Trípoli em Julho de 2008 onde foram assinados quatro memorandos de entendimento. Nesta visita foi assinado o Acordo sobre a Cooperação Económica, revogando o Acordo de Comércio e de Cooperação Económica, Científica e Técnica, assinado em 1976 de Acordo com o Decreto-Lei 27/2008 de 22 de Agosto. O acordo pretende promover a cooperação económica para e fornecimento de petróleo e gás liquefeito, e estabelecer os parâmetros para o investimento líbio em território nacional, o emprego de fundos líbios no sistema financeiro português e a atribuição de obras públicas a empresas portuguesas. Na área das energias o Ministro da Economia, Manuel Pinho assinou um Memorando de Entendimento com a «Libyan Investment Authority»²⁷⁵. Nesta mesma visita a GALP e a NOC («National Oil Corporation»), uma empresa estatal líbia também assinaram um memorando de entendimento para a compra e venda de gás natural liquefeito. A LIA e a Energias de Portugal (EDP) assinaram um protocolo para que se estudasse potenciais relações de cooperação a longo prazo, mais precisamente para o fornecimento de gás natural e de outros interesses que venham a ter em comum. No sector financeiro o Grupo Espírito Santo assinou um Memorando de Entendimento com a «Libyan

²⁷¹ (Lusa/fim, 2007) e.g. <http://expresso.sapo.pt/portugallibia-socrates-e-kadhafi-interessados-em-parcerias-para-novos-investimentos=f186466> acedido a 01/12/2014 às 12h03.

²⁷² (Aleixo, 2009, p. 44)

²⁷³ (Diário Digital/Lusa, 2008) e.g. http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?id_news=338350 acedido a 27/11/2014

²⁷⁴ (Lusa/Fim, 2008) e.g. <http://expresso.sapo.pt/portugallibia-socrates-sabado-em-tripoli-para-apoiar-investimento-luso=f369510> acedido a 30/11/2014 às 18h14.

²⁷⁵ (Lusa, 2008) e.g.

http://www.tsf.pt/portugal/politica/interior/portugal_e_libia_assinam_acordo_quadro_de_cooperacao_969672.html acedido a 30/11/2014 às 12h24. A «Libyan Investment Authority» é um fundo soberano que tem o objetivo de criar uma fonte de riqueza através do investimento internacional (Libyan Investment Authority, S/Data) e.g. <http://lia.ly/1> acedido a 30/11/2014 às 18h57.

Africa Investments Portfolio». Para a criação de uma «joint-venture» na gestão de carteiras de ativos e de criação de um sistema bancário e de prestação de serviços desta natureza. O memorando também previa explorar potenciais investimentos no sector das telecomunicações²⁷⁶.

No sector da defesa, foram assinados a 15 de março de 2009 em Trípoli vários acordos, aumentando assim o nível de cooperação neste setor, com especial incidência na troca de informação e experiência, forças especiais, indústrias de defesa e por fim no pólo tecnológico onde a Líbia mostrou interesse²⁷⁷. José Sócrates voltaria a Trípoli a 1 de setembro de 2010 mas desta vez para assistir às comemorações do quadragésimo primeiro ano da revolução e para participar no Diálogo 5+5²⁷⁸.

4.1.2. Portugal e a Líbia no durante e pós-revolução

A pedido de Trípoli, em 9 de março de 2011 Luís Amado, então MENE, avistou-se num encontro informal num hotel em Lisboa com Mohammed Tahir Siyala, vice-secretário para a cooperação internacional²⁷⁹ que pretendia alertar para que o regime estava a passar, uma vez que Portugal presidia o Comité de Sanções da ONU²⁸⁰. Lisboa, avisou Trípoli para acabar com os bombardeamentos contra os civis, pois caso contrário a ONU teria que aplicar sanções que aqui já foram mencionadas²⁸¹.

“Luís Amado fez neste campo o que devia. Nem mais, nem menos. Recolheu informação que o regime não dá nem à imprensa ou o SAS inglês ou a DGSE francesa, no local, obtêm. Avisou alguém capaz de entender. Retirou a Trípoli desculpas e argumentos” (Rogério, 2011, p. 48)

²⁷⁶ (Lusa/Fim, 2007) e.g. <http://noticias.sapo.pt/lusa/artigo/159c449ae2c710ea862524.html> acessado a 30/11/2014 às 13h53. A Libya Africa Investments Portfolio é propriedade da LIA e procura a internacionalização da economia Líbia através de vários setores tais como as finanças, turismo, telecomunicação, petróleo e gás, agrícola e mineração. (Libya Africa Investments Portfolio, S/Data) e.g. <http://www.lap.ly/mission.php> acessado a 30/11/2014 às 14h03.

²⁷⁷ (Lusa/Fim, 2009) e.g. http://www.jn.pt/PaginaInicial/Interior.aspx?content_id=1170469&page=-1 acessado a 01/12/2014 às 14h20.

²⁷⁸ (Jornal de Negócios Online, 2010) e.g. http://www.jornaldenegocios.pt/economia/mundo/africa/detalhe/soacutecrates_na_liacutetebia_apoacutes_kadhafi_ter_exigido_5_mil_milhotildees_para_travar_quoteuropa_negraquot.html acessado a 01/12/2014 às 14h37.

²⁷⁹ (Rádio Renascença, 2011) e.g. http://rr.sapo.pt/informacao_detalhe.aspx?fid=26&did=7274 acessado a 30/11/2014 às 14h42.

²⁸⁰ (Pires S., 2014)

²⁸¹ (Rogério, 2011, pp. 47, 48)

Do ponto de vista do Governo português, pela voz de Luís Amado, a resolução do conflito passava por um diálogo nacional entre todas as partes envolvidas no conflito para que se pudesse criar estabilidade e coesão, mas que para isso era necessário um cessar-fogo e criar reformas políticas que facilitassem a transição líbia e o novo regime pudesse estabelecer relações com a comunidade internacional²⁸². Desde cedo, Luís Amado, Ministro dos Negócios Estrangeiros, excluiu uma participação militar portuguesa, mas deixou no entanto, uma porta aberta para uma intervenção humanitária²⁸³. A 21 de março em Bruxelas, Luís Amado apelou mais uma vez ao diálogo entre as partes e a uma coordenação conjunta da comunidade internacional²⁸⁴.

A 29 de Julho de 2011, Portugal reconheceu o CNT sendo o 14º Estado-Membro da UE a reconhecer as novas autoridades líbias²⁸⁵. De acordo com o MNE, o reconhecimento proveio da identificação do papel desempenhado pelo CNT na liderança, no processo de transição na Líbia obedecendo também aos interesses de Portugal. A partir deste momento o governo português também se disponibilizou no apoio à soberania, independência e integridade territorial e à aspiração do povo líbio na construção de uma sociedade livre e democrática²⁸⁶. Segundo (Pires R. M., 2013, p. 48), já após a revolução, o recém-empossado, MENE Paulo Portas demarcou-se do seu antecessor Luís Amado relativamente a Qadhafi. A 22 de Agosto de 2011 Portas recebeu uma delegação de empresários líbios e membros da sociedade civil com ligações ao CNT nas Necessidades, com quem discutiu e analisou várias formas de cooperação económica e humanitária bem como o cumprimento pelo novo governo dos contratos celebrados com o anterior regime, o que a não acontecer seria altamente penalizador das empresas portuguesas. Exemplo da magnitude dos negócios portugueses na Líbia é o caso da WAY2B, um consórcio da área da construção que ganhou um importante concurso para a construção de um campus universitário em Benghazi no valor de 305 milhões de euros. No sector energético, a GALP também tinha interesse que os contratos se mantivessem pois a ENI

²⁸² (Jornal de Notícias, 2011) e.g. http://www.jn.pt/PaginaInicial/Mundo/Interior.aspx?content_id=1808292 acedido a 02/12/2014 às 14h50.

²⁸³ (TSF, 2011) e.g. http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Internacional/Interior.aspx?content_id=1809143 acedido a 02/12/2014 às 15h06.

²⁸⁴ (Redação/CF, 2011) e.g. <http://www.tvi24.iol.pt/internacional/guerra-na-libia/libia-amado-apela-a-dialogo-com-liga-arabe> acedido a 02/12/2014 às 15h02.

²⁸⁵ (Pires R. M., 2013, p. 48)

²⁸⁶ (Lusa/SOL, 2011) e.g. <http://www.sol.pt/noticia/25186/portugal-reconhece-conselho-nacional-de-transi%C3%A7%C3%A3o-na-L%C3%ADbia> acedido a 02/12/2014 às 15h18.

detinha 33% da petrolífera portuguesa e na banca o Banco Espírito Santo tinha adquirido 40% do Aman Bank sediado em Trípoli. Segundo (Pires R. M., 2013, p. 49) o XIX Governo Constitucional não tem dado, comparativamente com o anterior Executivo, a mesma a prioridade ao Magrebe. No entanto a diplomacia portuguesa não estagnou e a 7 de Setembro 2011, Paulo Portas deslocou-se à Líbia para garantir novamente que Trípoli cumpria os contratos celebrados e que os fundos estatais líbios depositados na Caixa Geral de Depósitos não eram retirados²⁸⁷. Durante a estada em Benghazi, o MENE Paulo Portas encontrou-se com o presidente do CNT, Mustafa Abdeljalil, tendo aproveitado para apelar às empresas portuguesas para investirem na Líbia visto que era um país de oportunidades e que o Estado português iria apoiar as empresas portuguesas a retomarem os trabalhos neste país. Portas viria ainda a afirmar que Portugal apoiou no momento certo a transição líbia quer no CSNU quer no Comité de Sanções²⁸⁸. A 19 de março do ano seguinte Paulo Portas voltaria à Líbia para se encontrar mais uma vez com Mustafa Abdeljalil, com o Governador do Banco Central da Líbia, com o Ministro das Finanças e com o seu homólogo²⁸⁹.

No período de transição, Portugal defendeu uma cooperação reforçada da UE no processo de reconstrução do país através das ferramentas disponíveis da Política Europeia de Vizinhança e um especial cuidado na divulgação das atividades e projetos a fim facilitar a penetração junto da sociedade civil. Pugnou ainda pela manutenção do esforço, cooperação e coordenação dos atores internacionais que apoiam a transição Líbia²⁹⁰.

Para a Líbia, Portugal é visto como um país amigo pelo facto de ter apoiado a revolução e de não ter qualquer tipo de objetivo “oculto”. Como elementos impulsionadores do positivo relacionamento bilateral destaque para a presença das empresas portuguesas durante a revolução, desempenho português no CSNU, presidência no Comité de Sanções, defesa da vertente sul na política de vizinhança da UE, promoção das plataformas da UpM e Diálogo 5+5, assim como a abordagem portuguesa aos processos de democratização no Magrebe, pautada pela defesa dos princípios fundamentais da democracia e do estado de direito sem tentar impor ou exportar modelos. A viagem do MENE Paulo Portas e a prestação de Portugal na II

²⁸⁷ (Pires R. M., 2013, pp. 48, 49)

²⁸⁸ (Lusa, 2011) e.g. <http://expresso.sapo.pt/portas-libia-e-uma-terra-de-oportunidades-video=f672521> acedido a 02/12/2014 às 18h27.

²⁸⁹ (Embaixada de Portugal em Trípoli)

²⁹⁰ (Embaixada de Portugal em Trípoli)

Conferência Ministerial de Apoio à Líbia, sustentaram o empenho de Portugal para o restabelecimento da segurança na Líbia.²⁹¹

Recentemente, em outubro de 2014, o MENE Rui Manchete defendeu que a solução para a Líbia passava pela retoma do diálogo político entre as diversas facções que compõem a recém criada Câmara dos Representantes evitando ainda uma eventual intervenção militar estrangeira.

4.1.3. As relações económicas bilaterais

Em 2003, após o levantamento das sanções internacionais a que esteve sujeita durante quinze anos, a Líbia lançou-se num processo de reintegração na comunidade internacional. O sustento da economia líbia é a exploração e exportação de petróleo e gás natural que corresponde a cerca de 95% do capital estrangeiro que entra no país. Sendo um mercado relativamente pequeno, com seis milhões de habitantes, a Líbia tem um poder de compra interessante, sendo um mercado marcado por diferenças culturais onde os pormenores podem decidir um negócio. O relacionamento bilateral recente e o desconhecimento de Portugal por parte dos líbios, requer às empresas esforços adicionais de promoção e assim poderem competirem com as empresas já há muito estabelecidas no mercado como acontece com congéneres originárias da Turquia, Malta e Itália. Neste contexto, uma maneira eficaz de se promover e dar a conhecer é através da participação em feiras temáticas onde a empresa possa mostrar os seus produtos, convidar potenciais clientes a visitar a empresa em Portugal, utilização de brochuras em árabe, vídeos promocionais e de serviço pós-venda. A parceria e transferência de «know-how» também é bem vista pelas instituições locais. Os processos burocráticos são difíceis e o pagamento de comissões é uma prática generalizada principalmente para o avanço de processos²⁹². Outro ponto negativo para quem aborda este mercado é a falta de informação, além de que as estatísticas locais não são fiáveis e os pagamentos das empresas líbias são deveras lentos²⁹³.

²⁹¹ (Embaixada de Portugal em Trípoli)

²⁹² (Rodrigues, 2009, pp. 37, 38)

²⁹³ (Rodrigues, 2009, pp. 38, 39)

Uma vez que a Líbia importa quase tudo o que consome, a comercialização de qualquer produto pode constituir uma oportunidade de negócio. Face às potencialidades da Líbia, a AICEP começou a prestar apoio às empresas portuguesas interessadas no mercado líbio. Logo em 2009, as empresas portuguesas tiveram a oportunidade de se mostrar no mercado líbio através de um pavilhão organizado pela AICEP na Feira Internacional de Trípoli²⁹⁴, a maior feira multisectorial anual. Neste pavilhão estiveram presentes 18 empresas, que tinham como principal objetivo aproveitar ocasião para uma prospeção de mercado. Paralelamente o ministro da Economia e Inovação que se encontrava em Trípoli, reuniu-se com os governantes líbios e identificou como potenciais os sectores de investimento as energias renováveis, a construção e materiais de construção²⁹⁵.

Cerca de 95% das exportações petrolíferas têm como destino a Europa e a China, os sectores não-petrolíferos, nomeadamente construção e serviços têm vindo a ganhar relevância mas ainda não revestem expressão significativa na economia do país. A revolução de 2011, teve um impacto negativo na evolução da economia e como esperado o PIB líbio caiu para -61,4% em relação ao ano de 2010. Tanto o consumo privado como as importações e a produção de crude foram bastante afetadas durante a guerra civil. Em 2012 a economia líbia cresceu cerca de 92% do Produto Interno Bruto em relação ao ano anterior e, em 2013, o PIB retrocedeu cerca de -3,0% com a previsão de cair ainda mais para -4,2% devido ao aumento da violência e insegurança.

O Estado atrasou-se na construção de grandes obras, tendência que se manteve em 2013 e em 2014, e desta forma atrasando a recuperação do país. Há alguns projetos de bandeira, tais como a terceira circular de Trípoli e o novo aeroporto de Trípoli que estão parados, enquanto que os estádios para acolher o Campeonato Africano das Nações de futebol em 2017 também não avançaram, pois, atendendo à insegurança no país, a organização da prova foi entregue à Argélia.

A Líbia apresenta-se nos dias de hoje como um país dividido entre uma percentagem de cidadãos empreendedores, motivados para fazer negócios, e cidadãos insatisfeitos com a falta de resposta das autoridades em providenciar as necessidades básicas, grupos extremistas

²⁹⁴ A Feira Internacional de Trípoli é considerada a mais antiga feira de África iniciou-se em 1927 (Tripoli International Fair, S/Data) e.g. <http://tripolifair.com/tripoli-international-fair/> acedido a 04/12/2014 às 20h34.

²⁹⁵ (Rodrigues, 2009, p. 40)

que fazem reivindicações de maneira agressiva e milícias que desestabilizam o dia-a-dia líbio o que dificulta a tarefa do governo em impor alguma ordem na governação, garantir a segurança e integrar antigos rebeldes nas forças armadas.

A Líbia tem uma densidade populacional de cerca de 6,6 milhões de habitantes numa área de 1,760,000 km². Em 2012, apresentou uma taxa de inflação de 6,1% o que refletiu a escassez da oferta de todo o tipo de bens e serviços em 2013, a taxa de inflação diminuiu para 2,6 %. Para 2014 a previsão era para 2,8%.

Relativamente à balança comercial de bens entre Portugal e a Líbia houve entre 2009 e 2010 um aumento das exportações portuguesas e também das importações, contudo em 2011, devido, à revolução tanto as exportações como as importações caíram drasticamente, cerca de 72% e 98% respetivamente. Foi neste ano em que a balança comercial revelou-se a mais equilibrada de sempre. Em 2012 a Líbia recuperou rapidamente da crise gerada pela revolução e retomou a produção de petróleo, e consequentemente assistiu-se a uma retoma da economia. Face a esta recuperação, em 2012, as exportações portuguesas cresceram 78%, e as importações que cresceram 2825%. Em 2013, as exportações voltaram a crescer cerca de 132%, e as importações decresceram em 73 pontos percentuais em relação ao ano anterior mantendo-se o saldo negativo. Em 2014, entre janeiro e agosto, período muito conturbado em termos de segurança, houve uma diminuição de 50%, comparativamente o mesmo período no ano anterior, e uma quebra de 99% nas importações apresentando-se pela primeira vez a balança comercial favorável a Portugal. Apresentando-se sempre negativa, devido à importação de petróleo, a balança comercial apresentou-se pela primeira vez positiva para Portugal, o que é reflexo das poucas alternativas no abastecimento de petróleo mas também da disponibilidade das empresas portuguesas em se manterem presentes no mercado mesmo em períodos de grande dificuldade²⁹⁶.

Relativamente à posição da Líbia no Comércio Internacional português de bens: em 2010, a Líbia foi o 56º cliente de Portugal, 85º em 2011, 74º em 2012 e 54º em 2013. Já como fornecedor de Portugal a Líbia ocupou o 12º lugar em 2010, 85º em 2011, 22º em 2012 e 49º em 2013. Relativamente às compras de Portugal na Líbia em 2010 Portugal ocupou a 11ª posição, em 2011 na 26ª, e em 2012 na 16ª posição. Como fornecedor da Líbia, Portugal em

²⁹⁶ Ver Anexo I

2010 ocupou a 33º posição, em 2011 a 34º e em 2012 a 45º. Relativamente às exportações globais, o indicador que mostra o peso da Líbia nas exportações totais portuguesas, destaque para o ano de 2013 com valores a rondar 0,06%. O número de empresas portuguesas exportadoras para o mercado líbio, teve o seu apogeu em 2010 com 121 empresas. Em 2011 houve uma quebra para 44 empresas. Em 2012, esse número subiu para 109.

Até Agosto de 2014, os produtos mais exportados para a Líbia foram as máquinas e os aparelhos, metais comuns e bens alimentares. As máquinas e aparelhos representaram até agosto de 2014, uma fatia de 54,8%, 11,5% no caso dos metais comuns, 7,6% nos bens alimentares, contudo tanto as máquinas, aparelhos como os géneros alimentícios decresceram em relação ao ano anterior, já os metais comuns deram um grande salto a nível de exportação aumentando em 135,2% em comparação ao ano anterior. Outro grupo, que também vai contra a tendência de queda das exportações de 2013 (janeiro a agosto) para 2014 (janeiro a agosto) são os minerais, que cresceram 19,8% representando 6,3% da fatia das exportações do período referido. Já a madeira e a cortiça cresceram 38,4% do mesmo período²⁹⁷. Da Líbia, os produtos mais exportados em 2013 foram os combustíveis minerais representando cerca de 95,9% das exportações, uma queda de 75% se comparado ao ano anterior, seguindo-se dos químicos. Até agosto de 2014, Portugal apenas tinha importado da Líbia produtos químicos²⁹⁸. O nível de risco de crédito em 2013, situava-se no nível 7 correspondendo isso à alta probabilidade de incumprimento e de desconfiança. Depois da descida da inflação depois da revolução em 2013, já se previa uma subida da mesma para 2,6%.

Os valores confirmam que é um país que se dedica à exploração de petróleo, pelo que tudo o resto terá que ser importado criando assim oportunidade para as empresas portuguesas. A nível do Estado as obras irão permanecer congeladas.

A curto prazo, o comércio será onde as empresas portuguesas poderão vir a ter mais sucesso, nomeadamente na indústria agro-alimentar, equipamento industrial, materiais de construção, têxteis e calçado e a médio prazo nos seguros e saúde. As receitas do petróleo, que são distribuídas à população através de subsídios estatais, criou uma sociedade consumidora capaz de negociar e com poder de compra²⁹⁹.

²⁹⁷ Ver Anexo II

²⁹⁸ Ver Anexo III

²⁹⁹ (Embaixada de Portugal em Trípoli)

4.2. As Relações Luso-Líbias no contexto Multilateral

4.2.1. Diálogo 5+5

O Processo de Cooperação do Mediterrâneo Ocidental, mais conhecido como o Diálogo 5+5 foi lançado pela França em 1983, mas só foi institucionalizado no início dos anos 90³⁰⁰. Criado na Conferência de Ministerial de Negócios Estrangeiros em Roma, em 1990, o Diálogo 5+5 foi concebido como um fórum de diálogo flexível entre os países da margem sul do Mediterrâneo, constituintes da UMA, (Mauritânia, Argélia, Marrocos, Tunísia e a Líbia) e estados-membros da UE da margem por Portugal, Espanha, França, Itália e Malta³⁰¹. Em 2006, em conjunto com a Itália, a Líbia propôs o alargamento do Diálogo ao Egito e à Grécia, proposta que não teve acolhimento. Portugal e a maioria dos membros opuseram-se a esta ideia, defendendo que o alargamento iria pôr em causa a coerência geográfica do Diálogo³⁰².

Em 1991, realizou-se a II Conferência Ministerial que ocorreu em Argel onde foram discutidos agréments políticos e de cooperação³⁰³. Nesse mesmo ano o Diálogo seria suspenso devido ao envolvimento da Líbia no caso de Lockerbie e do voo UTA 722. Apenas em 2001 é que o Diálogo voltaria a ser reativado por iniciativa portuguesa³⁰⁴, com a realização em Lisboa, em 25 e 26 de janeiro, de uma Conferência de Ministros de Negócios Estrangeiros. Sinal da mudança drástica da política externa líbia e aumento protagonismo na agenda regional, Trípoli acolheu em 29 e 30 de Maio de 2002, uma Conferência de Ministros de Negócios Estrangeiros.

Em 2010/2011 o Diálogo voltaria a parar devido à Primavera Árabe e só seria retomado em fevereiro de 2012 com a realização da XII reunião de Ministros dos Negócios Estrangeiros, em Roma e da II Cimeira de Chefes de Estado e de Governo em outubro em Malta. O

facto do diálogo se pautar pela flexibilidade e informalidade comum tem-se revelado produtivo na procura de interesses comuns, resultando em ações concretas³⁰⁵.

Para além da cooperação entre estes países que integram o Diálogo na formação política que decorre a nível do MNE, esta estende-se a outras áreas como migrações, defesa, transportes, ambiente e mais recentemente na investigação científica. É ao nível da defesa e

³⁰⁰ (Embaixada de Portugal em Trípoli)

³⁰¹ (Nuñez, 2012, p. 5)

³⁰² (Embaixada de Portugal em Trípoli)

³⁰³ (Nuñez, 2012, p. 5)

³⁰⁴ (Embaixada de Portugal em Trípoli)

³⁰⁵ (Nuñez, 2012, p. 6)

administração interna/interior que se regista um maior nível de cooperação. Desde 2006 que se realizam várias reuniões de Presidentes dos Parlamentos. Uma vez que cada país financia o seu envolvimento nas atividades do Diálogo e a existência de outras organizações regionais mediterrânicas, tais como a União para o Mediterrâneo, faz com que os países obtenham resultados díspares no seu envolvimento nas atividades do Diálogo.

Apesar de não ter uma estrutura formal, o Diálogo é coordenado politicamente pelos MNE's dos seus estados-membros através de reuniões ministeriais anuais e pelo Comité Suivi, órgão de altos funcionários dos MNEs que também estão encarregues de preparar e assegurar o seguimento das reuniões ministeriais. Esta estrutura informal chega a ser ainda mais informal nos ministérios sectoriais. Em 2010 foi rejeitada a proposta líbia de criar um Secretariado Permanente durante a Cimeira Extraordinária que ocorreu em Trípoli. A principal razão foi que tal iria terminar com aquilo que diferencia o Diálogo dos outros blocos regionais, a flexibilidade e o informalismo.

Estruturalmente o Diálogo 5+5 tem uma presidência bicéfala ou uma copresidência, uma da margem sul e outra da margem norte do Mediterrâneo. Uma vez que é um organismo flexível e informal não existem critérios para definir a ordem de rotação e duração da presidência, esta está dependente da disponibilidade dos países que desejem ocupar o lugar e respetiva aceitação dos restantes membros. Já a presidência de cada área sectorial pode ser presidida por um país que não detenha a copresidência.

Portugal é um país que juntamente com países do Mediterrâneo Ocidental partilha uma herança histórica e cultural e tem interesse na estabilidade da região. Desde a sua criação, o Diálogo foi pioneiro ao identificar a importância estratégica para a Europa e da criação de condições de paz e estabilidade no Magrebe e Portugal tem procurado dar vitalidade a esta iniciativa³⁰⁶.

No que toca à Líbia, o Diálogo manteve-se em «stand-by» quando foram impostas sanções internacionais, devido aos casos em que esteve envolvida. Sendo o Diálogo 5+5, o único fórum Euro-Mediterrânico em que é membro de pleno direito, a Líbia tem especial interesse em promover as atividades neste formato, de que foi exemplo organização da Conferência de Ministros de Negócios Estrangeiros em Trípoli em Maio de 2002 e de

³⁰⁶ (Embaixada de Portugal em Trípoli)

Presidentes dos respetivos Parlamentos também na capital líbia, em Fevereiro de 2003. Pela mesma razão, a Líbia tem pugnado por uma maior institucionalização e alargamento do Diálogo para que possa aproximar-se daquilo que é o Processo de Barcelona³⁰⁷ em que não participa.

Apesar da revolução em 2011, a Líbia continua a estar envolvida nas iniciativas de Defesa do Diálogo 5+5. O então ministro da Defesa participou na reunião Anual de Ministros da Defesa, que teve lugar em Nouakchott em Novembro de 2011³⁰⁸.

A 16 de Abril de 2013, em Nouakchott, durante a reunião de Ministros dos Negócios Estrangeiros, Portugal assumiu a co-presidência norte do diálogo 5+5 que anteriormente pertencia à Itália³⁰⁹, mantendo-se a Mauritânia³¹⁰ do lado sul. A co-presidência representou para Portugal uma mais-valia porque permitiu mostrar o seu empenhamento relações com os países magrebins, de reforçar a capacidade portuguesa de interação com os países do norte e sul do diálogo numa região prioritária e, não menos importante explorar, o potencial do multilateralismo para promover os interesses bilaterais de Portugal no Magrebe.

Durante a co-presidência, Portugal organizou em Lisboa a reunião anual de Ministros de Negócios Estrangeiros em 2014. Nas reuniões anuais de MNEs do Diálogo, para além dos seus respetivos ministros estiveram observadores da UpM, da UE e da UMA³¹¹. Para a reunião de Ministros de Negócios Estrangeiros, Portugal procurou novas áreas de cooperação, onde tinha maior interesse e capacidade de intervenção, nomeadamente nas energias renováveis, desenvolvimento económico, diálogo parlamentar, envolvimento da sociedade civil e formação diplomática³¹². A Líbia também foi um dos assuntos dominantes desta reunião, onde os Ministros dos Negócios Estrangeiros do Diálogo acordaram em ajudar a Líbia a superar as consequências da guerra civil de 2011³¹³.

³⁰⁷ O Processo de Barcelona foi lançado em 1995 pelos 15 ministros dos negócios estrangeiros dos então 15 Estados-Membros e 12 parceiros mediterrânicos para relançar as relações bilaterais na região. O processo de Barcelona viria a evoluir para a União do Mediterrâneo (European Union, S/Data) e.g. http://www.eeas.europa.eu/euromed/barcelona_en.htm acedido a 11/12/2014 às 12h37.

³⁰⁸ (Nuñez, 2012, pp. 11, 12)

³⁰⁹ (Embaixada de Portugal em Trípoli)

³¹⁰ (Lusa, 2013) e.g. <http://www.publico.pt/politica/noticia/portugal-vai-acolher-cimeira-do-dialogo-55-europamagrebe-1591520> acedido a 13/12/2014 às 13h34.

³¹¹ (Embaixada de Portugal em Trípoli)

³¹² (Lusa, 2013) e.g. <http://www.publico.pt/politica/noticia/portugal-vai-acolher-cimeira-do-dialogo-55-europamagrebe-1591520> acedido a 13/12/2014 às 14h20.

³¹³ (ANSamed, 2014) e.g. http://www.ansamed.info/ansamed/en/news/nations/libya/2014/05/22/libya-international-community-agrees-to-support-dialogue_eac7e5e3-20d8-4fb8-bf22-e8816d24ee2e.html acedido a 15/12/2014 às 10h47

À margem da reunião anual dos Ministros dos Negócios Estrangeiro, decorreu o II Fórum Económico e Empresarial cujo intuito era debater, refletir e encontrar pontos de interesse que proporcionassem a cooperação entre as empresas dos países que constituem o diálogo tendo como principais pontos estratégicos: água, ambiente, infra-estruturas, e financiamento³¹⁴. Decorreu também uma reunião de Presidentes de Parlamantos com o objetivo de discutir o envolvimento dos parlamentos nacionais nos processos na segurança regional, crescimento económico, alterações climáticas proteção de vítimas de tráfico de humanos e luta contra o crime organizado. Durante a presidência portuguesa, Portugal viria a organizar várias iniciativas, nomeadamente sobre a formação de agentes diplomáticos, reunião de Ministros do Turismo, da Defesa, Transportes e do Interior³¹⁵.

A reunião de Ministros dos Transportes do Mediterrâneo Ocidental (GTMO) que se realizou a 22 de outubro, marcou a passagem da presidência da Argélia para Portugal neste setor para o período 2014-2016. Apresentou-se o relatório de atividades da presidência argelina, a transferência da presidência e a apresentação do programa da nova presidência portuguesa³¹⁶. Estava ainda proposto para esta reunião a adoção de uma proposta para a criação de uma rede trans-magrebina de transportes, para ser desenvolvida até 2050 ligando a Líbia até à Mauritânia por uma ferrovia, a criação de 48 portos e 90 aeroportos para ligação entre o Magrebe e os países do sul da Europa³¹⁷.

A 3 de dezembro de 2014 realizou-se também em Lisboa uma reunião de Ministros do Turismo do Diálogo sob o lema “Capital Humano”, a qualificação de recursos humanos nas

³¹⁴ (Aicep Portugal Global, S/Data) e.g. <http://www.portugalglobal.pt/PT/geral/Paginas/ForumEconomico.aspx> acedido a 13/12/2014 às 10h58.

³¹⁵ (Embaixada do Reino de Marrocos em Portugal, S/Data) e.g. http://www.emb-marrocos.pt/destaque/embaixada-de-marrocos/destaques-homepage5-reuniao-de-alto-nivel-dos-parlamentos-dos-paises-membros-dialogo-5-5-hoje-em-lisboa_1464.html acedido a 13/12/2014 às 11h14.

³¹⁶ (Governo de Portugal Ministério da Economia, S/Data) e.g. <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-da-economia-e-do-emprego/quero-saber-mais/preciso-de-uma-informacao/20140910-me-min-transp-5plus5.aspx> acedido a 13/12/2014 às 12h32.

³¹⁷ (Governo de Portugal Ministério da Economia, 2014) e.g. <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-da-economia-e-do-emprego/mantenha-se-atualizado/20141016-me-5plus5.aspx> acedido a 13/12/2014 às 15h37. Uma vez que Portugal não tem um Ministro dos Transportes sendo que este sector está integrado no Ministério da Economia o representante português foi o Ministro da Economia Pires de Lima.

áreas do turismo e o aprofundamento de estudos para ajudar a tomada de decisão das empresas neste setor³¹⁸.

Portugal, que detinha também a presidência do 5+5 Defesa, reuniu os Ministros da Defesa a 10 e 11 de dezembro 2013, ocasião em que foi assinada uma “Declaração Ministerial Conjunta” para a promoção da segurança Marítima na Região, para o combate ao terrorismo, narcotráfico, pirataria e redes de imigração ilegais. A presidência Portuguesa do 5+5 Defesa foi um sucesso de acordo com o Ministro da Defesa, José Aguiar-Branco. Foram realizadas 38 iniciativas com especial destaque para o exercício conjunto SEABORDER³¹⁹.

4.2.2. Parceria UE-África

A Europa e a África estão interligadas pela sua história, geografia, cultura, futuro comum e pela partilha de valores no que concerne ao respeito pelos direitos humanos, liberdade, igualdade, solidariedade, justiça, estado de direito, e democracia que se encontram consagrados nos textos constituintes de ambas as uniões. Desde a primeira conferência em 2000 que se realizou no Cairo, a Parceria UE-África tem vindo a tornar-se cada vez mais sólida e institucional levando também a algumas mudanças consideráveis nos dois continentes. Foram lançados programas de democratização nos dois continentes. Do lado africano, a Organização da União Africana deu lugar à União Africana e a União Europeia duplicou o seu tamanho e tem-se aprofundado cada vez mais. O próprio mundo mudou com o aparecimento de novos desafios globais. A globalização tem vindo a acelerar e o mundo tem-se tornado cada vez mais interdependente. Face a estas mudanças, a UA e a UE têm desenvolvido estratégias políticas para guiar a cooperação entre ambos os continentes e para esse objetivo destaca-se a «Joint Africa-UE Strategy» (Estratégia Conjunta África-UE) que visa fortalecer a parceria, renovar as instituições e promover um quadro de cooperação a longo termo, criado na Cimeira de Lisboa. O objetivo da uma estratégia conjunta África-UE serve para relançar a relação entre ambos para um nível estratégico e de cooperação. A Estratégia é baseada em interesses, valores e objetivos

³¹⁸ (Turismo de Portugal, S/Data) e.g.

<http://www.turismoportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismoportugal/destaque/Pages/ReuniaodeMinistrosdeTurismoambitodoDialogo5mais5.aspx> acedido a 13/12/2014.

³¹⁹ (Defesa Nacional, 2013) e.g. <http://www.defesa.pt/Paginas/Iniciativa5mais5reuniuemGuimaraes.aspx> acedido a 13/12/2014 às 12h37.

estratégicos comuns sendo que a Parceria tende para o desenvolvimento da Europa e África através da cooperação económica e promoção do desenvolvimento entre os dois continentes para que possam viver em paz, segurança, prosperidade, solidariedade e humanamente dignificantes. Os temas que ocupam esta estratégia são a Paz e Segurança; Governação e Direitos Humanos; Comércio e Integração Regional e Desenvolvimento de Questões-Chave³²⁰. Em dezembro de 2007, os Chefes-de-Estados africanos e europeus encontraram-se em Lisboa. A data da cimeira coincidiu com a presidência portuguesa na UE, o que constituiu uma importante oportunidade para reforçar as relações políticas e económicas entre os dois países. Até à realização da Cimeira em Lisboa foi criada a UA e os NEPAD («New Partnership for African Development»/ Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano) e o processo de integração da UA deu passos consideráveis, enquanto a UE se tinha expandido para 27 estados-membros e a capacidade da sua política externa aumentava consideravelmente³²¹.

Na Cimeira de Lisboa foi aprovado o Primeiro Plano de Ação, parte integrante da estratégia Conjunta EU-África.

Estava previsto no Primeiro Plano de Ação da Estratégia Conjunta da Parceria, uma maior cooperação nas seguintes áreas: Paz e Segurança; Governação Democrática e Direitos Humanos; Comércio e Integração Regional; Desenvolvimento dos Objetivos de Milénio; Energia; Mudança Climática; Migração, Mobilidade e Emprego; Ciência, Sociedade de Informação e Espaço. Ambas as partes concordaram que para que os objetivos propostos para este plano era necessário um aumento de contactos entre os líderes Europeus e dos presidentes das instituições europeias e africanas, aumento da cooperação entre o Parlamento Europeu e o Parlamento Pan-Africano, assim como o Conselho Económico, Social e Cultural da UA e o Comité Económico e Social Europeu; criação de uma task-force conjunta UE-UA para a operacionalidade das reuniões, identificação das prioridades da parceria e criação de uma plataforma para institutos de pesquisa e «think tanks» que para que possam dar conselhos políticos independentes. Do lado da UE, o Primeiro Plano de Ação pedia a abertura de uma Delegação da UE dedicada à

³²⁰ (The Africa-EU Strategic Partnership. A Joint Africa-EU Strategy, 2007, pp. 1,2) e.g. http://www.africa-eu-partnership.org/sites/default/files/documents/eas2007_joint_strategy_en.pdf acedido a 29/12/2014 às 08h49.

³²¹ (Chevallier, 2007, pp. 1, 2) e.g. http://fride.org/download/COM_EUAfricaSumm_ENG_dec07.pdf acedido a 29/12/2014 às 09h12.

UA e do lado Africano fortalecer o papel da UA e da sua Comissão na formulação de políticas e simplificar o quadro de integração regional³²².

A parceria UE-África envolve atores institucionais e não-institucionais dos dois lados, quer a nível continental, quer a regional e local sendo que a UE e a UA desempenham um papel primordial permitindo que as instituições mantenham um diálogo constante, quer por Chefes-de-Estado, quer por membros do governo de maneira a que os objetivos da Estratégia Conjunta sejam cumpridos. A efetiva implementação das políticas delineadas pela Parceria Estratégica é da responsabilidade de todos os países africanos e de todos os membros da UE³²³.

Em novembro de 2010, teve lugar em Trípoli a terceira Cimeira UE-África. O Tema da Conferência de Trípoli foi “Investimento, Crescimento Económico e Criação de Emprego”, e foi aprovado o Segundo Plano de Ação para os anos 2011 a 2013 que concentrou-se exatamente nas mesmas questões que o Primeiro Plano. O plano reconhecia que o desenvolvimento africano passava pelo desenvolvimento de capital humano, da criação de inovação, de empreendedorismo, segurança alimentar, educação, de uma população jovem, crescimento económico e redução da pobreza. Contudo o Plano identificava as TIC, energia, pesquisa agrícola, materiais crus e a ciência como as áreas-chave para tornar a economia africana mais competitiva.³²⁴

O novo Plano estabeleceu que as comissões da UE e da UA iriam ficar indagadas de fazer implementar o Plano de Ação e para isso acontecer iriam contar com ajuda de outros intervenientes, incluindo o setor privado, quer para as políticas a nível regional, nacional e continental. A nível de diálogo com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa e pela nova disposição institucional³²⁵ da UE, ambas as partes decidiram intensificar os contactos e para uma maior eficácia da implementação das políticas consideradas chave e por fim maior

³²² (First Action Plan (2008-2010) For the implementation of the Africa EU-Strategic Partnership, 2007, pp. 2, 3) e.g. http://www.africa-eu-partnership.org/sites/default/files/documents/jaes_action_plan_2008-2010.pdf acedido a 30/12/2014 às 11h31.

³²³ (The Africa-EU Strategic Partnership. A Joint Africa-EU Strategy, 2007, pp. 19, 20) e.g. http://www.africa-eu-partnership.org/sites/default/files/documents/eas2007_joint_strategy_en.pdf acedido a 30/12/2014 às 13h40.

³²⁴ (Joint Africa EU Strategy. Action Plan 2011-2013. Introductory Part, 2010, p. 1) e.g. http://www.africa-eu-partnership.org/sites/default/files/documents/03-jeas_action_plan_en.pdf acedido a 30/12/2014 às 14h21.

³²⁵ Antes da adoção do Tratado de Lisboa a representação europeia que era feita pelo presidente da comissão, depois da adoção a representação passou a ser feita pelo Serviço Europeu para a Ação Externa (Briefing on the Africa-Eu Dialogue: Towards the Africa-EU Summit, S/Data) e.g. <http://au.int/en/sites/default/files/BRIEFING%20ON%20THE%20AFRICA-EU%20SUMMIT%20%282%29.pdf> acedido a 30/12/2014 às 14h36.

cooperação dentro da ONU e instituições financeiras³²⁶. O financiamento da Estratégia Conjunta está ao cargo das comissões da UE e da UA, estados-membros de ambos, setor privado, das comunidades económicas regionais, sociedade civil, entre outras instituições³²⁷. De maneira a que a Parceria se fizesse sentir mais junto da sociedade civil o Plano previa o envolvimento do Parlamento Europeu e do Parlamento Pan-Africano³²⁸.

A quarta Cimeira foi em Bruxelas nos dias 2 e 3 de Abril. O tema da cimeira foi “Investir nas Pessoas, Prosperidade e Paz”³²⁹. Nesta quarta cimeira foi apresentado um roteiro para o período 2014-2017 que substitui o segundo Plano de Ação. Este roteiro iria focar-se na paz e segurança, democracia, boa governação e direitos humanos, desenvolvimento humano, desenvolvimento sustentável crescimento e integração continental, temas globais e emergentes³³⁰.

Muitos foram os desenvolvimentos dos dois países até 2014. Em 2013 a UA celebrou cinquenta anos de integração continental, objetivo que ainda quer aprofundar.

A Parceria África-UE tem-se revelado importante, África mostra-se mais confiante e tem celebrado várias parcerias com outros parceiros estratégicos. Já a Europa adotou uma estratégia de crescimento, a Europa 2020, com o objetivo de criar emprego, inovação, educação, inclusão social e clima/energia. A nível económico a UE mergulhou numa recessão económica mas em 2013 iniciou a retoma ainda que de forma débil. O desemprego mantém-se num grande desafio, Já em África, apesar da grave crise económica mundial o emprego e economia têm vindo a crescer, no entanto o continente africano continua abraçado a imensos desafios tais como os altos índices de pobreza, fragilidade, conflitos e instituições democráticas frágeis.

Os dois continentes procuram construir um crescimento económico sustentável que garanta a criação de empregos, particularmente para as mulheres e jovens. Desafiante para

³²⁶ (Joint Africa EU Strategy. Action Plan 2011-2013. Introductory Part, 2010, pp. 9, 10) e.g. http://www.africa-eu-partnership.org/sites/default/files/documents/03-jeas_action_plan_en.pdf acedido a 30/12/2014 às 14h47.

³²⁷ (Joint Africa EU Strategy. Action Plan 2011-2013. Introductory Part, 2010, p. 12) e.g. http://www.africa-eu-partnership.org/sites/default/files/documents/03-jeas_action_plan_en.pdf acedido a 30/12/2014 às 16h12.

³²⁸ (Joint Africa EU Strategy. Action Plan 2011-2013. Introductory Part, 2010, pp. 13, 14) e.g. http://www.africa-eu-partnership.org/sites/default/files/documents/03-jeas_action_plan_en.pdf acedido a 30/12/2014 às 16h27.

³²⁹ (Key Achievements of the Joint Africa-EU Strategy, 2014, p. 31) e.g. http://www.africa-eu-partnership.org/sites/default/files/documents/jaes_summit_edition2014_en_electronic_final.pdf acedido a 30/12/2014 às 16h51.

³³⁰ (Joint Africa-EU Strategy: Roadmap 2014-2017, 2014) e.g. http://www.africa-eu-partnership.org/sites/default/files/documents/2014_04_01_4th_eu-africa_summit_roadmap_en.pdf acedido a 30/12/2014 às 17h24.

África será também o desenvolvimento da economia através da industrialização. Também na Europa os decisores políticos têm noção da importância da recuperação e crescimento económico e competitividade para a criação de emprego. A Europa apresenta-se como o maior parceiro comercial de África, em 2012, o comércio com África, importações e exportações totalizou 28,2%. O mesmo acontece com África onde são importados 25.9% e exportados 31% dos valores totais de importações e exportações respetivamente. Em 2012 a UE importou 186.2 mil milhões de euros e exportou valores de 151.9 mil milhões de euros. As importações Europeias para África cresceram 46.4% entre 2007 e 2012 e o comércio entre os dois continentes cresceu 44.8% durante o mesmo período. O Investimento Direto Estrangeiro feito por africanos na Europa cresceu cerca de 700% nos últimos dez anos. Já o IDE em 2012 Europeu representou 48% do total em África e 21% nos fluxos globais.³³¹

A Parceria tem trazido bons resultados nas áreas consideradas prioritárias, para conferir esses resultados aqui ficam alguns exemplos: Na Paz e Segurança a UE através do «African Peace Facility»/Apoio à Paz Africana (APF) tem apoiado o programa africano «Africa Peace and Security Architecture»/Arquitetura Africana para a Paz e Segurança (APSA). Desde de 2004 que a UE despendeu mais de 1.2 mil milhões de euros através da APF para operações de paz e resolução de crimes³³². Na Somália a UE tem apoiado a «African Union Mission in Somália» onde já despendeu 575 milhões de euros. Para o conflito na República Centro Africana a UE já doou 68 milhões de euros entre Julho de 2008 a Julho de 2013. Para os conflitos no Uganda, República Democrática do Congo, Sudão do Sul e República Centro Africana a UE através da APF disponibilizou dois milhões de euros e para o Mali foram disponibilizados 50 milhões³³³. O apoio europeu é também operacional através da formação de forças de segurança.

A governação democrática e os direitos humanos têm sido uma das prioridades da Parceria. No que concerne aos direitos humanos, a UA e a UE têm mantido um diálogo constante. Desde 2008 ambas as instituições encontram-se anualmente para discutir esta

³³¹ (Key Achievements of the Joint Africa-EU Strategy, 2014, pp. 8, 9) e.g. http://www.africa-eu-partnership.org/sites/default/files/documents/jaes_summit_edition2014_en_electronic_final.pdf acedido a 30/12/2014 às 18h10.

³³² (Key Achievements of the Joint Africa-EU Strategy, 2014, pp. 10, 11) e.g. http://www.africa-eu-partnership.org/sites/default/files/documents/jaes_summit_edition2014_en_electronic_final.pdf acedido a 30/12/2014 às 18h29.

³³³ (Key Achievements of the Joint Africa-EU Strategy, 2014, pp. 12, 13) e.g. http://www.africa-eu-partnership.org/sites/default/files/documents/jaes_summit_edition2014_en_electronic_final.pdf acedido a 30/12/2014 às 19h24.

temática. Nos últimos anos foram identificadas áreas que merecem mais cooperação sendo essas: crianças e mulheres afetadas pelos conflitos armados, paz e segurança, abolição da pena de morte, liberdade de expressão e de associação, eleições e direitos humanos. No que toca a eleições a cooperação tem sido aprofundada e a UE tem enviado para África cerca de 38 observadores anualmente e tem ajudado a UA a desenvolver metodologias para os seus observadores³³⁴. Para a promoção da democracia, governança e direitos humanos a UE tem apoiado a «African Governance Architecture»/Arquitetura de Governança Africana (AGA) nos seus três órgãos: no Tribunal Africano de Direitos Humanos e das Pessoas, na Comissão Africana de Direitos Humanos e das Pessoas e no Parlamento Pan-Africano com o objetivo de aumentar as suas capacidades algo que se tem revelado proveitoso, principalmente no que concerne aos direitos humanos³³⁵.

No Comércio, Integração Regional e Infra-estruturas ambos os organismos têm dialogado sobre as suas respetivas experiências, em integrar economias de estados soberanos. Sob o guarda-chuva da «EU Aid for Trade»/Ajuda da UE para o Comércio a UE tem ajudado a UA em temas relativos à administração alfandegária. Para a promoção do investimento em África os dois organismos apoiam um estudo que promova e facilite o investimento em África. O setor privado é outra das prioridades da Parceria. Nesse sentido «EU-Africa Business Fora»/Fórum Empresarial UE-África onde é debatida a criação de iniciativas políticas para a criação de oportunidades para o investimento privado e é também uma plataforma onde os privados europeus e africanos trocam impressões. Sendo que as estatísticas são algo importante para um investidor, doador ou um decisor político a UE e a África têm estreitado a cooperação neste sentido levando inclusive ao lançamento do «AU-EU Statistical Yearbook»/UA-UE Livro Anual Estatístico³³⁶. Quanto às infra-estruturas a UE tem ajudado a implementar o «Programme for Infrastructure Development in Africa»/Programa de Desenvolvimento de Infra-estruturas em África que desenvolve infra-estruturas a nível regional e continental nos transportes,

³³⁴ (Key Achievements of the Joint Africa-EU Strategy, 2014, pp. 14, 15) e.g. http://www.africa-eu-partnership.org/sites/default/files/documents/jaes_summit_edition2014_en_electronic_final.pdf acedido a 30/12/2014 às 19h39.

³³⁵ (Key Achievements of the Joint Africa-EU Strategy, 2014, p. 15) http://www.africa-eu-partnership.org/sites/default/files/documents/jaes_summit_edition2014_en_electronic_final.pdf acedido a 30/12/2014 às 20h41.

³³⁶ (Key Achievements of the Joint Africa-EU Strategy, 2014, pp. 17, 18) e.g. http://www.africa-eu-partnership.org/sites/default/files/documents/jaes_summit_edition2014_en_electronic_final.pdf acedido a 30/12/2014 às 21h14.

energia, TIC. Para atrair investidores a UE criou o «Africa-EU Infrastructure Trust Fund»/Fundo de Investimento para Infra-estruturas Africa-UE. Ainda dentro desta temática encontra-se a cooperação em recursos hídricos onde as autoridades europeias ajudam as africanas a gerir os mesmos para que cheguem ao maior número de pessoas possível. A nível da agricultura a UE apoia as iniciativas da UA nesta matéria³³⁷.

No que concerne aos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio em 2010, o então Presidente da Comissão anunciou que iria doar cerca de 1 mil milhão para esta iniciativa. Na segurança alimentar a UE tem apoiado os programas agrícolas da UA. Na saúde a UE tem apoiado financeiramente o acesso a medicamentos de qualidade e a vacinas para o VIH, malária e mortes prematuras e contra a tuberculose. Na educação a UE lançou um fundo com o objetivo de estender o ensino primário a toda a população dos países mais pobres. No que concerne à urbanização, a Comissão Europeia, ONU e outros organismos têm desenvolvido um programa de urbanismo sustentável que combata a pobreza urbana³³⁸.

No sector energético, em 2010, os decisores políticos encontraram-se e definiram que até 2020 os seguintes pontos deveriam estar concluídos: assegurar um acesso a energia moderna e sustentável para cerca de cem milhões de africanos; construir centrais para comportar 10,000 MW de energia hidroelétricas cerca de 5,000 MW de energia eólica e 500 MW de energia solar; melhorar a capacidade energética africana; melhorar a interligação elétrica entre África e UE; aumentar para o dobro o uso gás natural; e duplicar as exportações de gás africano³³⁹.

No que concerne à Mudança Climática e Ambiente os dois países têm cooperado sob a «EU Global Climate Change Alliance»/ Aliança Global da Mudança Climática da EU onde é feito o diálogo entre os dois organismos para reforçar a capacidade africana de negociação sobre este tema. É também feita formação na gestão agrícola para a não desertificação das terras e desflorestação das mesmas, o combate e abordagem à crise na vida selvagem africana e a promoção do uso sustentável de biodiversidade e ecossistemas. Foi através do apoio da UE que

³³⁷ (Key Achievements of the Joint Africa-EU Strategy, 2014, pp. 19, 20) e.g. http://www.africa-eu-partnership.org/sites/default/files/documents/jaes_summit_edition2014_en_electronic_final.pdf acedido a 30/12/2014 às 21h32

³³⁸ (Key Achievements of the Joint Africa-EU Strategy, 2014, pp. 20, 21) e.g. http://www.africa-eu-partnership.org/sites/default/files/documents/jaes_summit_edition2014_en_electronic_final.pdf acedido a 30/12/2014 às 22h24.

³³⁹ (Key Achievements of the Joint Africa-EU Strategy, 2014, p. 22) e.g. http://www.africa-eu-partnership.org/sites/default/files/documents/jaes_summit_edition2014_en_electronic_final.pdf acedido a 30/12/2014 às 22h40.

foi possível criar o « African Climate Policy Centre»/ Centro de Política Climática Africano onde são desenvolvidas técnicas e de partilhas de conhecimento e de formação³⁴⁰.

Na temática da Migração, Mobilidade e Emprego foi criado o «African Institute for Remittances»/Instituto Africano de Remessas pela UA em coordenação com a Comissão Europeia, Banco Mundial e o Banco Africano para o Desenvolvimento e a Organização Internacional para a Migração cujo principal objetivo é melhorar a capacidade dos governos africanos, bancos e emissores de remessas as usarem para reduzir a pobreza. A iniciativa «The African Higher Education Harmonization and Tuning Initiative»/A Harmonização do Ensino Superior Africano e Iniciativa Sintonização onde coopera a UE e Área Africana do Ensino Superior que visa aproximar os decisores políticos desta área tem-se revelado proveitosa sendo que a qualidade do ensino em África tem melhorado resultando numa maior empregabilidade da população africana. Sobre a Migração, a Comissão da UA e a Comissão da UE têm aprofundado a cooperação nesta temática, ficou patenteado neste Cimeira que o combate à migração seria através de criação de melhores empregos, da facilitação de mobilidade dentro do continente africano e de melhorar o enquadramento legal de migrantes ilegais³⁴¹.

No que concerne à Ciência, Sociedade de Informação e Espaço os líderes europeus e africanos acordaram que o investimento na ciência, tecnologia e informação são áreas chave para o crescimento económico, competitividade, emprego e desenvolvimento socioeconómico sendo que o investimento nestas áreas deve continuar. A prioridade para a parceria passa por estas áreas ao dispor da alimentação, segurança nutricional e desenvolver uma agricultura

³⁴⁰ (Key Achievements of the Joint Africa-EU Strategy, 2014, pp. 24, 25) e.g. http://www.africa-eu-partnership.org/sites/default/files/documents/jaes_summit_edition2014_en_electronic_final.pdf acedido a 30/12/2014 às 22h48.

³⁴¹ (Key Achievements of the Joint Africa-EU Strategy, 2014, pp. 26, 27) e.g. http://www.africa-eu-partnership.org/sites/default/files/documents/jaes_summit_edition2014_en_electronic_final.pdf acedido a 30/12/2014 às 23h02. Face à nova onda de imigração ilegal de refugiados que procuram asilo na Europa a 27 de Maio de 2015 foi implementado um primeiro pacote de implementação da Agência Europeia da Migração que proponha a relocação de 40 000 requerentes de forma a ajudar a Itália e a Grécia, os países mais fustigados por esta onda de migração. Foi proposto também o aumento da fatia orçamental europeia para reforçar as operações Trintón e Poseidon para haver uma maior vigilância marítima e conseguir-se assim salvar vidas. Já a Comissão propôs que se relocassem cerca de 120 000 migrantes provenientes da Itália, Grécia e Hungria; um mecanismo de recolocação em situações de crise para todos os Estados-Membros; uma lista europeia comum de países seguros de origem; tornarmos eficaz a política de regresso através de um manual comum para o regresso e de um plano de ação da UE em matéria de regresso; uma comunicação sobre as regras em matéria de contratos públicos para medidas de apoio aos refugiados; uma comunicação sobre a forma de lidar com a dimensão externa da crise dos refugiados; um fundo fiduciário de emergência para África (European Commission, 2015) e.g. http://europa.eu/rapid/press-release_MEMO-15-5597_pt.htm acedido a 15/03/2015 às 10h38.

sustentável. A UE contribuiu com catorze milhões de euros para a pesquisa nas áreas da agricultura, energia renovável e hidroelétrica e saneamento³⁴².

A relação UE-África tem vindo cada vez mais aprofundada sendo que a Parceria é exemplo disso mesmo, salvaguardando e promovendo interesses comuns e enfrentando em conjunto problemas globais. A Parceria promove o diálogo político e atua relativamente a estes problemas de maneira a que seja criado benefício para ambos os continentes sendo que sob a bandeira da Estratégia Conjunta EU-Africa os dois continentes devem ainda mais estreitar a sua cooperação nas arenas globais onde partilham dos mesmos interesses. Um dos maiores desafios para a Parceria passa por ter maior visibilidade obtendo assim valor acrescentado e isso passa por trazer à Estratégia Conjunta intervenientes ativos da comunidade empresarial e sociedade civil. Uma vez ultrapassados todos os obstáculos da cooperação a Estratégia poderão atuar em todo o seu potencial e ambos os continentes poderão ultrapassar a fase de “doador-beneficiário” e enfrentar problemas partilhados por ambos³⁴³.

³⁴² (Key Achievements of the Joint Africa-EU Strategy, 2014, p. 28) e.g. http://www.africa-eu-partnership.org/sites/default/files/documents/jaes_summit_edition2014_en_electronic_final.pdf acedido a 30/12/2014 às 23h17.

³⁴³ (Key Achievements of the Joint Africa-EU Strategy, 2014, p. 31) e.g. http://www.africa-eu-partnership.org/sites/default/files/documents/jaes_summit_edition2014_en_electronic_final.pdf acedido a 30/12/2014 às 23h32.

5. Relatório de Estágio

5.1.Introdução

No mês de agosto de 2013, abriu-se a possibilidade de concluir o meu mestrado em Diplomacia e Relações Internacionais através de um Estágio Curricular tutelado pelo Instituto Diplomático-Ministério dos Negócios Estrangeiros. Tal hipótese era aliciante, pois era uma oportunidade de pôr em prática os conhecimentos que tinha vindo a adquirir ao longo do meu percurso académico.

Na altura, o Instituto Diplomático apresentava uma lista de embaixadas disponíveis para acolher alunos de diferentes níveis académicos. A preferência por estagiar na Embaixada de Portugal em Trípoli vem de um interesse especial pela cultura árabe e rituais muçulmanos, além de que, da maior parte dos estágios apresentados pelo MNE, este era o mais abrangente e multidisciplinar inserido na vertente da Diplomacia Económica. Numa altura em que as questões económicas são cada vez mais importantes, esta era uma matéria e um complemento de grande importância a juntar aos meus conhecimentos académicos adquiridos até à data. Por último, sendo aluno do Mestrado em Diplomacia e Relações Internacionais, poder acompanhar o funcionamento de uma embaixada num país em plena transição democrática fez-me optar por um estágio na Líbia.

Neste contexto, a 9 de setembro, convidei o Professor Doutor Teotónio de Souza a ser meu orientador académico. Este, aceitou o meu convite e disponibilizou-se de imediato para orientar-me. Desde já agradeço a sua preciosa colaboração, que muito contribuiu para a elaboração do presente trabalho. No dia 3 de outubro, fui contactado pelo IDI/MNE que queria saber a minha disponibilidade para entrevista com a Sra. Encarregada de Negócios *en pied*. No dia 23 de Outubro fui entrevistado pela Dra. Isabel Brilhante Pedrosa e, soube nesse mesmo dia que tinha sido selecionado. A partir deste momento, a Embaixada manteve sempre contacto comigo. Nesta altura, debati-me com um longo e demorado processo, principalmente ao nível do seguro escolar, pois nenhuma seguradora queria fazer a apólice onde justificavam motivos de insegurança. Este impasse foi ultrapassado, graças à minha pressão onde invocava estar no meu pleno direito de concorrer para onde quisesse e com a devida aprovação da direção de curso, para além de que já tinha estadia acertada e passagem marcada para o dia 5 de dezembro. Perante este cenário, só no dia 3 de dezembro é que o seguro foi aprovado.

Depois de concluída toda a burocracia parti para Trípoli onde tive a oportunidade de adquirir experiência no terreno, proporcionando-me deste modo elementos factuais para fundamentar o meu relatório.

O presente capítulo é dedicado única e exclusivamente às atividades por mim desenvolvidas na Embaixada de Portugal em Trípoli, durante o período compreendido entre 5 de dezembro a 25 de abril, assim como as atividades desenvolvidas pela embaixada.

O presente relatório estrutura-se da seguinte forma: numa primeira fase será abordado o historial da embaixada, respetivas características, estrutura orgânica, serviços consulares e comunidade portuguesa na Líbia. Seguidamente serão abordadas as atividades por mim realizadas.

5.2.Objetivos do Estágio Curricular

O estágio efetuado, sendo curricular assumiu-se como um ato educativo escolar supervisionado, cujas tarefas propostas foram adequadas às exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento cognitivo, pessoal e social, de modo a que prevalecesse o aspeto produtivo. Pretendeu-se que o estágio curricular cumprisse determinados objetivos, entre eles: contribuir para a formação do aluno no desenvolvimento de atividades relacionadas com o mundo laboral; adquirir competências próprias e relevantes à atividade profissional, estimular o desenvolvimento do educando para a vida em sociedade, consolidando conhecimentos adquiridos durante o processo académico. Serve também para aumentar a capacidade do aluno avaliar, diagnosticar múltiplos cenários e perante estes ter a capacidade de decidir.

O presente estágio para além de introduzir o aluno num contexto diplomático e de aprender o funcionamento de uma embaixada, teve como objetivo principal inserir o aluno na vertente da Diplomacia Económica onde desempenhei as seguintes tarefas: organização de eventos no âmbito da internacionalização empresarial portuguesa, promoção das exportações e dinamização de negócios, estudo e análise do mercado com base em informações providenciadas pela AICEP e embaixada; pesquisa e contactos com empresas/instituições locais; apoio na ação comercial; elaborar uma lista de eventos/exposições/feiras na Líbia e contribuir para a elaboração do caderno de apoio na Líbia para empresas/investidores portugueses na Líbia.

5.3. Historial da Embaixada:

“De acordo com o Decreto-Lei 204/2006, de 27 de Outubro, é criada a Embaixada de Portugal em Trípoli e a respetiva Secção Consular” (Diário da República Diário da República, 2^a série — N.º 126 — 3 de Julho de 2007).³⁴⁴

Para chefe de missão foi selecionado o diplomata Rui Gomes Aleixo que apresentou as suas credenciais como embaixador no dia 6 de Novembro de 2007. Portugal cumpria assim a reciprocidade diplomática 30 anos depois da Líbia ter aberto a sua missão diplomática em Portugal. A abertura da Embaixada de Portugal foi anunciada pelo 17º Primeiro-Ministro Português José Sócrates aquando a sua visita a Trípoli para abrir caminhos para as empresas portuguesas³⁴⁵. Portugal passou a partir de então a ter missões permanentes em toda a região do Magrebe e em todos os países representantes do Diálogo 5+5, à exceção da Mauritânia. A embaixada sendo uma extensão do serviço público prestado aos seus cidadãos tem como objetivo prestar auxílio à pequena comunidade portuguesa presente em território líbio, representar o governo português, prestar informação, e por último acompanhar e apoiar as empresas portuguesas presentes neste mercado.

5.4. Caracterização do Ambiente Externo da Embaixada

A 17 de Fevereiro de 2011 iniciou-se a revolução na Líbia que iria pôr fim ao regime de 42 anos chefiado pelo Coronel Muammar Qadhafi. Em Julho de 2012 realizaram-se eleições para eleger um novo congresso que viria a denominar-se de Congresso Geral Nacional, que por sua vez elegeu Ali Zidan como Primeiro Ministro, com missão de formar governo, que foi apresentado a 31 de Outubro de 2012.

A situação da Líbia aquando o começo do Estágio era de alguma instabilidade, acarretando inúmeros desafios, nomeadamente no que se refere à segurança. É de realçar a vulnerabilidade das fronteiras, os confrontos tribais, proliferação de armas, desmantelamento das milícias, integração na sociedade de antigos combatentes e forças de segurança e militares

³⁴⁴ Ver Anexo IV

³⁴⁵ (Lusa, 2005) e.g. <http://www.publico.pt/politica/noticia/socrates-reunese-hoje-com-kadahfi-e-procura-novos-mercados-1234473> acedido a 04/12/2014 às 10h30.

praticamente inexistentes. No leste a situação era mais grave, tomada por milícias e por fundamentalistas islâmicos ambos armados, que atacaram alvos estrangeiros, nomeadamente, o consulado dos EUA e um anexo da «Central Intelligence Agency», o consulado italiano e a Cruz Vermelha. Já a capital, Trípoli, apesar de mais segura, foi testemunha de vários episódios: em primeiro lugar um atentado contra a Embaixada Francesa reacendeu a problemática dos grupos terroristas presentes na capital, em segundo, a captura do líder do Al-Qaeda para a região do Magrebe Islâmico e massacre de cinquenta manifestantes que pacificamente mostravam o seu desagrado perante as milícias armadas na capital. Já o sul do país está decretado como zona militar e apesar do encerramento das fronteiras com os países vizinhos (Níger, Chad, Sudão, Argélia e Tunísia desde 2012) foi palco de tráfico de pessoas, estupefacientes e de fundamentalistas islâmicos consequência da falta ou pobre controlo das mesmas fronteiras.

A nível económico, depois do crescimento na ordem dos 104.5% em 2012, em 2013 houve um decréscimo na ordem dos -5.1%. O governo de Ali Zidan teve um orçamento de 68.86 mil milhões de LYD (Dinares Líbios, a moeda local) para 2013. No entanto, este não foi totalmente executado.

Os números apresentados são o espelho, em grande parte, dos vários incidentes durante o verão de 2013, de que é exemplo o terminal de Zueitina a cerca de 780 km a leste de Trípoli que é responsável por cerca de 20% da exportação de petróleo líbio. No final de Setembro a produção de petróleo rondava os 40%, 0,6 milhões de barris por dia, significativamente inferior ao output no período homólogo de 2012 onde se produzia 1,2 milhões barris por dia. Para além do terminal de Zueitina, foram afetados os portos de Tobruk, Marsa al Hariga e Ras Lanuf, as refinarias e os campos da Elephant e da Sahara. Estes bloqueios reduziram a produção de petróleo em mais de 1 milhão de barris por dia fazendo com que as exportações descessem para menos de um terço, algo preocupante uma vez que o PIB líbio é fortemente dependente das receitas petrolíferas.

Para além da insuficiente receita do petróleo, o Governo em Setembro de 2013 anunciou o aumento de 20% dos salários dos funcionários públicos. O setor público emprega quase 80% da população ativa enquanto o setor privado apenas emprega 4%. Os bons salários no sector público e respetivos benefícios fazem com que a população tenha preferência por este sector. Os novos dados do Ministério do Trabalho indicam que a taxa de desemprego se mantém elevada, a rondar os 15%, menos 5% que em 2012. No entanto, estes valores podem não

corresponder à realidade, pois estimativas não oficiais indicam que a taxa real estará a rondar os 30%. O Banco Mundial avança com dados de que 50% dos desempregados são jovens com diplomas universitários. Este desemprego jovem poderá ter implicações no futuro crescimento da economia.

A juntar-se ao aumento dos salários públicos, no ano de 2013, o governo apresentou, sem sucesso várias propostas de leis para remover subsídios no combustível e bens alimentares para passar a entregar dinheiro diretamente à população, reduzindo assim os seus encargos. Outro encargo que permanece para o estado são os subsídios da eletricidade. O estado continua incapaz de pôr fim a este subsídio em particular porque a empresa de eletricidade não emite sempre faturação, possibilitando a população de usufruir da eletricidade gratuitamente e consequentemente a desperdiçar fazendo o estado perder cerca de 1,85% do orçamento.

Como aconteceu no ano anterior, as grandes obras públicas continuam estagnadas, adiando a reconstrução de infra-estruturas, contudo as iniciativas privadas continuam bastante ativas.

Os tumultos na Líbia estão entrelaçados com a fraca institucionalização do governo e a sua incapacidade em fornecer serviços básicos. A confiança da população no governo está a cair, os investidores mantêm-se longe e as maiores empresas continuam a reduzir as suas atividades. A falta de manutenção e investimento em infraestruturas petrolíferas irá reduzir ainda mais a capacidade de produção e exportação a médio prazo. Desafios políticos e de segurança são suscetíveis de colocar uma pressão ascendente sobre a inflação.

5.5.Características da embaixada

A Embaixada de Portugal em Trípoli fica localizada na 10 Zaid Bem Thabet Street, Shouhada el Menchia, Ben-Ashour, Trípoli, e é um imóvel alugado pelo estado português. No entanto, a sua localização mudou desde julho de 2014 para um imóvel igualmente no bairro de Ben-Ashour. A Embaixada tem instalações adequadas para a realização de reuniões, quer para a recepção da comunidade diplomática quer para eventos com as empresas portuguesas. A Embaixada encontra-se em funcionamento oficial das 9h até às 18h e o atendimento ao público na seção consular das 9h até às 12h30m durante os dias úteis, sendo que está encerrada Sexta-

feira e Sábado para fim-de-semana. Por vezes, acontecimentos externos à Embaixada como por exemplo tiroteios, estradas encerradas obrigam o encerramento da mesma.

5.5.1. Destinatários, Missões e Competências

Uma Embaixada tem vários destinatários. Em primeiro lugar sendo um serviço externo do MNE, tem como principal destinatário os serviços internos do mesmo órgão para dar conhecimento da situação política, social e económica do país onde está acreditado. Em segundo lugar os restantes órgãos de soberania, em terceiro lugar as empresas portuguesas instaladas na Líbia ou outras que possam mostrar interesse neste país no intuito de lhes providenciar potenciais oportunidades de negócio. Em quarto lugar a comunidade portuguesa para uma proteção consular eficaz e por último aos cidadãos líbios requerentes de vistos.

A Embaixada de Portugal tem como principal missão e através das competências atribuídas às missões diplomáticas pela Convenção de Viena sobre as relações diplomáticas, cumprir com a política externa delineada pelo Governo. Para cumprimento dos objetivos propostos pelo Governo Português a Embaixada auxilia-se das ferramentas Político-Diplomáticas, da Diplomacia Económica, da Diplomacia Cultural e por fim das atribuições Consulares ao abrigo da Convenção de Viena sobre as Relações Diplomáticas.

Para o desempenho da missão Político-Diplomática, a Embaixada de Portugal em Trípoli dispõe de dois agentes diplomáticos, que mantêm várias vias de diálogo, sendo estas com a sociedade civil para um retrato apurado da realidade líbia e respetivos desdobramentos, assim como contatos com interlocutores privilegiados.

Para a missão na área da Diplomacia Económica, é feito um estrito acompanhamento dos desenvolvimentos macroeconómicos, económicos em geral e da legislação relevante para esta missão, com vista a uma análise do clima negocial de onde possam porventura surgir oportunidades de negócios para as empresas portuguesas. Este acompanhamento é realizado com o apoio do delegado da AICEP sediado em Túnis que se desloca a Trípoli esporadicamente.

No campo da Diplomacia Cultural a embaixada tem como principal competência identificar oportunidades para a promoção da língua e cultura portuguesa.

No domínio consular a missão da Embaixada de Portugal em Trípoli passa por identificar toda a comunidade portuguesa que se encontre a título permanente ou transitório

com o objetivo de responder eficazmente a todas as necessidades da nossa comunidade, nomeadamente a uma eficaz proteção consular. Quanto à relação com os nacionais líbios, o objetivo passa pela concessão célere e aumento no número de vistos concedidos pela Seção Consular através de um serviço com dignidade e eficiente.

5.5.2. Objetivos e Estratégias

A Embaixada de Portugal em Trípoli para o cumprimento dos objetivos propostos pelo Governo definiu como prioritário no quadro do QUAR: o reforço da capacidade de penetração dos agentes económicos portugueses no mercado líbio; a promoção da Marca/Imagem Portugal neste mercado e de investimento directo líbio em Portugal. Para o cumprimento destes objetivos a Embaixada adotou uma política de potenciamento; de crescimento, empregabilidade e de crescimento através do conceito “Buy Portugal” que promove a excelência e a qualidade dos produtos portugueses junto dos potenciais investidores líbios, e apresentação de respetivos planos de investimento caso solicitados por estes; Incentivo e de apoio na internacionalização da economia portuguesa nomeadamente apoio nas missões empresariais, feiras de comércio e de intercâmbio empresarial; em sintonia com a AICEP reforço da diplomacia na vertente económica para a dinamização de negócios; captar investimento direto líbio para projetos de raiz.

No que toca à Seção Consular os objetivos passam por: garantir à comunidade portuguesa o pleno exercício dos seus direitos através de uma eficaz proteção consular; contribuir para o sucesso do regime especial de vistos de residência para investidores estrangeiros; revalorizar a comunidade portuguesa que representa um valor estratégico de grande importância para Portugal nas variadas componentes: económica, cultural, social e política; dar um novo impulso à ligação efetiva entre Portugal e os cidadãos residentes na Líbia através de uma desburocratização de processos administrativos e de simplificação dos atos consulares melhorando assim a ligação direta e rápida aos serviços centrais do estado.

5.6. Estrutura Orgânica

No início do meu estágio a Chefe de Missão da Embaixada de Portugal em Trípoli era a Dra. Isabel Brilhante Pedrosa, que, em Março de 2014 apresentou credenciais como Embaixadora. Sendo assim a Embaixada, conta com dois agentes diplomáticos, a Chefe de Missão, a Sra. Embaixadora Isabel Brilhante Pedrosa a quem estão destinadas as funções de representação política e de diplomacia económica, e o Primeiro-Secretário, o Dr. Leandro Amado, que assume funções de substituto legal e detém vários pelouros, entre os quais responsabilidade pela Secção Consular, e de um conselheiro económico sediado em Túnis. Na sequência do agravamento do conflito, o pessoal diplomático foi evacuado e a embaixada de Portugal em Trípoli encontra-se relocalizada temporariamente em Túnis à semelhança de outras representações diplomáticas ocidentais.

Relativamente aos restantes membros da missão, esta é composta por dois funcionários: um tradutor e um assistente administrativo, além do motorista.

5.7. Serviços Consulares

Como já foi referido na fundamentação teórica, nomeadamente na Missão diplomática, o consulado ou a seção consular pode estar integrada na missão diplomática de acordo como o 3º artigo, 2º parágrafo da Convenção de Viena sobre as relações diplomáticas³⁴⁶. A seção consular encontra-se ao dispor dos cidadãos portugueses assim como dos cidadãos líbios quando requerem um visto. Como tal e com fundamentação jurídica pela Convenção de Viena de 1963, a seção consular tem através do artigo nº 5 as seguintes faculdades:

- Proteger os interesses do estado e dos seus nacionais;
- Fomentar as relações comerciais, económicas, culturais e científicas;
- Informar o estado sobre a evolução da vida económica do estado recetor, assim como disponibilizar a mesma aos interessados;
- Emitir passaportes para os nacionais e vistos para os não-nacionais;
- Agir na qualidade de notariado, nomeadamente registo civil.

³⁴⁶ “Nenhuma disposição da presente Convenção poderá ser interpretada como impedindo o exercício de funções consulares pela Missão diplomática.” (Convenção de Viena sobre as relações diplomáticas, 1961)

Através das faculdades conferidas pela Convenção de Viena das Relações Consulares apresentadas, o programa de governo para as missões diplomáticas portuguesas estabeleceu os seguintes objetivos:

- Manter um permanente contacto com a comunidade portuguesa residente na Líbia, assim como nacionais temporariamente na Líbia para proteção dos seus interesses;
- Informar os mesmos de assuntos relevantes sobre desenvolvimentos sociais que ocorram no país;
- Prestar uma assistência consular eficaz;
- Prestar aos líbios informações relevantes para as deslocações a Portugal;
- Para a fomentação de estreitamento das relações económicas entre os dois países, responder a todos os pedidos de informação e solicitações de empresas portuguesas sobre o mercado líbio;
- Participação em todas as reuniões de coordenação da UE de conselheiros consulares e Schengen.

A secção consular da Embaixada de Portugal em Trípoli tem como uma das principais funções garantir à comunidade o exercício dos seus direitos através de uma plena e adequada proteção consular. A comunidade portuguesa representa um valor estratégico de maior importância para Portugal, nas componentes financeiras, económica, cultural, social e política. Existe assim a necessidade de dar um novo impulso à ligação efetiva entre Portugal e os seus cidadãos residentes na Líbia apostando na desburocratização dos procedimentos administrativos e simplificação dos atos consulares, melhorando a ligação direta entre estes e os serviços centrais do Estado, conforme já anteriormente explicado no ponto 5.5.2. do presente trabalho.

5.8. Comunidade Portuguesa na Líbia

A Comunidade portuguesa na Líbia é constituída por 84 indivíduos³⁴⁷ (62 homens e 22 mulheres) com as suas fichas consulares devidamente ativas. A maioria destes indivíduos

³⁴⁷ A 21/03/2014, data da redação deste subcapítulo.

são residentes temporários mediante o contrato de trabalho que celebraram com as empresas empregadoras. Existe no entanto uma família portuguesa que vive a título definitivo em Trípoli. A comunidade portuguesa na Líbia encontra-se predominantemente em Trípoli, depois em menor número em Benghazi e em Misurata.

A presença portuguesa é constituída essencialmente por empresas de construção que se instalaram no mercado líbio antes da revolução, quando este setor se encontrava em crescimento devido ao apoio dado pelo antigo regime. Após a revolução, a maioria dos projetos foram suspensos afetando as empresas portuguesas que aguardam uma clarificação da sua situação contratual, principalmente dos projetos aprovados que ainda não começaram, na expectativa de serem muitos deles passíveis de serem renegociados ou então lhes serem atribuídas indemnizações compensatórias.

5.9. Atividades desenvolvidas durante o Estágio

5.9.1. Atividades desenvolvidas na área da Diplomacia Económica

5.9.1.1. Apoio à internacionalização empresarial portuguesa

Antes de passar a fazer uma análise descritiva das atividades realizadas nesta área creio que seja importante perceber de modo teórico o processo de internacionalização de uma empresa, que é uma decisão estratégica e delicado, sendo um dos passos mais importantes que uma empresa pode tomar.

O primeiro modo e mais fácil de uma empresa se internacionalizar é através das suas exportações, tema que vou deixar para o próximo subcapítulo: “Promoção das Exportações e dinamização de negócio”. Sendo esse o primeiro modo de entrada de uma empresa no mercado, a segunda via analisada neste subcapítulo releva da instalação de uma empresa no mercado externo através do investimento estrangeiro direto que poderá ser através de uma «joint venture» ou uma filial/«branch».

O investimento estrangeiro na Líbia é permitido na maioria dos setores económicos, havendo algumas exceções a assinalar. Legalmente as empresas podem optar por a formar uma «joint venture», uma filial ou apenas por um escritório de representação.

No que toca às empresas persentes no mercado líbio, uma das maiores preocupações prendia-se com o cumprimento dos contratos, nomeadamente os celebrados antes da revolução

2011, que aos olhos das novas entidades líbias têm de ser reavaliados. Não obstante, as empresas portuguesas neste mercado têm-se mantido bastante ativas. No setor da construção as empresas portuguesas têm ganho concursos públicos, o que poderá abrir porta para novas obras em concursos similares, além da entrada na área da formação de que é exemplo o contrato assinado com o Ministério do Trabalho pela Consulgal para cerca de 300 licenciados em engenharia/arquitetura estudarem em Portugal.

Relativamente às empresas que abordaram o mercado, a maior parte delas pertencem do setor da construção. Houve duas empresas do setor da construção bastante reticentes relativamente à instabilidade política vivida no país, mas reconheciam as potencialidades do mercado líbio. Uma delas estava pronta para formar uma filial e a segunda procurava de um parceiro líbio para formar uma «joint venture». Já no setor das telecomunicações estava a ser realizado um estudo por uma empresa portuguesa.

5.9.1.2. Promoção das exportações e dinamização de negócio

Para uma melhor interpretação do que se vai tratar neste capítulo, por promoção das exportações e dinamização devem ser entendidas as atividades que promovam as exportações portuguesas para a Líbia e a dinamização de negócios das empresas em Portugal através de agentes líbios. Com esta definição esclarecida foram várias as actividades desenvolvidas neste enquadramento, designadamente receção de várias entidades que se mostravam interessadas nos produtos e serviços portugueses e deslocações a feiras.

Um dos setores-alvo para as exportações portuguesas identificado pela Embaixada de Portugal em Trípoli foi a área da Saúde, que se encontra com cerca de 20 décadas de atraso em relação aos padrões da média europeia, e consequentemente apresenta várias carências e manifesta incapacidade dar resposta a todas as necessidades, nomeadamente assegurar o tratamento dos feridos da revolução de 2011. Neste contexto tive o prazer de estar presente em três reuniões relativas à área da saúde. A primeira experiência ocorreu numa reunião com o Ministro dos Feridos, Ramadan Ali Mansour Zarmuh, um Ministério criado após a revolução de 2011 para o tratamento dos feridos da guerra civil e em duas reuniões com empresários que mostravam interesse nos hospitais e médicos portugueses, abrindo assim a possibilidade de aprofundar a cooperação bilateral entre os dois países nesta área.

Uma vez que as empresas quando procuram novos mercados contactam a AICEP, nomeadamente o Conselheiro Económico da Embaixada de Portugal em Trípoli que está fisicamente em Tunis, muitos desses pedidos comerciais eram redirecionados para mim. A maior parte dos pedidos eram de empresas do ramo alimentar, engenharia, construção, arquitetura e produtos industriais que procuravam importadores líbios. Para conseguir responder às solicitações das empresas portuguesas foi-me dado um Índice Económico que se encontrava dividido por setores. Apesar de esta à primeira vista ser uma tarefa relativamente fácil, revelou-se bastante complicada porque o Índice apesar de estar em árabe e em inglês, o conteúdo do livro apresentava-se somente em árabe, além de que o Índice não correspondia ao conteúdo. Com o auxílio de um funcionário árabe da Embaixada, seleccionámos as várias empresas líbias dos mais diversos setores económicos que constavam no livro. É de referir que alguns indivíduos não referiam especificamente que tipo de trabalho realizavam mas apenas o número de telefone. Traduzimos todas as páginas para que não me escapasse nenhum importador e então pudeste providenciar à AICEP uma informação rigorosa e correta

Ainda no ramo alimentar, no dia 25 de janeiro juntamente com a Sra. Embaixadora, o Dr. Leandro Amado, o Dr. Carlos Morais, responsável pela feira SISAB, e alguns membros da missão, desloquei-me à cidade de Misurata, a cerca de 200 km a oeste de Trípoli para a promoção desta feira e para a promoção do programa ARI. Para um melhor entendimento deste programa o Dr. Leandro Amado pediu-me que fizesse um pequeno resumo do mesmo em PowerPoint onde sugeri colocar dois vídeos promocionais de Portugal, sendo um da AICEP o «Choose Portugal» relacionado com as exportações portuguesas e outro a encerrar a apresentação do Turismo de Portugal «Portugal – The beauty of Simplicity», combinando assim o melhor dos dois mundos, os serviços e produtos de excelência portugueses e um turismo diversificado e atrativo.

À chegada a Misurata e como manda o protocolo dois carros da polícia diplomática levaram-nos até à representação do MNECI desta cidade onde fomos recebidos pelo Chefe Cerimonial. Trocámos cumprimentos e ofertas e ainda um elogio da Sra. Embaixadora pelo facto da cidade de Misurata se apresentar bem mais segura do que as restantes cidades da Líbia e dar sinais de rápida reconstrução. Terminada a visita a esta sede do MNECI, fomos

encaminhados para um museu local³⁴⁸ dedicado à revolução de 2011, onde estavam expostas fotografias das principais avenidas da cidade de Misurata daquela altura, o material bélico, tanques, algum material de tortura e surpreendentemente alguns pertences pessoais do Coronel Muammar Qadhafi. Após a visita a este museu fomos encaminhados para o Hotel Al-Massa onde fomos recebidos pelo «Libyan Business Council», onde totalizavam cerca de 50 empresários, sendo foi esta entidade quem organizou todo o evento e respetiva divulgação pelos seus associados e membros³⁴⁹. Feitas as apresentações protocolares assim exigidas em momentos formais passou-se à apresentação do ARI que ficou a cargo do Dr. Leandro Amado onde foi usada a apresentação por mim elaborada³⁵⁰. Depois da apresentação do ARI, foi feita a apresentação da feira SISAB, que ficou a cargo do Dr. Carlos Morais que exibiu as características de mesma referindo várias vezes o facto de esta ser uma feira exclusivamente de produtos portugueses e uma ótima oportunidade de negócios para os importadores líbios, uma vez que falavam diretamente com os donos das empresas em exposição.

Terminadas as apresentações, a Sra. Embaixadora sublinhou o facto de estas iniciativas serem de grande interesse para o estreitamento da relação entre os dois países. Antes do almoço oferecido pelo «Libyan Business Council» foram solicitadas entrevistas aos membros diplomáticos da missão portuguesa.

No dia 26 de Janeiro as mesmas apresentações ocorreram na Chancelaria, mas desta vez com um grupo mais pequeno de empresários, cerca de 40. É de salientar a presença de empresários de relevo na sociedade líbia como por exemplo o Conselho de Empresários da Área Alimentar de Benghazi. Minutos antes da apresentação do programa ARI e quando fui testar o programa de execução do programa, «Poder Poente», este corria com algumas interrupções nomeadamente nos vídeos promocionais. Isto causou um grande momento de tensão, pois a apresentação era essencial para uma melhor interiorização do programa, visto estar traduzido em árabe e pelo apelo emocional que ambos os vídeos transmitiam à plateia, como um país de excelência e de um turismo de excelente qualidade. Dado que a apresentação não corria em nenhum computador portátil presente na Chancelaria, optei por levar a torre e o ecrã do

³⁴⁸ Ver anexo V

³⁴⁹ Ver anexo VI

computador para a sala de apresentações. Posto isto foi feita a apresentação do programa ARI sem qualquer tipo de problemas. Após a apresentação do ARI houve um «coffe-break» onde à semelhança de Misurata foram distribuídas umas folhas para os empresários preencherem sobre as suas atividades de negócios, para uma base de dados da embaixada para uma futura análise sobre a principal atividade de negócios que os empresários líbios desenvolvem com as empresas portuguesas. Terminadas as apresentações foi oferecido um almoço pelo SISAB aos empresários líbios e aos funcionários da Embaixada. É de enaltecer que os empresários líbios mostraram-se bastante recetivos tanto à feira SISAB quanto ao programa ARI.

Na área da construção e no âmbito dos preparativos para a participação portuguesa na feira «Libya Build» a Sra. Embaixadora recebeu no dia 26 de Fevereiro uma representante da empresa Atex - «International Exhibition Organizators», empresa encarregue de organizar o evento para nos informar sobre: local onde se ia realizar o evento; preços relativos à participação, sendo estes diferentes consoantes o local onde iria ser montada a bancada (ao ar livre ou dentro do pavilhão) e o tamanho da mesma; empresas responsáveis pela decoração das bancadas empresas responsáveis pelos vistos e o transporte dos participantes; empresas responsáveis pelo transporte de logística. Para saber qual era a data limite para as empresas portuguesas requererem o transporte da sua logística para a feira tive que contactar a empresa responsável pelo transporte do material a *ShowCarriage*, empresa inglesa perguntando-lhes qual era a data limite para requer o transporte; se havia alguma empresa em Portugal que lhes faziam a representação. Dado que havia duas empresas em Portugal que fazia a respetiva representação contactei ambas para saber qual era a data limite para que as empresas pudessem requerer o transporte da logística; data de embarque e em que porto iria ser feito o embarque e o desembarque, isto para que o MNE pudesse informar corretamente as empresas Portuguesas interessadas em participar nesta feira.

O Libya Build'14³⁵¹ decorreu entre os dias 19 e 22 de Maio e é uma feira dedicada única e exclusivamente ao sector da construção. Marcaram presença cerca de setecentas empresas das quais quatrocentas e cinquenta estrangeiras e duzentas e cinquenta locais, tendo uma representação de vinte e sete países e com uma afluência a rondar os vinte e cinco mil visitantes. No ano de 2013 Portugal esteve representado com cinco empresas. O Libya Build é

³⁵¹ Sobre esta feira consultar: <http://www.libyabuild.com/>

uma feira que tem vindo a crescer e tem grande cobertura mediática, sendo das feiras com mais publicidade e tem um grande impacto junto dos investidores líbios, algo que deve ser tomado em consideração pelas empresas portuguesas desta área uma vez que a Líbia apresenta um grande potencial neste sector.

No dia 26 de março foi recebido na embaixada um representante de uma empresa de aviação portuguesa que efetuou um ponto de situação da mesma no mercado líbio referindo que tinha vendido quatro aeronaves ao governo líbio para o transporte de doentes e que preparava-se também para dar formação aos pilotos líbios, tudo com base de concursos vencidos por esta empresa. Consideravam que fator preço/qualidade foi determinantes para a mesma vencer uma vez que a concorrência era muito forte, nomeadamente Estados Unidos, Inglaterra e Itália.

No que concerne à educação, entre os dias 2 e 4 de Fevereiro decorreu a «Libya International Exhibition for Education and Training»³⁵² na Universidade de Trípoli patrocinada pelo Ministério da Investigação Científica e Ensino Superior e por uma empresa privada. Neste enquadramento acompanhei o Dr. Leandro Amado a esta feira. Este evento contava com 45 bancadas sendo que Universidade de Trípoli era a única entidade de ensino superior com uma bancada própria, as restantes bancadas eram de empresas intermediárias que serviam de ponte entre o público-alvo, os estudantes líbios e as universidades europeias, norte-americanas e asiáticas, sendo que os programas de formação passavam por um curso intensivo de Inglês que durariam por volta de 9 meses e depois o formando ingressava numa licenciatura, após respetivos exames, à sua escolha, ou então se o formando já possuía uma licenciatura ou Mestrado continua a sua formação, neste caso para um Mestrado ou Doutoramento respetivamente de acordo com a sua área de formação. De notar nesta exibição a presença de muitas academias de línguas, algo que mostra a carência do povo líbio. À parte das bancadas para a formação de estudantes também marcaram presença empresas que produzem material educativo, nomeadamente mobília para os locais de ensino, de material para a investigação científica (como por ex. tubos de ensaio e derivados) e de empresas de consultoria para a área da educação. Os organizadores desta feira informaram-nos que o governo atribui cerca de 21 mil bolsas anuais para os estudantes líbios irem estudar no estrangeiro num valor a rondar os

1200 euros e os 4500, dependendo do país de destino do estudante. Foi-nos ainda informado pelos organizadores que entre os dias 10 e 12 de agosto iria realizar-se outra feira sobre educação e formação com o objetivo de que os encarregados de educação se desloquem à mesma e comprem tudo o que necessitam para o regresso às aulas dos seus educandos, desde livros, a material imobiliário, uniformes. Face ao entusiasmo dos organizadores na representação portuguesa os mesmos mostraram-se disponíveis para a realização de uma feira exclusivamente portuguesa dedicada aos diferentes sectores da atividade económica.

5.9.1.3. Estudo e Análise do Mercado Líbio

Para a elaboração do Relatório Anual da Diplomacia Económica da Embaixada de Portugal em Trípoli, e informação ao público, tive que fazer um estudo prévio sobre o mercado líbio. Para fazer este estudo auxiliei-me de vários sítios da internet; de relatórios elaborados pelo conselheiro económico e de outros documentos disponibilizados pela Embaixada e outros do AICEP. Relativamente aos vários sítios da internet a minha principal fonte foi o sítio do FMI onde encontrei um relatório sobre os países árabes onde a partir daí entendi as razões das variações do PIB e do peso que o mesmo tinha na economia líbia. O estudo que realizei falava das políticas governo líbio a médio-longo prazo e o comportamento do sector privado e a juntar-se a esta informação acrescentava as relações económicas bilaterais.

5.9.2. Outras Atividades Desenvolvidas no Estágio

O plano de estágio que me foi solicitado era dedicado única e exclusivamente na área da Diplomacia Económica. No entanto, as atividades por mim desenvolvidas foram muito para além desta área. Tal justifica-se pelo facto da Embaixada ter que dar respostas às necessidades imediatas em determinados períodos, sendo assim necessário fazer uma gestão adequada dos seus recursos humanos, sendo essas: organização de um plano de viagens para a ONG «Youth Without Borders»; atividades na secção consular; preparação dos convites para o Dia de Portugal; apoio ao envio de empresários líbios a Portugal/promoção do turismo de Portugal;

acompanhamento da situação política; atualização do inventário da residência da Embaixada e a criação de uma «newsletter».

Sobre a organização de um plano de viagens para a ONG «Youth Without Borders»: no dia 22º dia do mês de Dezembro a Sra. Embaixadora recebeu um representante desta ONG para fazer o ponto de situação do projeto de levar 100 alunos líbios a Portugal. A ONG «Youth Without Borders» juntamente com o Ministério da Juventude e Desporto e o Ministério da Cultura pretendiam selecionar 100 estudantes, com base nos seus resultados escolares a conhecer o norte de Portugal, mais propriamente o Porto e Guimarães. Durante a nossa reunião, o responsável por esta ONG vincou vontade de proporcionar aos alunos líbios um programa diversificado educativo e cultural. Como é hábito após cada reunião, fiz o respetivo relatório e fiquei encarregue de organizar o programa para os 100 estudantes que iriam visitar Portugal.

Para fazer um esboço do programa que iria ser apresentado numa reunião em janeiro/fevereiro e uma vez que não conheço o Porto tão bem como outras cidades do nosso país servi-me do site Turismo de Portugal³⁵³, do site Turismo do Porto³⁵⁴ e do site Porto e Norte³⁵⁵ para a recolha de dados sobre hotéis, hostes e atividades culturais. Uma vez recolhidos os principais dados passei ao contacto das entidades. Em primeiro lugar contactei a Pousada da Juventude do Porto e em seguida outros «hostels». Nesta fase de esboço tive que tomar especial atenção porque é extremamente difícil conseguir colocar cerca de 100 alunos com 20 supervisores no mesmo hotel, daí que agrupei uma série de «hostels» geograficamente próximos, contudo no final consegui um «hostel», à semelhança da Pousada da Juventude do Porto com a capacidade para albergar toda a comitiva, alunos e supervisores.

Terminada a fase da procura de alojamento iniciei a procura de programas culturais na cidade do Porto utilizando essencialmente os sites Turismo do Porto e Porto e Norte. O mais utilizado foi o site Turismo do Porto visto que encontra-se altamente sectorizado e permite uma rápida e eficaz procura do cibernauta. Aqui consegui encontrar os museus e patrimónios; circuitos turísticos; cultura e lazer. A partir das indicações lá apresentadas fui aos sites oficiais das entidades, neste caso dos museus e percursos turísticos para obter melhor informação no

³⁵³ www.visitportugal.com/

³⁵⁴ www.portoturismo.pt/

³⁵⁵ <http://www.portoenorte.pt/>

que concerne aos preços para grupos e mais importante que isso perceber a que se dedicavam os museus.

Finalizado este processo, passei para a pesquisa de agências de aluguer de autocarros para uma viagem até ao Gerês. Para isso utilizei o motor de busca Google que me deu alguns resultados e contactei as empresas que tinham sede no Porto. Depois do contacto por telefone todas me pediram que lhes enviasse um *e-mail* explicando detalhadamente o que pretendia e assim o fiz.

Uma vez que todo o processo estava concluído, era altura de organizá-lo e passar para um documento toda a informação que dispunha para entregar ao responsável por esta organização numa próxima reunião. Em primeiro lugar coloquei os hotéis e «hostels», onde para cada um fiz uma lista discriminada dos preços, para os «hostels» o preço das camas consoante o número das mesmas num só quarto, datas limites para reservas e extras que ofereciam («wi-fi», pequeno-almoço, computadores, mapas da cidade, «tour» à cidade, disponibilidade da cozinha) juntamente com o número de telefone, fax e um mapa para uma melhor percepção da localização de cada um do hotel/«hostel». Na segunda parte deste esboço continha a maior parte dos espaços culturais da cidade do Porto. A última parte deste esboço era dedicada aos «Tours», o primeiro era dedicado aos autocarros turísticos que andam à volta da cidade do porto com a possibilidade de sair e entrar quando o turista quiser, com os respetivos horários, preços e horários. Em segundo lugar apresentei os cruzeiros no Douro, sendo que havia dois programas, um mais curto e mais barato e outro mais longo mas mais caro apresentei ambos com o horário em que o barco desembarcava e respetivo programa contendo locais de passagem e local de desembarque, acompanhado de um mapa a ilustrar o caminho que o cruzeiro fazia. Para finalizar este esboço apresentei os preços de várias companhias de aluguer de autocarros para a excursão ao Gerês.

Todo este processo demorou cerca de duas semanas, no final resumi tudo em apresentação em slides com imagens dos hotéis e respetivos interiores assim como da cidade do Porto para uma melhor percepção, para que na reunião seguinte pudesse apresentar.

Cabe à Embaixada desenvolver relações culturais e, nesse âmbito foi preparado um quadro de iniciativas culturais para o ano de 2014 sendo essas:

- Concerto de guitarra portuguesa
- Projecção do documentário “José e Pilar” para o dia da Língua Portuguesa e da CPLP
- Semana Gastronómica Portuguesa
- Concertos da Tuna Universitária do Porto
- Concerto de fado de Carlos Ribeiro
- Exposição sobre a História do Fado
- Ciclo de Cinema
- Exposição sobre a História do Cinema Português
- Concerto de uma banda portuguesa.

Sendo que era necessário submeter estas atividades no sítio da internet do Instituto Camões coube-me a tarefa de submete-los. Para cada uma das atividades culturais foi necessário preencher os seguintes campos:

- A - Identificação do Proponente
 - Ano
 - Prepotente
 - Entidade Organizadora
 - Entidades associadas à organização (parcerias)
- B – Identificação da Atividade
 - Nome/Título
 - Domínio
 - Autor/Artista(s) e/ou Participantes
 - Objetivos e fundamentação
 - Data de realização/duração (início/fim)
 - Cidade
 - Local de realização
 - Caracterização do espaço
 - Nº de Lugares
 - Área do Espaço
 - Equipamento utilizado

- Equipamento alugado
- Tipo de acordo de utilização realizado
- Itinerância

- C – Financiamento
 - Custos
 - Deslocações (viagens internas e/ou externas)
 - Honorários/cachet
 - Alojamento
 - Ajudas de Custo
 - Materiais de apoio/divulgação
 - Seguros
 - Transporte de materiais (mala diplomática ou outra transportadora)
 - Serviços
 - Outros (aluguer equipamento de som e microfones)
 - Outros (especificar)
 - Total
 - Origem e estimativa
 - IC – Sede
 - Outros
 - Total
 - Receitas (Origem e estimativa)
 - Apoios/Patrocínios
 - Caracterização da entidade
 - Outras modalidades de Apoio
 - Observações

Como é pode observar é um formulário bastante extenso e que exigia imensa concentração, especialmente no preenchimento dos campos que requeriam valores monetários,

apesar de me ter sido facultado uma lista com todos esses dados. Antes de submê-los, tive que verificar várias vezes, pois o Dr. Leandro Amado poderia não ter oportunidade de voltar a confirmar os dados por mim submetidos. Apesar de serem muitos campos para serem preenchidos, o sítio do Instituto Camões é bastante simples e bastante rápido o que ajuda bastante o utilizador que está a submeter os dados, permitindo que mesmo depois de submetidos possam ser alterados. Para além da questão técnica, que é a da inserção dos dados no sistema é de realçar o facto de que muitas das atividades culturais promovidas pela Embaixada são patrocinadas por empresas portuguesas presentes aqui no mercado líbio, por associações como é o caso da Amizade Luso-Líbia ou em alguns casos algumas das atividades estão totalmente isentas de custos, tanto para as empresas portuguesas, associações ou para a Embaixada. Este fator mostra algo extremamente positivo que é o facto das empresas portuguesas estarem comprometidas em mostrar ao povo líbio a cultura portuguesa. Por razões de segurança não foi possível concretizar as referidas atividades programadas, à execução de um filme sobre o 25 de Abril.

No domínio consular também desenvolvi várias atividades. O Dr. Leandro Amado, atribuiu-me por duas vezes, a responsabilidade de fazer a inscrição consular a dois cidadãos portugueses. A primeira pessoa, contactou a embaixada por telefone. Eu próprio recebi a chamada uma vez que o português era a minha língua materna. O cidadão pretendia inscrever-se na secção consular, avisei-o que iria informar-me da melhor altura para que a inscrição fosse efetuada. Contactei o Dr. Leandro Amado e agendamo-la. No dia indicado, recebi o senhor e juntamente com o Dr. Leandro Amado procedemos à inscrição consular. Este é um processo relativamente simples onde se preenche os campos das folhas de inscrição consular³⁵⁶. À ficha de inscrição anexamos duas fotografias tipo B.I. e fotocópia do cartão de cidadão ou bilhete de identidade, duas fotocópias do passaporte, incluindo a página de dados pessoais e a página onde tem o visto. No dia 20 de março chegou à Embaixada mais uma nacional portuguesa para inscrever-se na seção consular. Uma vez que o Dr. Leandro Amado estava em reunião prontifiquei-me a iniciar o processo de inscrição consular. Após o preenchimento do formulário, e aquisição das fotocópias requeridas, permaneci com a cidadã portuguesa, respondendo a algumas dúvidas que a mesma tinha, enquanto aguardávamos a apresentação do Dr. Leandro.

³⁵⁶ Ver anexo VII

O dia de Portugal para além de ser celebrado naturalmente em Portugal é celebrado nas embaixadas portuguesas, assim sendo eu fiquei indagado de preparar os convites para o a serem enviados para a comunidade diplomática, governamental e parlamentar. Em primeiro lugar foi-me dada uma lista dos diplomatas que iriam ser convidados, uma vez que faltavam alguns nomes e dado que algumas listas diplomáticas³⁵⁷ estavam desatualizadas tive que contactar as mesmas para que pudessem enviar as mesmas para o e-mail ou o fax da Embaixada. O contacto com algumas Embaixadas foi relativamente fácil, liguei, identifiquei-me e pedi que tivessem a amabilidade de enviar a respetiva lista diplomática, depois havia outras embaixadas em que repetia todo o processo para pedir as listas só que nunca enviavam, apesar de me certificar que sabiam qual era o e-mail da Embaixada portuguesa, o que de facto dificultava o meu trabalho. Foi-me explicado por um funcionário da embaixada que isso poderia acontecer pelo facto dessas Embaixadas terem medo de a lista cair nas mãos erradas pondo em risco a segurança dos agentes diplomáticos. Por outro lado, havia Embaixadas que era difícil de entrar em contacto com as mesmas. Avancei, no entanto, para uma listagem dos agentes que tinha naquele momento.

Relativamente ao apoio ao envio de empresários líbios a Portugal/Promoção do turismo de Portugal: foi recebido na embaixada no dia 27 de março pela Sra. Embaixadora um representante de uma agência de viagens sediada em Misurata que queria expandir a sua oferta turística e dar a conhecer Portugal aos líbios, desviando assim um pouco a tendências que estes têm em ir para a Turquia o que é compreensível porque a Turquia não exige visto aos líbios. Apesar da ausência de um voo direto entre a Líbia e Portugal este representante não pareceu ficar desmotivado. Foi-lhe facultada uma lista de hotéis a este representante e ainda fotografias de monumentos e paisagens de Portugal com «slogans» promocionais, uma caderneta do Turismo de Portugal. Esta campanha de promoção de Portugal iria começar em 10 dias após esta reunião e iria ser divulgada por várias agências de viagens e espalhadas pelo país para atrair mais turistas.

O acompanhamento da situação política foi outra das atividades desenvolvidas neste estágio, com a elaboração de pequenos relatórios e projetos de telegramas que tinham como

³⁵⁷ Quando chega um novo agente diplomático de uma determinada Missão ou Organização Internacional é enviada uma carta a todas as Missões ou Organismo Internacional anunciado que determinado agente chegou na determinada data e apresentou as suas credências em determinadas nada e em anexo é enviada a lista diplomática já com essa agente integrado.

objetivo reportar aos serviços centrais do MNE e eram escritos em “linguagem diplomática sintética” dispensando a utilização de pronomes e advérbios. Isto justifica-se pelo facto de que antigamente a comunicação era feita por telegrama onde cada palavra era paga, cortando-se tudo o que era acessório, prática que permanece até aos dias de hoje. Os apontamentos por mim redigidos tinham a haver com questões das relações bilaterais da Líbia com o Egito, Argélia e Tunísia; questões relativas aos subsídios governamentais; entrevistas do PM a diferentes meios de comunicação sobre a situação da Líbia; a situação dos terminais petrolíferos; a importação de ovelhas para a Líbia e por fim o julgamento de ex-oficiais da era Qadhafi.

Com objetivo de aproximar a comunidade portuguesa na Líbia e as empresas interessadas neste mercado, foi criada uma «newsletter» trimestral que visava dar a conhecer ao público-alvo as atividades desenvolvidas pela Embaixada, notícias relevantes, feiras que se iam realizar. O primeiro rascunho, pouco mais de duas páginas, continha:

- Fluxos Comerciais
- Vistos emitidos pela Secção Consular da Embaixada de Portugal em Trípoli
- Eventos passados:
 - Promoção da Feira SISAB
 - Assinatura do contrato da Consulgal com o Ministério x
 - Visita da Secretária de Estado para os Assuntos Políticos da Líbia Ex.^a. Wafa Taher Bugaighis deslocou-se a Lisboa nos dias 9 e 10 de abril
 - Celebração do 25 de Abril
 - Apresentação das credenciais
- Eventos futuros:
 - Libya Build
 - Dia da CPLP

5.9.3. Atividades de representação

Estreei-me em atividades de representação da Embaixada por ocasião da estreia do filme «“The path to Transitional Justice: Voices from Libya”». Por impossibilidade da agenda

da Sra. Embaixadora e do Dr. Leandro Amado, no dia 18 de Dezembro desloquei-me ao Hotel Al Waddan para assistir à estreia do filme «“The path to Transitional Justice: Voices from Libya”», um filme realizado pela Fundação Rashad e co-financiada pela Embaixada da Suíça e pela UNSMIL numa cerimónia organizada pela ONG «National Support Group». Desloquei-me ao local onde se iria realizar a exibição do filme. Lá, deram-me uns «flyers» informativos, em seguida dirigi-me para a plateia onde ouvi a palestra (que infelizmente maior parte foi proferida em árabe). Depois disto passou-se à exibição do filme que mostrava vários testemunhas de guerra e aquilo que a sociedade civil líbia proponha para o estabelecimento de uma democracia institucionalmente forte.

No dia 5 de Janeiro de 2014 faleceu a antiga glória do futebol nacional Eusébio da Silva Ferreira. Sendo o mesmo, uma referência nacional e internacional, foram recebidas instruções do MNE para organizar o livro de condolências, aberto à assinatura de todas as Missões Diplomáticas e Organizações Internacionais que foram convidadas a deslocarem-se à Embaixada para esse efeito. Foi preparada a sala³⁵⁸, foi colocada uma fotografia do mesmo, a representar a seleção nacional, foram colocadas as bandeiras da República Portuguesa e da UE juntamente com um ramo de flores. Fiquei incumbido de aguardar os representantes das embaixadas e das organizações internacionais. Apresentava-me como funcionário estagiário da Embaixada e encaminhava-os para a sala que tinha sido preparada e deixava-os à vontade. Sempre que os representantes se encontravam na sala ficavam um pequeno espaço de tempo a olhar para a fotografia do Eusébio e em seguida iam escrever a mensagem de condolências. O livro esteve disponível durante dois dias e neste período recebi nomeadamente o Encarregado de Negócios do Paquistão, Chade, Argentina, Brasil e Malásia, o Embaixador francês e ainda Chefe de «staff» da UNSMIL.

Volteia representar a Embaixada aquando a entrega de prémio pelas mãos da UNICEF e o Ministério dos Assuntos Sociais, na Art House em Trípoli, à jovem líbia Ghada Youri Benyaala pela sua participação no “One Minute Junior Award” que decorreu em novembro de 2013 em Amesterdão, Holanda.

À chegada apresentei-me como estagiário da Embaixada Portuguesa e depois assisti à conferência, que abriu com o discurso de Carel de Rooy, *Country Director, UNICEF* na Líbia,

³⁵⁸ Ver anexo VIII

explicando que tudo começou em janeiro de 2013 no mesmo local onde foi organizado um workshop com 18 participantes nas idades compreendidas entre os 12 e os 18 anos, que tiveram a oportunidade de aprender com profissionais na área da edição de vídeo os passos básicos para poderem eles mesmos criarem posteriormente um vídeo de um minuto. Após a seleção apenas dois chegaram à final sendo que o vídeo de Ghada Youri Benyaala acabaria por vencer. Este concurso tinha como objetivo principal celebrar a diversidade entre os mais jovens de todo o mundo fazendo com que os mesmos sejam ouvidos através da arte. Apesar de haver outros intervenientes na conferência de imprensa, a língua falada pelos mesmos foi o árabe o que dificultou o entendimento.

Tive a oportunidade de acompanhar a Sra. Embaixadora numa das reuniões convocadas pela União Europeia de coordenação dos conselheiros económicos da UE para tratar de assuntos relativos aos Estados-Membros e à União Europeia em si. A reunião teve lugar no Radisson Blue Hotel onde foram tratados os seguintes temas:

- Situação atual do «House and Infrastructure Board»
- Situação atual do «Libyan Investment Authority»
- Segurança

Esta foi uma reunião que serviu basicamente para eu ver e aprender como é que decorrem as reuniões multilaterais e a complexidade e variedade de temas que um diplomata tem que dominar.

No dia 21 de Janeiro desloquei-me ao Radisson Blue Hotel para mais uma representação da Embaixada desta vez para assistir ao lançamento do relatório sobre a Líbia incluído no World Report 2014 da ONG Human Rights Watch. Para marcar presença, tive que previamente mandar um e-mail à organização enviando os meus dados pessoais e quem é que ia representar. A apresentação deste relatório coincide com eventos similares noutras capitais espalhadas pelo mundo, sendo assim uma apresentação do mesmo relatório em simultâneo. O «World Report» é um relatório que identifica as maiores violações no que concerne aos direitos humanos e onde é elaborado um *roadmap* que contém reformas legislativas que os governos devem tomar em consideração para prevenir futuras violações dos direitos humanos. Relativamente ao capítulo da Líbia, a conferência de imprensa teve presença de Hanan Salah, investigadora do Médio Oriente e Norte de África e do Oriente, Sarah Leah Whitson, directora para a mesma região que apresentaram as violações ocorridas em território líbio e um

«roadmap» de 69 páginas sobre considerações gerais que o governo líbio deveria ter em consideração.

Em Novembro de 2013 o Presidente da Ucrânia anunciou o abandono do acordo para fortalecer as relações com a UE e ao invés o estreitamento de relações com a Rússia. Isso levou a uma onda de protestos por toda a Ucrânia levando o país a entrar numa guerra civil com dezenas de mortos. Face a estes acontecimentos, a Embaixada da Ucrânia em Trípoli convidou as Embaixadas e as Organizações Internacionais a prestarem as suas condolências ao povo ucraniano. Assim sendo a Sra. Embaixadora pediu-me que preparasse uma mensagem de condolências a qual comecei a preparar imediatamente. Após ter feito a mensagem enviei à Sra. Embaixadora que fez umas pequenas modificações.

Feitas as alterações necessárias à mensagem, no dia 25 de Fevereiro desloquei-me à Embaixada Ucraniana para assinar o livro de condolências. À chegada da Embaixada da Ucrânia fui encaminhado por um segurança da Embaixada até à sala onde se iria prestar as condolências e onde se encontrava o chefe de missão ucraniano. Quando lá cheguei apresentei-me mais uma vez como funcionário estagiário da Embaixada de Portugal e fui prestar as minhas condolências escrevendo a seguinte mensagem:

“«The Portuguese Embassy extends its deepest condolences to Ukraine on such sad occasion. Our thoughts and prayers go out to everyone impacted by this tragedy, especially the families and loved ones of those killed or injured. At this difficult moment we stand with the Ukrainian people. We can only hope and wish the tragic events will lead to greater unity of the Ukrainian people to help them through this time of sorrow and enhanced strength and determination to overcome the challenges ahead.

On behalf of the Embassy of Portugal in Tripoli, please accept the expression of profound sympathy as well as the assurances of our highest considerations.”»

Escrita a mensagem e uma vez que o chefe de missão estava a falar com outra pessoa a qual foi-me difícil de identificar, despedi-me e desejei a rápida estabilidade da Ucrânia e do povo ucraniano como mandam as regras protocolares nestas ocasiões. Depois disto fui encaminhado pelo segurança da Embaixada para o veículo que me tinha transportado.

Nesse mesmo dia marquei presença numa reunião de cooperação convocada pela Delegação da UE para fazer ponto de situação sobre o Programa de Apoio à Segurança e Justiça. Uma vez que a Sra. Embaixadora tinha outros compromissos agendados, fui eu em representação da Embaixada com missão de tomar notas da mesma e ficar a conhecer um dos

principais programas de cooperação que a UE tem com o governo líbio. Ao chegar ao local apresentei-me mais uma vez como funcionário estagiário da Embaixada de Portugal, retirei uma plaqueta que dizia “Portugal” e sentei-me para ouvir e tirar notas da reunião.

Este Programa conta com ajuda de instituições especializadas para formação de recursos humanos líbios. O programa distribuía-se por 5 componentes e tinha como principais beneficiários o Ministério do Interior, Ministério da Justiça e Conselho Segurança e Justiça

- Capacidade Estratégica para o Ministério do Interior
- Gestão e desenvolvimento de Recursos Humanos
- Justiça Criminal
- Policiamento Local
- Combate ao Crime Organizado

No dia seguinte acompanhei a Sra. Embaixadora na parte da manhã à sede da CAN 2017 em Trípoli onde reunimos com o comité responsável pela organização do torneio, para recolher informação relevante nomeadamente as tarefas que foram incumbidas a cada ministério, o número de estádios a serem construídos e restante envolvência em torno deste projeto. Na parte da tarde fomos assistir ao lançamento da primeira pedra para a construção do novo estádio nacional em Tajoura, estádio esse que servirá para receber uns dos vários jogos da CAN 2017. No local estava uma pessoa à nossa espera que nos encaminhou para uma tenda onde iria decorrer a cerimónia. Já dentro da tenda tive a hipótese de ver o então PM líbio Ali Zidan a discursar, seguindo-se outras personalidades de relevo da vida política líbia.

A Feira Internacional de Trípoli realizou-se no dia 4 de abril, eu acompanhei a Sra. Embaixadora à cerimónia de abertura da quadragésima segunda edição desta feira que contou com a presença da elite política, comunidade diplomática e representantes de empresas dos vários sectores da atividade económica. Deslocámo-nos no veículo da Embaixada e fomos recebidos pelas entidades líbias que nos conduziram para o anfiteatro onde se iria celebrar a inauguração desta feira. A abertura oficial coube ao Vice-Presidente CGN Salah Makhzoum, Vice-Ministro da Economia Suher Abushaiba e o Presidente Conselho Local de Trípoli Sadat Al-Badri. Este último sublinhou que feira era um passo importante para a diversificação da economia líbia afastando-se da dependência dos hidrocarbonetos criando assim mais postos de trabalho e

diversificação das exportações. Já o segundo Vice-Presidente do GNC Salah Makhzoum Salah Makhzoum sublinhou as metas económicas alcançadas em dois anos e que o povo líbio estava trabalhando arduamente para um mercado livre e economicamente competitivo. Acabadas as apresentações fomos visitar a feira onde tive a oportunidade de recolher vários cartões-de-visita e brochuras de várias empresas para organizar uma base de dados de empresas líbias que iria integrar o pacote informativo, de destacar a oferta holandesa que organizou na sua bancada várias ofertas sendo a mais forte a oferta para a formação de estudantes líbios, algo que o governo líbio parece apostar. A Feira Internacional Trípoli é uma das mais antigas em África e do Mundo árabe remontando o ano 1030 abrindo portas a trocas comerciais e culturais. Nesta 42ª edição conta com presença de 650 empresas locais e estrangeiras dos diversos sectores da atividade económica.

5.10. Realização do Dossier Final

Relativamente à primeira fase do estágio, que englobava: Estudo e análise de informação relacionada com o mercado líbio; Contribuição para a elaboração do caderno de apoio ao estabelecimento na Líbia, designadamente pacote informativo para empresas/investidores portugueses na Líbia; esta foi um processo longo e demorado. Para começar a efetivamente redigir este pacote informativo, foi necessário reunir um conjunto de documentos, informações e legislação em vigor. Relativamente à legislação foi necessário reunir duas leis sendo estas, a decisão do Ministério da Economia nº207 de 2012 e a lei nº9 de 2010 sobre o investimento, as quais me foram providenciadas pela embaixada. No que toca à informação, muito dela foi-me também providenciada pela embaixada, nomeadamente o ambiente de negócios, compra e venda, gestão de uma empresa na Líbia, lista de empresas portuguesas, lista de advogados líbios, transferência de capitais, registo de Marca, registo de Empresas, Lista de feiras e eventos na Líbia, conselhos ao viajante e por fim contactos úteis. Para saber registar uma marca no mercado, elemento fundamental para uma empresa no mercado e uma vez que na Líbia a informação disponível é muito pouca, foi agendada uma reunião através do protocolo, reunião essa que teve lugar no dia 6 de Janeiro com o Chefe de Departamento das Empresas Estrangeiras. Nesta reunião fiz-me acompanhar com o tradutor da embaixada para que me pudesse traduzir d árabe, língua usada pelo interlocutor, para o inglês.

Depois de reunir alguns documentos e informações, comecei a estruturar um índice que posteriormente apresentei à Dra. Isabel Pedrosa para fazer as devidas alterações e a partir daqui começar a compilar o dossier.

6. Conclusão

A relação fácil e estreita entre o anterior PM José Sócrates e o Líder da Revolução Muammar Qadhafi muito contribuiu para o estreitar das relações entre os dois países, o que facilitou a entrada de empresas portuguesas no mercado líbio. Pese embora a revolução de 2011 ter interrompido um ciclo de relacionamento, em que claramente Portugal concedeu tratamento prioritário à Líbia, as relações Luso-Líbias continuam coesas e para as novas autoridades líbias isso deveu-se também ao excelente papel de Portugal na Comissão de Sanções do CSNU.

A Líbia vive tempos conturbados e altamente críticos para o seu destino, e afigura-se que o apoio de Portugal poderá também ser canalizado através do Diálogo 5+5. É a plataforma que Portugal deve usar como catalisador, no apoio à democratização líbia, com enfoque em áreas importantes para a estabilização do país, incluindo formação de forças armadas e de treinos em conjunto. Creio contudo que é legítimo que o Governo de Pedro Passos Coelho não confira a mesma prioridade à Líbia atribuída pelo anterior governo, pois embora preservando a linha de diplomacia económica que o anterior executivo estimulou, a situação interna líbia tem sido bastante mais adversa. Recorde-se que Paulo Portas deslocou-se à Líbia para garantir que os contratos assinados com o anterior governo seriam honrados.

A nível político é importantíssimo que a Líbia, um país vizinho da Europa, não caia na instabilidade, com um governo disfuncional, que pode revelar-se altamente perigoso, quer a nível de controlo de migrações, quer a nível de terrorismo, tornando-se por isso imperativo que a comunidade internacional apoie este país magrebino, sob pena da Líbia poder ter o mesmo destino do Iraque e da Síria.

Apesar de todos estes constrangimentos, a Líbia é um mercado com um potencial extremamente elevado, mas continua a estar fora do radar português. A par das dificuldades no plano institucional, dos perigos ao nível da segurança e de uma transição democrática atribulada, as empresas portuguesas mostram estar cientes dos riscos e crentes que irão ser valorizadas por estarem presentes nos momentos mais difíceis. Contudo, e citando a Sra. Embaixadora “este é um mercado que não é fácil, não pode ser visto como a salvação imediata de uma empresa que se encontra numa situação delicada em Portugal, sendo um mercado que requer muita persistência”.

Foram muitas as dificuldades por mim encontradas neste país pela situação de instabilidade, tiroteios, ameaças de milícias contra o governo, estradas cortadas obrigando por vezes ao encerramento da chancelaria, falta de informação disponível on-line (incluindo dados económicos), quase sempre em árabe, o que me obrigava a recorrer a um tradutor e deslocar-me pessoalmente aos locais para obtê-la.

Foi um estágio altamente multidisciplinar que se prolongou para além do campo da diplomacia económica, indo desde a Secção Consular onde participei nas inscrições consulares e atualizei o Plano de Atividades Culturais da Embaixada no Portal do Instituto Camões, até à promoção do turismo português. Claramente vivi um pouco daquilo que é a vida de um diplomata tendo inclusive uma festa de despedida realizada pela Sra. Embaixadora com o restante pessoal da embaixada.

Com o cruzamento de conhecimento académico e prático adquirido neste estágio, posso afirmar que o mesmo teve grande pertinência para as Relações Internacionais onde se destacam as teorias do liberalismo e do realismo. A teoria Liberal, é uma teoria que tem diferentes formulações nas várias escolas, no entanto concordam que a edificação da paz mundial constrói-se por via de instituições políticas que promovam a democracia e a liberdade individual, que é o caso líbio onde temos, por exemplo, a UNSMIL constantemente a esforçar-se para que todas as partes dialoguem e cheguem a um consenso para dotar as instituições democráticas de mais poder e a partir daí reconstruir a Líbia. Por outro lado temos a teoria realista de Hobbes, onde o indivíduo sem limites e livre procura a sua inteira e egoísta satisfação, luta pela sua sobrevivência, num ambiente anárquico e inseguro, onde só um poder superior, o estado dotado de meios e mecanismos impõe a ordem social, o Leviatã, como é o caso interno da Líbia onde as diferentes milícias buscam o próprio interesse e muitas vezes o Estado mostra-se incapaz de as punir e de pôr ordem. À luz da Ciência Política e de Robert Dahl um sistema político só é democrático quando os políticos eleitos por sufrágio universal detêm o controlo das forças militares, a população tem capacidade para sobreviver a crises profundas e um regime político democrático sobreviver à agitação social, há inexistência de um controlo forte e hostil de uma potência estrangeira, há uma economia de mercado e um pluralismo subcultural fraco. Na Líbia os políticos que foram eleitos por sufrágio universal têm um controlo muito limitado das forças de segurança visto que estas praticamente não existem. Quanto à capacidade do povo e do regime sobreviver a crises profundas, só o tempo o dirá e

não existe controlo de uma potência forte e hostil. Quanto à economia de mercado que contribui para o enraizamento da democracia, a economia líbia começou a abrir-se depois do levantamento das sanções internacionais em 2003, contudo, dada à situação atual é muito difícil a economia líbia competir com outros países que têm uma situação sócio-política estável. Quanto ao pluralismo subcultural, a sociedade líbia apesar de ser na totalidade muçulmana sunita apresenta-se altamente dividida por tribos. A nível da economia internacional a teoria do liberalismo económico fez-me compreender as vantagens das trocas comerciais internacionais tornando-se um bom suporte para o meu trabalho na área da Diplomacia Económica. Na vertente da Diplomacia do Mestrado em Diplomacia e Relações Internacionais contribuiu muito para uma perceção mais aprofundada da Diplomacia enquanto ciência social. Foi através dos relatórios que lia dos serviços centrais do MNE que pude de facto ver «in loco» que a Diplomacia é um instrumento político ao serviço da política externa,, e constitui a aproximação pacífica entre os Estados e a respetiva negociação onde neste caso os centros de gravidade pendem para as qualidades dos negociadores, a quem é delegada autoridade por parte do Estado, para maximizar os interesses nacionais. Fundamental foi também a aplicação de conhecimentos académicos quando marcava presença em ambientes institucionais seguindo as normas protocolares.

Assim sendo muito dos conhecimentos teóricos que adquiri até à presente data ajudaram-me a adaptar e compreender fenómenos diários de contexto diplomático e de relações internacionais.

Psicologicamente foi árduo, pois foram cinco meses sem sair do país. Apesar de tudo, foi uma experiência maravilhosa e de enriquecimento a nível pessoal, cultural e académico, onde pude testemunhar durante um curto período de tempo a dificuldade em que uma sociedade tem em implementar uma democracia, principalmente numa sociedade absolutamente dividida sem nenhuma cultura democrática.

Apesar de uma saudade imensa daqueles que me são próximos em Portugal parti de Trípoli com alguma tristeza pelas amizades que fiz, quer com o grupo de portugueses com quem partilhava casa, quer com todos os funcionários da Embaixada que desde o primeiro minuto me ajudaram e apoiaram em todos os sentidos. Foram todos sem exceção importantes. A todos vós o meu muito obrigado, em especial à Sra. Embaixadora, Isabel Brilhante Pedrosa, que sempre me apoiou, mostrou e ensinou novos métodos de trabalho. Os destinos de Portugal na Líbia

estão muito bem entregues. A Sra. Embaixadora é de facto aquilo que deve representar a classe diplomática, por estar continuamente à procura de novas oportunidades, quer a nível político e económico. A todos os que fizeram parte deste percurso o meu muito obrigado.

Bibliografia

- Aicep Portugal Global. (dezembro de 2014). *Investir em Portugal*. Obtido em 28 de janeiro de 2015, de aicep Portugal Global:
<http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/LivrariaDigital/PortugalFichaPais.pdf>
- Aicep Portugal Global. (S/Data). *2º Fórum Económico e Empresarial do Mediterrâneo Ocidental*. Obtido em 13 de 12 de 2014, de Portugal Global:
<http://www.portugalglobal.pt/PT/geral/Paginas/ForumEconomico.aspx>
- Aleixo, R. L. (04 de 2009). Portugal - Líbia, o início de uma relação proveitosa. (a. P. Global, Ed.) *Portugal global*, pp. 43-44.
- ANSamed. (22 de 05 de 2014). *Libya: international community agrees to support dialogue*. Obtido em 15 de 12 de 2014, de ANSamed.
- Asylum Research Consultancy. (2013). *Libya Country Report*.
- Blanchard, C. M. (2012). *Libya: Transition and U.S. Policy*. Congressional Research Service.
- Blanchard, C. M. (2014). *Libya: Transition and U.S. Policy*. Congressional Research.
- Briefing on the Africa-Eu Dialogue: Towards the Africa-EU Summit. (S/Data). *Files*. Obtido em 30 de 12 de 2014, de African Union:
<http://au.int/en/sites/default/files/BRIEFING%20ON%20THE%20AFRICA-EU%20SUMMIT%20%282%29.pdf>
- Chevallier, R. (12 de 2007). *The EU-Africa Summit: strategy and partnership*. Obtido em 29 de 12 de 2014, de Fride:
http://fride.org/download/COM_EUAfricaSumm_ENG_dec07.pdf
- Chivvis, C. S., & Martini, J. (2014). *Libya After Qaddafi Lessons and implications for the Future*. RAND Corporation, National security research, Santa Monica.
- Chivvis, C. S., Crane, K., Mandaville, P., & Martini, J. (2012). *Libya's Post Qaddafi Transition, The Nation-Building Challenge*. RAND Corporation, National Security Research Division.
- Costa, F. (1998). *Portugal e a Guerra Anglo-Boer: Política externa e opinião pública (1890-1902)*. Lisboa: Edições Cosmos.

- Council on Foreign Relations. (11 de September de 2012). *The Oslo Accords / History Lessons*. Obtido de Council on Foreign Relations: <http://www.cfr.org/middle-east-and-north-africa/oslo-accords-history-lessons/p28987>
- Council on Foreign Relations. (S/Data). *Khartoum Resolution*. Obtido em 16 de 10 de 2014, de Council on Foreign Relations: <http://www.cfr.org/world/khartoum-resolution/p14841>
- Danahar, P. (2013). *The new middle east. The world after the arab spring*. London: Blomsbury.
- Decreto-Lei 24/2004 de 29 de Setembro do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Diário da República: 1ª Série, nº 230
- Decreto-Lei 27/2008 de 22 de Agosto do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Diário da República: 1ª Série, nº 162
- Decreto-Lei 24/2006 de 29 de Outubro do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Diário da República: 1ª Série, nº 208
- Defesa Nacional. (13 de 12 de 2013). *Presidência Portuguesa da Iniciativa 5+5 Defesa encerra em Guimarães*. Obtido em 13 de 12 de 2014, de Defesa Nacional: <http://www.defesa.pt/Paginas/Iniciativa5mais5reuniuemGuimaraes.aspx>
- Diário Digital / Lusa. (10 de 1 de 2005). *Sócrates procura na Líbia novos mercados para as empresas nacionais*. Obtido em 28 de 11 de 2014, de Diário Digital: http://dinheirodigital.sapo.pt/news.asp?id_news=57626
- Diário Digital / Lusa. (19 de 01 de 2006). *PM líbio inicia hoje visita de dois dias a Portugal*. Obtido em 27 de 11 de 2014, de Diário Digital: http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?id_news=210873
- Diário Digital/Lusa. (06 de 27 de 2008). *Filho de Kadhafi vem a Lisboa apelar ao investimento*. Obtido em 27 de 11 de 2014, de Diário Digital/Lusa: http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?id_news=338350
- Embaixada de Portugal em Trípoli. (s.d.).
- Embaixada do Reino de Marrocos em Portugal. (S/Data). *5ª Reunião de alto nível dos Parlamentos dos países membros " diálogo 5 +5 " hoje em Lisboa*. Obtido em 13 de 12 de 2014, de Embaixada do Reino de Marrocos em Portugal: http://www.emb-marrocos.pt/destaque/embaixada-de-marrocos/destaques-homepage5-reuniao-de-alto-nivel-dos-parlamentos-dos-paises-membros-dialogo-5-5-hoje-em-lisboa_1464.html

- Encyclopedia Britannica. (09 de 04 de 2009). *Saharan Arab Democratic Republic*. Obtido em 04 de 11 de 2014, de Encyclopædia Britannica:
<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/1385172/Saharan-Arab-Democratic-Republic>
- European Commission. (9 de Outubro de 2015). *Press Realese Database*. Obtido de Comissão Europeia - Ficha informativa: http://europa.eu/rapid/press-release_MEMO-15-5597_pt.htm
- European Union. (S/Data). *The Barcelona Process*. Obtido em 11 de 12 de 2014, de European Union External Action: http://www.eeas.europa.eu/euromed/barcelona_en.htm
- Expresso. (3 de Março de 2011). *Líbia: Portugal preside a comité de sanções da ONU*. Obtido em 02 de 12 de 2014, de Expresso: <http://expresso.sapo.pt/libia-portugal-preside-a-comite-de-sancoes-da-onu=f635655>
- Ferreira, J. M. (1992). *Portugal na Conferência de Paz, Paris 1919*. Lisboa: Quetzal Editores.
- Ferreira, J. M. (1993). Características Históricas da Política Externa Portuguesa entre 1890 e a entrada na O.N.U. *Política Internacional, I*, pp. 113-156.
- First Action Plan (2008-2010) For the implementation of the Africa EU-Strategic Partnership. (31 de Outubro de 2007). *Key Documents*. Obtido em 2014 de 12 de 28, de Africa-EU Partnership: http://www.africa-eu-partnership.org/sites/default/files/documents/jaes_action_plan_2008-2010.pdf
- France Diplomatie. (S/Data). *International Ministerial Conference on Support to Libya in the Areas of Security, Justice and Rule of Law - Communiqué (Paris, 12 February 2013)*. Obtido em 03 de Dezembro de 2014, de France Diplomatie: <http://www.diplomatie.gouv.fr/en/country-files/libya/events-7697/2013/article/international-ministerial>
- Governo de Portugal - Ministério dos Negócios Estrangeiros. (S/Data). *Portugal no Conselho de Segurança das Nações Unidas*. Obtido em 1 de Dezembro de 2014, de Governo de Portugal - Ministério dos Negócios Estrangeiros: <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-dos-negocios-estrangeiros/quero-saber-mais/sobre-o-ministerio/csnu/csnu.aspx>
- Governo de Portugal Ministério da Economia. (16 de Outubro de 2014). *8ª Conferência de Ministros dos Transportes do Mediterrâneo Ocidental (GTMO 5 + 5) Assinala a passagem da Presidência da Argélia para Portugal*. Obtido em 13 de Dezembro de 2014, de Governo de Portugal Ministério da Economia:

<http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-da-economia-e-do-emprego/mantenha-se-atualizado/20141016-me-5plus5.aspx>

Governo de Portugal Ministério da Economia. (S/Data). *Reunião de Ministros dos Transportes do Mediterrâneo Ocidental (GTMO 5+5)*. Obtido em 13 de Dezembro de 2014, de Governo de Portugal Ministério da Economia:
<http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-da-economia-e-do-emprego/quero-saber-mais/preciso-de-uma-informacao/20140910-me-min-transp-5plus5.aspx>

Guerra, crime e política: – Um “western” de Macau (I) 30-11-10. (30 de 11 de 2010). Obtido em 16 de Julho de 2014, de Guerra, crime e política: – Um “western” de Macau (I) 30-11-10: <https://temposdoriente.wordpress.com/2010/12/02/guerra-crime-e-politica-um-%E2%80%9Cwestern%E2%80%9D-de-macau-i-30-11-10/>

Hinnebusch, R., & Ehteshami, A. (2002). *The foreign policy of middle east states*. Colorado: Lynne Rienner Publishers.

Jeune Afrique. (19-25 de Outubro de 2003). Libye Kaddafi : "les Arabes sont finis!". *Jeune Afrique*, pp. 42-44.

Joint Africa EU Strategy. Action Plan 2011-2013. Introductory Part. (30 de Novembro de 2010). *Key Documents*. Obtido em 30 de Dezembro de 2014, de Africa EU Partnership: http://www.africa-eu-partnership.org/sites/default/files/documents/03-jeas_action_plan_en.pdf

Joint Africa-EU Strategy: Roadmap 2014-2017. (28 de Abril de 2014). *Key Documents*. Obtido em 30 de 12 de 2014, de Africa-EU Partnership: http://www.africa-eu-partnership.org/sites/default/files/documents/2014_04_01_4th_eu-africa_summit_roadmap_en.pdf

Jornal de Negócios Online. (01 de 09 de 2010). *Sócrates na Líbia após Kadhafi ter exigido 5 mil milhões para travar "Europa negra"*. Obtido em 01 de 12 de 2014, de Jornal de Negócios:
http://www.jornaldenegocios.pt/economia/mundo/africa/detalhe/soacutecrates_na_liacutebia_apoacutes_kadhafi_ter_exigido_5_mil_milhotildees_para_travar_quoteuropa_negraquot.html

Jornal de Notícias. (17 de 03 de 2011). *"Regime de Trípoli acabou", diz Luís Amado*. Obtido em 02 de 12 de 2014, de Jornal de Notícias:
http://www.jn.pt/PaginaInicial/Mundo/Interior.aspx?content_id=1808292

- JR/GHN/HMV. (17 de 04 de 2015). *UN envoy pushing Libya rivals to form new government*. Obtido em 18 de 04 de 2015, de Presstv: <http://www.presstv.ir/Detail/2015/04/17/406695/UN-pushing-Libya-rivals-on-new-govt>
- Key Achievements of the Joint Africa-EU Strategy. (26 de 03 de 2014). *Key Documents*. Obtido em 30 de 12 de 2014, de Africa-EU Partnership: http://www.africa-eu-partnership.org/sites/default/files/documents/jaes_summit_edition2014_en_electronic_final.pdf
- Lacoste, Y. (2006). *A geopolítica do mediterrâneo*. Lisboa: Edições 70.
- Libya Africa Investments Portfolio. (S/Data). *Mission Statement*. Obtido em 30 de 11 de 2014, de Libya Africa Investments Portfolio: <http://www.lap.ly/mission.php>
- Libya Herald. (28 de 03 de 2014). *Poems and Cities: a tour in western Libya*. Obtido em 28 de 03 de 2014, de Libya Herald: <https://www.libyaherald.com/2014/03/29/poems-and-cities-a-poetic-tour-in-western-libya/>
- Libyan Investment Authority. (S/Data). *About LIA*. Obtido em 30 de 11 de 2014, de Libyan Investment Authority: <http://lia.ly/>
- Lusa. (02 de 10 de 2005). *Sócrates reúne-se hoje com Kadhafi e procura novos mercados*. Obtido em 04 de 12 de 2014, de Público: <http://www.publico.pt/politica/noticia/socrates-reunese-hoje-com-kadhafi-e-procura-novos-mercados-1234473>
- Lusa. (19 de 07 de 2008). *Portugal e Líbia assinam Acordo Quadro de cooperação*. Obtido de TSF: http://www.tsf.pt/portugal/politica/interior/portugal_e_libia_assinam_acordo_quadro_de_cooperacao_969672.html
- Lusa. (8 de 09 de 2011). *Portas: "Líbia é uma terra de oportunidades"*. Obtido em 02 de 12 de 2014, de Expresso: <http://expresso.sapo.pt/portas-libia-e-uma-terra-de-oportunidades-video=f672521>
- Lusa. (13 de 04 de 2013). *Portugal vai acolher cimeira do Diálogo 5+5 Europa-Magrebe*. Obtido em 13 de 12 de 2014, de Público: <http://www.publico.pt/politica/noticia/portugal-vai-acolher-cimeira-do-dialogo-55-europamagrebe-1591520>
- Lusa/Fim. (19 de 07 de 2007). *Portugal e Líbia assinam Acordo Quadro de cooperação e vários protocolos de entendimento*. Obtido em 30 de 11 de 2014, de Sapo: <http://noticias.sapo.pt/lusa/artigo/159c449ae2c710ea862524.html>

- Lusa/fim. (03 de 07 de 2007). *Portugal/Líbia: Embaixada em Tripoli começara a funcionar "provavelmente em Agosto"*. Obtido em 01 de 12 de 2014, de Jornal de Notícias: http://www.jn.pt/PaginaInicial/Interior.aspx?content_id=697332
- Lusa/Fim. (06 de 12 de 2007). *Portugal/Líbia: Sócrates e Kadhafi interessados em parcerias para novos investimentos*. Obtido em 01 de 12 de 2014, de Expresso: <http://expresso.sapo.pt/portugallibia-socrates-e-kadhafi-interessados-em-parcerias-para-novos-investimentos=f186466>
- Lusa/Fim. (17 de 07 de 2008). *Portugal/Líbia: Sócrates sábado em Tripoli para apoiar investimento luso*. Obtido em 30 de 11 de 2014, de Expresso: <http://expresso.sapo.pt/portugallibia-socrates-sabado-em-tripoli-para-apoiar-investimento-luso=f369510>
- Lusa/Fim. (15 de 03 de 2009). *Defesa: Severiano Teixeira assina acordos em três áreas com governo líbio*. Obtido em 01 de 12 de 2014, de Jornal de Notícias: http://www.jn.pt/PaginaInicial/Interior.aspx?content_id=1170469&page=-1
- Lusa/SOL. (28 de 07 de 2011). *Portugal reconhece Conselho Nacional de Transição da Líbia*. Obtido em 02 de 12 de 2014, de Sol: <http://www.sol.pt/noticia/25186/portugal-reconhece-conselho-nacional-de-transi%C3%A7%C3%A3o-na-l%C3%ADbia>
- Magalhães, J. C. (2005a). *Manual Diplomático*. Lisboa: Bizâncio.
- Magalhães, J. C. (2005b). *A Diplomacia Pura*. Lisboa: Bizâncio.
- Magone, J. (1998). A integração europeia e a construção da democracia portuguesa. Em A. C. Pinto, & N. S. Teixeira, *Penélope, nº18, Portugal e a Unificação Europeia* (pp. 123-163). Lisboa: Edições Cosmos.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros - Direcção Geral de Política Externa. (2014). *Visita da Secretária de Estado dos Assuntos Políticos da Líbia*.
- Mongiardim, M. R. (2007). *Diplomacia*. Coimbra: Edições Almedina.
- Núñez, M. A. (2012). *5+5 initiative. Mediterranean Security: Shared Security*. Instituto Español de Estudios Estratégicos.
- Nye, J. (2002). *Compreender os Conflitos Internacionais, Uma Introdução à Teoria e à História*. Lisboa: Gradiva.
- O'Brien, E., & Gowan, R. (2012). *The International Role in Libya's transition*. New York University, Center on International Cooperation. New York: New York University.

- Pinto, A. C., & Teixeira, N. S. (2005). Portugal e a integração europeia, 1945 - 1986. Em A. C. Pinto, & N. S. Teixeira, *A Europa do Sul e a Construção da União Europeia 1945 - 2000*. Lisboa: ICS.
- Pires, R. M. (2013). *Maghreb/Machrek. Olhares luso-marroquinos sobre a primavera árabe*. Loures: Diário de Bordo.
- Pires, S. (02 de 04 de 2014). Reunião com a Dr.^a Shelley Pires - Direção de Serviços do Médio Oriente e Magreb. (P. Freitas, Entrevistador)
- Prashad, V. (2012). *Arab spring, libyan winter*. Edinburgh: AK Press.
- Rádio Renascença. (03 de 09 de 2011). *Luís Amado já recebeu emissário de Khadafi*. Obtido em 25 de 11 de 2014, de Rádio Renascença:
http://rr.sapo.pt/informacao_detalle.aspx?fid=26&did=7274
- Redação/CF. (21 de 03 de 2011). *Líbia: Amado apela a diálogo com Liga Árabe*. Obtido em 02 de 12 de 2014, de TVI 24: <http://www.tvi24.iol.pt/internacional/guerra-na-libia/libia-amado-apela-a-dialogo-com-liga-arabe>
- Rodrigues, J. (04 de 2009). Líbia Um Mercado Promisso. *Portugal Global*, pp. 36-42.
- Rogério, N. (2011). *Na Rua Árabe*. Alfragide: Publicações Dom Quixote.
- Rollo, M. F. (1998). Salazar e a Construção Europeia. *Penélope, Portugal e a Unificação Europeia*, pp. 51-76.
- Ronen, Y. (2008). *Qaddafi's Libya in World Politics*. Colorado: Lynne Rienner.
- Smits, R., Janseen, F., Briscoe, I., & Beswick, T. (2013). *Revolution and its discontents: state, factions and violence in the new Libya*. Netherlands Institute of International Affairs "Clingendael", Conflict Research Unit. Hague: Conflict Research Unit; The Clingendael Institute.
- Sousa, F. d. (2005). *Dicionário das Relações Internacionais*. Edições Afrontamento.
- Teixeira, N. S. (1987). *Análise Social*. Obtido de 1980-1988:
<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223027734K4zTZ2wh1Lu94TC4.pdf>
- Teixeira, N. S. (1993). Portugal na Fundação do Pacto do Atlântico. *Análise Social*, pp. 55-80.
- Teixeira, N. S. (1996). Entre a Neutralidade e a Beligerância. Em N. S. Teixeira, *O Poder e a Guerra 1914-1918: objectivos nacionais e estratégias e políticas na entrada de Portugal na Grande Guerra* (pp. 187-383). Lisboa: Edições Estampa.

- Teixeira, N. S. (2004). Entre a África e a Europa: A política externa portuguesa 1890-200. Em A. C. Pinto, *Portugal Contemporâneo* (pp. 87-116). Lisboa: Edições Dom Quixote.
- Telo, A. J. (1996). *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. Lisboa: Edições Cosmo.
- Telo, A. J. (2008). Portugal e o Mundo. Em *História Contemporânea de Portugal* (Vol. II). Lisboa: Presença.
- The Africa-EU Strategic Partnership. A Joint Africa-EU Strategy. (07 de 12 de 2007). *Key documents*. Obtido em 20 de 12 de 2014, de Africa-EU Partnership: http://www.africa-eu-partnership.org/sites/default/files/documents/eas2007_joint_strategy_en.pdf
- The German Marshall Fund of the United States & Instituto Affari Internazionali. (2009). Libya's Foreign policy: drivers and objectives. *Mediterranean Paper Series 2010*, pp. 1-42.
- The Global Jewish News Source. (02 de 12 de 1955). *Israel Opposes Admission of Jordan and Libya to U.N. Membership*. Obtido em 17 de 12 de 2014, de The Global Jewish News Source: <http://www.jta.org/1955/12/09/archive/israel-opposes-admission-of-jordan-and-libya-to-u-n-membership>
- The Guardian. (4 de 11 de 2014). *Cameron's plan to train Libyan soldiers had makings of disaster from the start*. Obtido em 03 de 10 de 2015, de The Guardian: <http://www.theguardian.com/world/2014/nov/04/cameron-plan-train-libyan-soldiers-problems-money>
- The Guardian. (24 de 08 de 2014). *Libyan capital under Islamist control after Tripoli airport seize*. Obtido em 03 de 10 de 2015, de The Guardian: <http://www.theguardian.com/world/2014/aug/24/libya-capital-under-islamist-control-tripoli-airport-seized-operation-dawn>
- The Library of Congress. (2012). *Al-Qaeda in Libya: a profile*. Library of Congress, Federal Research Division, Washington D.C.
- Toaldo, M. (2014). *A european agenda to support libya's Transition*. European Council on Foreign Relations. London: European Council on Foreign Relations.
- Tripoli International Fair. (S/Data). *Tripoli International Fair*. Obtido em 04 de 12 de 2014, de Tripoli International Fair: <http://tripolifair.com/tripoli-international-fair/>

- TSF. (18 de 03 de 2011). *Amado exclui participação de Portugal em operações militares na Líbia*. Obtido em 02 de 12 de 2014, de TSF: http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Internacional/Interior.aspx?content_id=1809143
- Turismo de Portugal. (S/Data). *3.ª Reunião de Ministros de Turismo 5+5*. Obtido em 13 de 12 de 2014, de Turismo de Portugal: <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/destaque/Pages/ReuniaodeMinistrosdeTurismoambitodoDialogo5mais5.aspx>
- TVI 24. (25 de 08 de 2011). *Khadafi: «amizade» com Portugal já vem de longe*. Obtido em 27 de 11 de 2014, de TVI 24: <http://www.tvi24.iol.pt/internacional/videos/khadafi-amizade-com-portugal-ja-vem-de-longe>
- União Africana. (2014). *Report of the chairperson of the comission on the situation in libya*. Peace and Security Council: 459th meeting at ministerial level, New York.
- Union for Mediterranean. (S/Data). *History*. Obtido em 12 de 11 de 2014, de Union for Mediterranean: <http://ufmsecretariat.org/history/>
- Vandewalle, D. (1998). *Libya since independence: oil and state-building*. New York: Cornell University Press.
- Vandewalle, D. (2012). *A history of modern Libya*. New York: Cambridge University Press.
- Varvelli, A. (2014). *Europe and the libyan crisis: a failed state in the backyard?* Italian institute for international political studies (ISPI), Milano.
- Viorst, M. (March/April de 1999). The Colonel in his Labyrinth. *Foreign Affairs*, 78, nº2, pp. 60-75.
- Wright, J. (2012). *A History of Libya*. London: C. Hurst & Co.
- Yale Law School, Lillian Goldman Law Library in Memory of Sol Goldman. (s.d.). *Camp David Accords; September 17, 1978*. Obtido em 20 de Outubro de 2014, de The Avalon Project: Documents in Law and Diplomacy: http://avalon.law.yale.edu/20th_century/campdav.asp

Índice Remissivo

A

África, 11, 13, 22, 28, 31, 33, 48, 49, 51, 52, 58, 59, 64,
71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 104, 107
AICEP, 6, 64, 81, 85, 86, 91, 95
Al-Qaeda, 83
Amin, 41, 44
árabe
árabes, 12, 37, 39, 42, 43, 47, 63, 80, 91, 92, 103, 104,
107, 110
Argélia, 11, 39, 40, 43, 44, 48, 67, 70, 83, 102
ARI
Programa ARI, 6, 91, 92, 93

C

CDHONU, 6
Congresso Geral Nacional
CGN, 6, 8, 53, 82
Chade, 11, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 83, 103
Conselho de Segurança da Organização das Nações
Unidas
CSONU, 6
Conselho Nacional de Transição
CNT, 6, 51
corpo diplomático, 4

D

Diálogo 5+5, 4, 9, 62, 67, 68, 69, 82, 109
Diplomacia 3, 4, 8, 9, 11, 14, 15, 16, 17, 80, 81, 85, 89,
95, 110, 111
Diplomacia económica, 4, 110
diplomata
diplomatas, 15, 19, 104, 110

E

Egito, 11, 39, 41, 43, 44, 48, 67, 102
Embaixada
embaixada, 1, 3, 4, 9, 13, 58, 80, 81, 82, 83, 84, 85,
86, 87, 88, 90, 91, 93, 95, 97, 100, 101, 102, 103,
104, 105, 106, 110, 111, 126
Embaixada de Portugal em Trípoli, 4, 13, 80, 81, 82, 84,
85, 86, 87, 88, 90, 95, 102, 126
Embaixador
Embaixadora, 16, 57, 58, 82, 103
Estado Novo, 8, 13, 28, 30, 31, 33
Estado Português, 4

Estados Unidos da América

EUA, 6

Estágio, 1, 9, 11, 12, 80, 81, 82, 89, 95

Europa, 11, 13, 16, 22, 30, 31, 33, 34, 36, 50, 54, 64, 68,
70, 71, 72, 74, 75

exército, 38, 41, 44

F

Forças Armadas, 33

França, 22, 23, 25, 26, 27, 34, 40, 45, 49, 51, 54, 67

G

Geopolítica, 8, 14, 17

Goukouni, 44

Grã-Bretanha, 45, 49, 51, 54

guerra, 11, 13, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 35,
37, 38, 39, 40, 41, 44, 46, 47, 51, 52, 64, 70, 90, 103,
105

H

Hadre, 44

Human Rights Watch

HRW, 6, 104

I

Instituto Nacional de Estatística

INE, 6

Israel, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 47

Itália, 34, 40, 45, 54, 63, 67, 69, 94

J

Japão, 29, 54

jiadistas, 53, 55

José Sócrates

Sócrates, 57, 58, 59, 60, 82, 109

L

LEA, 37, 47, 52

Liga dos Estados Árabes

LEA, 37

Lisboa, 1, 14, 24, 27, 28, 29, 57, 67, 69, 71, 72, 73, 102

Londres, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 32, 37, 45, 57

Luís Amado, 57, 60, 61

Relatório de Estágio Curricular na Embaixada de Portugal na Líbia: As Relações Luso-Líbias

M

Magrebe, 43, 44, 53, 59, 62, 68, 69, 70, 82, 83
Malloum, 41, 44
Marrocos, 11, 39, 43, 44, 48, 67
Médio Oriente, 13, 36, 43, 51, 104
Ministério dos Negócios Estrangeiros
MNE, 4, 6, 80
Missão Diplomática, 8, 14, 17
Monarquia
monarquia, 4, 8, 13, 22, 37
Moscovo, 38, 39, 41, 42, 46

N

Níger, 11, 47, 48, 49, 83

O

Organização da União Africana
OUA, 7, 71
Organização das Nações Unidas
ONU, 6, 7, 30
Organização do Tratado do Atlântico Norte
OTAN, 7, 30
Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OPEP, 6
Organização Europeia de Cooperação Económica
OECE, 7, 32
Organização Não-Governamental
ONG, 6

P

Parceria UE-África, 4, 9, 71
Paulo Portas, 61, 62, 109
Pedro Passos Coelho
Passos Coelho, 109
petróleo, 37, 39, 42, 45, 47, 50, 58, 59, 60, 63, 65, 66, 83
política externa, 4, 10, 12, 13, 14, 17, 20, 22, 23, 24, 25,
26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 36, 38, 39, 46, 48, 67, 72,
85, 111

Q

Qadhafi, 4, 5, 9, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48,
49, 50, 57, 58, 61, 82, 109

R

rebeldes, 40, 43, 44, 51, 52, 65
Rei, 23, 37, 38, 39
Reino Unido, 37, 51, 53, 55
República Democrática
república democrática, 4, 8, 13, 33, 75
Rússia, 52, 54, 105

S

Salazar, 28, 29, 31, 32
Sanções, 49, 51, 60, 62, 109
Shimon Perez, 44

T

terrorismo, 45, 50, 71, 109
tratado, 3, 22, 23, 25, 30, 37, 42, 43, 47
Tribunal Penal Internacional
TPI, 6
Trípoli, 2, 13, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50,
51, 52, 58, 60, 62, 64, 67, 68, 69, 73, 81, 82, 83, 84,
85, 88, 91, 94, 103, 105, 106, 111
Tunísia, 11, 39, 43, 44, 48, 67, 83, 102
Turquia, 55, 63, 101

U

Uganda, 40, 41, 42, 44, 46, 75
União Africana
UA, 7, 49, 71
União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
URSS, 6
União Europeia
UE, 6, 35, 36, 54, 71, 104
União para o Mediterrâneo
UpM, 50
United Nations Support Mission to Libya
UNSMIL, 6

W

Washington, 42, 45, 48

Anexos:

Anexo I – Balança Comercial de Bens de Portugal com a Líbia	I
Anexo II – Exportações de Portugal para a Líbia por Grupos de Produtos	II
Anexo III – Importações de Portugal Provenientes de Líbia por Grupos de Produtos.....	III
Anexo IV – Fachada da Embaixada de Portugal em Trípoli.....	IV
Anexo V – Museu dedicado à revolução.....	V
Anexo VI– Reunião com empresários de Misurata.....	VI
Anexo VII – Ficha Consular	VII
Anexo VIII – Sala onde foram prestadas as condolências ao Eusébio.....	VIII

Anexo I

Líbia - Síntese País e Relacionamento Bilateral

Balança Comercial de Bens de Portugal com a Líbia

	2009	2010	2011	2012	2013	Var % 13/09*	2013 Jan/Ago	2014 Jan/Ago	Var % 14/13 ^b
Exportações	35 526	42 462	12 011	21 370	49 626	39,5	33 558	16 921	-49,6
Importações	332 899	737 820	13 639	399 003	104 344	693,8	104 224	1 214	-98,8
Saldo	-297 373	-695 357	-1 628	-377 633	-54 718	--	-70 666	15 707	--
Coef. Cob. %	10,7	5,8	88,1	5,4	47,6	--	32,2	1393,5	--

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Anexo II

Exportações de Portugal para Líbia por Grupos de Produtos

	2009	% Tot 09	2012	% Tot 12	2013	% Tot 13	Var % 13/12
Máquinas e aparelhos	15 830	44,6	7 222	33,8	35 599	71,7	393,0
Veículos e outro mat. transporte	7 597	21,4	667	3,1	2 995	6,0	349,3
Alimentares	2 133	6,0	5 886	27,5	2 618	5,3	-55,5
Pastas celulósicas e papel	91	0,3	587	2,7	1 697	3,4	188,9
Químicos	675	1,9	2 302	10,8	1 299	2,6	-43,6
Metais comuns	666	1,9	953	4,5	1 131	2,3	18,7
Minerais e minérios	4 949	13,9	1 092	5,1	986	2,0	-9,7

Anexo III

Importações de Portugal Provenientes de Líbia por Grupos de Produtos

	2009	% Tot 09	2012	% Tot 12	2013	% Tot 13	Var % 13/12
Combustíveis minerais	329 934	99,1	398 929	100,0	100 026	95,9	-74,9
Químicos	688	0,2			4 086	3,9	§
Metais comuns	1 995	0,6			121	0,1	§
Máquinas e aparelhos	9	0,0			111	0,1	§
Matérias têxteis	273	0,1	73	0,0			-100,0
Instrumentos de óptica e precisão			1	0,0			-100,0
Pastas celulósicas e papel	0	0,0					§

Anexo IV



Imagem da RTP

Anexo V



Anexo VI



Anexo VII



EMBAIXADA DE PORTUGAL

EM TRIPOLI

Data: ____/____/____

FICHA DE INSCRIÇÃO CONSULAR	
Nome completo	
TLM Líbia	
TLM Portugal	
E-mail	
Morada na Líbia	
Cidade	
Bilhete de Identidade	
Cartão do cidadão	
Passaporte	
Profissão	
Empresa e local de trabalho na Líbia	
Contactos da empresa	

Tempo aproximado de permanência na Líbia	
Nome do pai	
Nome da mãe	
Contactos em Portugal em caso de emergência (números fixos, de preferência), referindo nome e grau de parentesco.	

Telefone de Emergência Consular: 00 218 92 406 1877

Por favor, siga as recomendações constantes no Portal das Comunidades Portuguesas:
<http://www.secomunidades.pt/web/guest/listapaises/LY>

Recomendações:

- Acompanhe, de forma contínua, a situação do país nos meios de comunicação;

- Mantenha o seu passaporte em lugar seguro e verifique sempre a validade do documento;
- Tenha consigo 2 fotografias.

Anexo VIII



Túnis, 23 de novembro de 2015

"Eu, Isabel Brilhante Pedrosa, Embaixadora de Portugal em Trípoli, orientadora do Estágio Curricular do aluno nº 21206763 do Mestrado em Diplomacia e Relações Internacionais lecionado pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias na Embaixada de Portugal em Trípoli durante o período de 05/12/2013 a 25/04/2014 aprovo as informações aqui divulgadas por documentos pertencentes à Embaixada assim como a descrição das atividades desenvolvidas presentes no presente relatório de estágio."

Isabel Brilhante Pedrosa
Isabel Brilhante Pedrosa
Embaixadora de Portugal na Líbia

